

TESTEMUNHOS PARA O FUTURO

DE ANTIGOS ALUNOS
DA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Volume I
2017



ASSOCIAÇÃO DE ANTIGOS ALUNOS
DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

TESTEMUNHOS PARA O FUTURO

**DE ANTIGOS ALUNOS DA
FACULDADE DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Volume I
2017

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO: Edições AlumniFDL

TÍTULO: Testemunhos para o Futuro de Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

COORDENAÇÃO: Associação de Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

CAPA: Paula Martins (fotografia Associação de Antigos Alunos da FDUL)

PAGINAÇÃO: Alda Teixeira

1.ª Edição

Lisboa, Dezembro 2017

ISBN: 978-989-99382-1-2

DEPÓSITO LEGAL: 434934/17

© ASSOCIAÇÃO DE ANTIGOS ALUNOS DA FACULDADE
DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



O conteúdo desta obra não pode ser reproduzido, através de fotocópia, envio por correio eletrónico para múltiplos sítios, ou outro qualquer processo ou disponibilizado em páginas de internet ou servidores sem autorização escrita do editor. Os seus utilizadores podem, contudo, imprimir, fazer download, fotocopiar ou enviar através de correio eletrónico este documento para uso individual.

PUBLICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO:



www.sitiodolivro.pt



Parceiros



AAFDL

Associação
Académica
da Faculdade
de Direito
de Lisboa



ULISBOA ALUMNI

TESTEMUNHOS PARA O FUTURO

DE ANTIGOS ALUNOS DA FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

MENSAGEM DO DIRETOR DA FACULDADE E DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ANTIGOS ALUNOS DA FACULDADE

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), fundada em junho de 1913, encontra-se instalada desde 1958 no campus da Cidade Universitária. A FDUL é, pois, uma instituição centenária, sendo, indiscutivelmente, quase desde a sua fundação, a maior faculdade de direito do país, atualmente com mais de 4000 alunos.

Na FDUL formaram-se juristas relevantes, de entre os quais se contam três Presidentes da República (Mário Soares, Jorge Sampaio e Marcelo Rebelo de Sousa) e nove chefes do Governo (Afonso Costa, Marcello Caetano, Adelino da Palma Carlos, Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Mário Soares, José Manuel Durão Barroso, Pedro Santana Lopes e António Costa), a que acrescem insignes magistrados, advogados e outros juristas, sem descurar os que optaram por profissões não jurídicas, em que se pode indicar o atual Cardeal Patriarca de Lisboa.

Neste registo é relevante mencionar que a Faculdade de Direito é a escola de direito portuguesa, entre públicas e privadas, com menor taxa de diplomados desempregados.

Sendo a maior Faculdade de direito do país, é também a faculdade onde há tradicionalmente uma maior participação dos alunos na vida académica, com uma associação de alunos centenária e especialmente ativa (a AAFDL). Mas a relação com os antigos alunos tem sido ténue, muitas vezes circunscrita a uma visita aniversária por altura de datas simbólicas. Pretende-se inverter essa situação através da Associação de Antigos Alunos da Faculdade de Direito de Lisboa (AAAFDL).

*

A conclusão da licenciatura é simbolicamente um momento de superação para cada aluno, em que a sociedade reconhece, através da Academia, o seu

esforço e dedicação no estudo de uma ciência. Mas é motivo para uma satisfação acrescida terminar a licenciatura de Direito numa das mais prestigiadas Faculdades do País, com uma dimensão histórica e simbólica tão marcada e com uma comunidade de *alumni* tão ilustre. Este livro que agora se publica – esperando-se ser o primeiro de muitos a editar anualmente com testemunhos de vários antigos alunos – ilustra bem a diversidade, a riqueza e o legado que cada recém-licenciado tem inscrito no diploma de licenciatura que recebe.

Hoje, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa continua a tecer o futuro nos mais diversos setores de atividade, e este livro de testemunhos é ele próprio disso um testemunho. As individualidades que aqui nos honraram com os seus textos – traduzindo em palavras a sua experiência de vida, agora partilhada com toda a Academia – são personalidades incontornáveis da nossa cena jurídica, política, cultural e social. Contam-nos neste livro as suas histórias da Faculdade não como historiadores ou jornalistas, mas como cúmplices diretos e autênticos dos acontecimentos e experiências pessoais que viveram e recordam com saudade (ou por vezes sem ela). A todos deixamos o nosso sincero agradecimento e a todos pedimos que vejam este livro como uma homenagem não só à nossa Faculdade, mas também ao seu percurso de vida.

Este livro é também uma pequena amostra do património incomensurável que os *alumni* representam e que necessitamos de valorizar, estudando-o, organizando-o, cativando-o e mobilizando-o para a missão da Faculdade de criação, transmissão e difusão da cultura e da ciência jurídica. Assim se mantém o nível de excelência que esta Faculdade partilha também com a sociedade há mais de 100 anos.

O Diretor da Faculdade

PEDRO ROMANO MARTINEZ

A Direção da AlumniFDL

BRUNO ADREGO MAIA, JOÃO MARCELO,
PEDRO RIBEIRO DE SOUSA, DIANA NASCIMENTO,
JOÃO DIOGO STOFFEL, DAVID SALGADO AREIAS,
CATARINA LIMA SOARES, ANTONIO PASSOS LEITE,
BRUNO RICARDO PEREIRA, HENRIQUE GUERRA CAPELAS

HOMENAGEM A MANUEL CARVALHO

Nesta ocasião não podemos deixar de prestar uma sentida homenagem ao recentemente falecido antigo aluno da FDUL Manuel Carvalho, um dos fundadores da Associação de Antigos Alunos e membro da sua atual Direção.

Manuel Carvalho teve um notável percurso académico e profissional. Na Faculdade foi vogal da Direção da Associação Académica no ano letivo de 2006/2007, vice-presidente em 2007/2008 e Presidente em 2008/2009. Teve um papel particularmente ativo e preponderante no associativismo nacional durante o conturbado período da implementação da reforma de Bolonha no ensino superior. Na sequência da entrada em vigor do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, participou ativamente na elaboração dos novos estatutos da FDUL.

Todos os que tiveram o privilégio de conhecer o Manuel Carvalho são testemunhas da sua inteligência e sagacidade nos momentos difíceis, da sua capacidade de trabalho e perseverança nos caminhos penosos, da sua generosidade e espírito de serviço nas causas que abraçava, da sua humildade para aprender, da sua lealdade enquanto seguidor e do seu exemplo enquanto líder.

Manuel Carvalho permanecerá sempre connosco na nossa memória e nos nossos corações.

A Direção da AlumniFDL

ÍNDICE

ADOLFO MORAIS DE MACEDO	15
ADRIANO MOREIRA	19
AFONSO D'OLIVEIRA MARTINS	23
ALBERTO ARONS DE CARVALHO	29
ALEXANDRE FARIA	31
ANA GOMES	35
ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA	47
ANTÓNIO CLUNY	49
ANTÓNIO GARCIA PEREIRA	53
ANTÓNIO PINTO LEITE	57
BASÍLIO HORTA	61
CRISTINA ESTEVES	65
DIOGO FREITAS DO AMARAL	69
FRANCISCO PESTANA	73
FRANCISCO PINTO BALSEMÃO	77
FRANCISCO SARSFIELD CABRAL	81
GERMANO MARQUES DA SILVA	85
GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS	89
JOÃO GONÇALVES FERREIRA	93
JORGE MIRANDA	105
JORGE PRETO	109
JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO	113
LEONOR BELEZA	117
LUÍS ANTÓNIO NORONHA NASCIMENTO	121
LUÍS SÁRAGGA LEAL	125
(JOÃO) MIGUEL DE SERPA SOARES	127
SOFIA MONTEIRO GRILLO	131
SOFIA PINTO COELHO	133
VITOR MELÍCIAS	135

TESTEMUNHOS

ADOLFO MORAIS DE MACEDO

(ADOLFO LUXÚRIA CANIBAL)

Advogado

Músico

Poeta

A MINHA PASSAGEM PELA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

Eu entrei para a Faculdade de Direito de Lisboa no ano lectivo de 1978/1979, quando ainda estavam bem vivas as memórias do 25 de Abril de 1974 e do período social e politicamente agitado que se lhe seguiu, cujo rasto continuava presente em muitos pormenores do quotidiano.

De entre essas memórias eu guardava as histórias que, à mesa do café, os universitários de então traziam do Porto, Coimbra ou Lisboa, quando regressavam a Braga para passar o fim-de-semana ou as férias escolares, sobre as tertúlias que frequentavam, as lutas sociais que aconteciam, as ideias que discutiam, os livros que andavam a ler. O universo de onde vinham parecia tão mais adulto e fascinante do que a pacatez entediante da minha vida liceal e provinciana da Braga dessa época! Assim, uma das minhas maiores expectativas ao ingressar na faculdade era a de que finalmente ia encontrar e entrar nessa esfera adulta tão invejada e conhecer um ambiente estimulante, de ideias abertas, modernas, onde se faziam coisas inauditas, divertidas, animosas, e se falava e discutia sobre o mundo, sobre arte, sobre a vida...

Qual não foi a minha desilusão ao penetrar pela primeira vez na Faculdade de Direito e avistar uma multidão de jovens tão pueris, deslocados e perdidos quanto eu e, horror dos horrores, quase todos envergando um *blazer* azul-marinho como uma espécie de farda identitária. Quão diferente era o panorama que se me deparava da imagem que havia fantasiado! E os dias seguintes só vieram confirmar esta impressão inicial, a tal ponto que no final da primeira semana de aulas decidi rapar a farta barba que me cobria

o rosto e retirar a argola que tinha na orelha esquerda, a ver se me sentia menos esquisito naquela atmosfera tão padronizada. Mas nem assim...

As minhas lembranças da Faculdade de Direito são pois marcadas por este dilacerante conflito primordial entre a procura da integração e a recusa, que teve várias fases e só não acabou no abandono puro e simples graças à clarividência dos meus pais que, pacientemente, sempre me aconselharam a manter a matrícula. E assim foi, mesmo nesses dois anos a metade do curso em que não pus os pés na faculdade e que coincidiram com os meus passos iniciáticos no meio musical! De facto, logo no primeiro ano, por essas artes do destino que tendem a juntar os iguais, travara conhecimento com um colega lisboeta – coisa de alguma raridade num meio estudantil então maioritariamente composto por estudantes vindos da “província” – que era entendido na vivência cultural alternativa e marginal da capital e que me iniciou no circuito dos concertos e da recente tendência que, a exemplo do que se passava no Reino Unido, chegava a Lisboa: o *punk rock*. Eram espetáculos juvenis, quase clandestinos, realizados na sua maioria em ginásios de liceus, onde a música – bruta, imberbe e tosca – era apenas pretexto catalisador para uma nova e excitante expressão social. E foi assim que, sem qualquer aptidão particular nem anterior inclinação, me veio a apetência para subir a um palco e fazer “música”, a tal ponto que no final de 1981, depois de várias tentativas malogradas, dava o meu primeiro concerto com o segundo grupo musical que criara. Nessa altura já a Faculdade de Direito começava a ser um longínquo cenário de fundo, onde ia de vez em quando encontrar os amigos que fizera de entre os colegas de curso.

De facto, até ao terceiro ano, ainda que de forma intermitente, mantive-me activo na escola, participando desde a primeira hora no relançar do Cénico de Direito, nas primeiras acções e criação do que viria a ser a Tertúlia Académica ou na concepção e lançamento de uma inédita lista não-partidária às eleições para a Associação de Estudantes, mas a padronização da ambiência universitária acabara por me pesar em demasia. E foram precisos dois anos de ausência e completo afastamento para me decidir a regressar e levar a oito as disciplinas em falta e que uma reforma do plano de estudos entretanto ocorrida havia disseminado por diferentes anos curriculares. E em boa hora o fiz! Com efeito, terminada a licenciatura, se já retinha agradáveis impressões de alguns professores que tivera – como Marcelo

Rebello de Sousa ou Teresa Pizarro Beleza, para mencionar apenas as mais gratas –, de vários momentos passados na faculdade e de muitos colegas que conhecera, percebi algo mais importante do que essa mera emoção positiva, por muito marcante que seja: o quanto esses anos de formação, qual ritual de passagem para a idade adulta, moldaram o meu olhar e o meu raciocínio, inculcando-me uma consciência do valor da palavra que, mesmo para além do ofício jurídico, se revelava de fundamental pertinência, sobretudo no âmbito de domínios em que cada vez me encontrava mais envolvido, como a escrita poética ou poético-musical. Mas apercebi-me também, especialmente após começar a labutar como jurista e, depois, como advogado, o quanto gostava de Direito e o quanto a passagem pela faculdade tinha sido essencial para o germinar e cimentar desse gosto!

Adolfo Moraes de Macedo

ADRIANO MOREIRA

Professor Universitário

Advogado

O CURSO DA GUERRA

O curso que frequentei na Faculdade de Direito de Lisboa foi o que decorreu durante o período da segunda guerra mundial. E, todavia, a mudança do mundo não encontrava lugar nas cadeiras da que tinha sido chamada Faculdade de Ciências Sociais, se bem recordo. De facto, tal como aconteceria no país em geral, o critério era o da vida habitual. Isso refletia-se no ritual académico. A Faculdade estava instalada no edifício onde hoje se encontra a Embaixada da Alemanha, no Campo dos Mártires da Pátria, que pretendíamos fazer admitir que era uma designação em nossa homenagem. As instalações eram deficientes, nos intervalos o melhor era sair para o jardim público, e a separação entre rapazes e raparigas era preventiva. Nas aulas, as creio que cinco condiscípulas, entravam primeiro, deixavam um intervalo nas bancadas, e depois entravam os rapazes. No fim da aula o sistema era o mesmo, mas elas tinham uma sala privativa para os intervalos, e nessa sala os rapazes não entravam. Todavia, com a limitação de instalações e meios, a qualidade do ensino era assinalável, assim como o apoio da Biblioteca. Havendo apenas duas Faculdades de Direito, a de Coimbra e a de Lisboa, a primeira dispensara alguns excelentes mestres para a segunda, que nesse meu tempo já dispunha de mestres ali formados que se notabilizaram. Por outro lado, não havia problemas de emprego, em vista da limitada produção de diplomados, de modo que a questão era escolher a carreira que se desejava seguir: advocacia, magistratura, diplomacia, eram as mais ambicionadas. Posto isto, considero de justiça lembrar alguns dos mestres, pela ordem da presença que marcam na minha memória. Em primeiro lugar o Conselheiro (título herdado da Monarquia) Montenegro, professor de História do Direito Romano, cego, que vinha guiado por um jovem secretário, e que nós, alinhados pelo passeio exterior a que tínhamos que recorrer, cumprimentávamos com respeitosa vénia, à qual ele, respondendo a discreto

sinal do acompanhante, correspondia tirando o chapéu. Ditava para o quadro o sumário da lição do dia, que um estudante escrevia, tudo na tradição coimbrã, e usava um português impressionantemente correto, depurado, claramente inteligível, rigorosamente científico, e documentado felizmente pelas lições que correrem escritas. Depois, o Doutor Jaime de Gouveia, que seria meu primeiro patrono no estágio para advocacia, morrendo entretanto, que ensinava Direito Civil, era paraplégico, chegava num velho automóvel, e era levado numa chamada “cadeirinha” formada pelas mãos cruzadas do motorista e do porteiro, escada acima até à sala de aulas. Para o ajudar teríamos o primeiro e único assistente dessa época, o Doutor Luís Pinto Coelho, mais tarde professor. Dos professores seniores o meu professor mais marcante para toda a vida foi o Doutor Rocha Saraiva (o professor), que fora colocado a ensinar Direito Internacional, afastado do Direito Constitucional que lhe pertencera porque duvidava da constitucionalidade da Constituição de 1933. De um prognatismo acentuado, e com uns olhos impressionantes que pareciam refletir a luz do sol quando, como era seu hábito, pensava olhando para a janela. Foi o primeiro académico que, chegando a uma das aulas com dúvidas sobre a exatidão do que ensinara sobre Kelsen na aula anterior, declarou que ia repetir a matéria para corrigir e clarificar a exposição que fizera. Contra os costumes da época, recebia os estudantes na Biblioteca, ou no chamado Café dos Senadores que frequentava pelo Largo Saldanha. Um dia, perguntando porque é que habitualmente dava apenas meia hora de aulas, ensinou, com tranquilidade, que o que não se explica em meia hora, é inexplicável. E por fim, as duas, para a época, colunas do *Templo*, que eram o Doutor Paulo Cunha, alegre, prazenteiro, músico, grande sistematizador, e que tinha a seu cargo Obrigações, Direito Reais, Família, Sucessões, Processo, e nunca mostrava fadiga ou falta de paciência. Seria Ministro dos Negócios Estrangeiros quando ganhou o processo, no Tribunal da Haia, contra a ocupação de Dadra e Nagar Aveli, ajudado pelo Doutor Braga da Cruz, Reitor de Coimbra, e pelo jovem e brilhante advogado, que foi o seu antigo discípulo, e depois Professor da Faculdade, Doutor Galvão Teles. Seria o Chefe da Primeira Delegação de Portugal à ONU, quando ali fomos admitidos. O outro era o Doutor Marcello Caetano, que ensinou História do Direito Português (por morte do Doutor Pedro Martins), Administração Colonial, Direito Corporativo, Direito Administrativo, ocasionalmente Direito Penal, não tocando no Direito Constitucional enquanto foi

vivo e ativo o Doutor Fezas Vital. Dele nos foi logo dito que seria o sucessor do Doutor Salazar, o que se verificou cerca de meio século mais tarde. Nesse curso, em que se formaram talvez umas três dezenas de estudantes, distinguiram-se entre os mais brilhantes, e por exemplo, Sidónio Rito, que foi um grande advogado, e morreu cedo vítima de cancro, Manuel Gonçalves Pereira que foi dos mais competentes e respeitados conselheiros do Supremo Tribunal Administrativo, mas todos prestando homenagem e honrando a Faculdade que os ensinou e cujo prestígio e autoridade ajudaram a firmar na opinião pública, todos cientes de terem ajudado a consolidar os alicerces sobre que foi crescendo até ocupar o lugar destacado que lhe é reconhecido nacional e internacionalmente.

Adriano Moreira

AFONSO D'OLIVEIRA MARTINS

Reitor da Universidade Lusíada

ALGUMAS RECORDAÇÕES PESSOAIS DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

1. A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Faculdade) é, sem dúvida, para mim, uma instituição que marcou decisivamente o meu percurso de vida académica (e também pessoal), tendo sido determinante para a minha formação como jurista e como professor universitário.

A ela estive vinculado, a diferentes títulos, durante 17 anos (de Setembro de 1975 a Outubro de 1992): primeiro, como estudante e, depois, como docente. Aí concluí a licenciatura e o mestrado em Direito, tendo também obtido a equivalência ao grau de Doutor em Direito na sequência da concessão do respectivo grau académico pela Facultad de Derecho da Universidad Complutense de Madrid. No âmbito da docência, ao longo de 14 anos, exerci funções, primeiro e ainda enquanto aluno, como monitor (1978 a 1980), depois, como assistente estagiário (1980 a 1986) e, finalmente como assistente efectivo (1986 a 1992).

O meu percurso de vida na Faculdade começou por ser marcado por *tempos difíceis* que corresponderam a um *período revolucionário* muito conturbado, atravessando a seguir uma fase que foi de *normalização institucional* e que por fim conduziu ao relançamento e afirmação da Faculdade como instituição universitária de referência.

Neste meu breve testemunho, procuro trazer à memória esses *tempos* no que eles representaram para a instituição e também para mim.

2. Começando com uma recordação dos *tempos difíceis*, lembro que a Faculdade, na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974 e, em particular, no final do ano lectivo de 1973/74 e nos anos lectivos de 1974/75 e 1975/76, sofreu os efeitos de um gravíssimo fenómeno de erosão institucio-

nal revolucionária que determinou o arrasamento da sua anterior estrutura directiva, pedagógica e científica.

Procurando-se fazer *tábua rasa* do passado, foi desencadeado, logo em 1974, um processo que começou por um *saneamento político em massa* dos antigos professores e pela entrada de novos docentes escolhidos em razão do seu alinhamento político-ideológico de sentido revolucionário. A intenção foi a de criar as condições necessárias para que viesse a vingar um projecto de ensino do Direito que claramente se apresentasse com marca ideológica e matriz revolucionária.

Neste período, o eixo de governação académica foi transferido para as RGAs (Reuniões Gerais de Alunos), sujeitando-se essa governação ao acaso da luta entre poderes fácticos que predominantemente foram comandados a partir de diversas organizações políticas comunistas e de extrema-esquerda e que violentamente contrastaram entre si.

A situação de degradação institucional e pedagógica nesses anos foi tal que, em 1976, a Faculdade correu o risco sério de ser declarada pelo Ministério da Educação e Cultura em situação de ruptura pedagógica.

3. Tendo ingressado na Faculdade no ano lectivo de 1975/76, o conhecimento que tenho dos acontecimentos ocorridos nos anos imediatamente antecedentes, de 1973/74 e de 1974/75, é sobretudo indirecto, fundando-se em relatos que me iam sendo feitos e que, com frequência, se referiam a *episódios revolucionários* absolutamente extraordinários.

Em 1974, o meu contacto com a Faculdade foi apenas pontual: apresentei então a minha pretensão de inscrição no 1.º Ano do Curso de Direito, tendo esta sido logo recusada com fundamento em que, por determinação legal, no ano lectivo de 1974/75 eu estaria obrigado a cumprir serviço cívico e que essa era uma condição *sine qua non* para aceitarem a minha inscrição.

Neste contexto, o ano lectivo de 1974/75 acabou por ser um ano perdido, para mim e desde logo para todos os então novos candidatos ao ensino superior. Tanto quanto julgo saber, na Faculdade, nesse ano lectivo, não houve admissão de novos alunos para a frequência do 1.º Ano do Curso de Direito, o que implicou que, em 1979, só marginalmente saíram novos alunos licenciados pela Faculdade de Direito de Lisboa.

4. O ano lectivo de 1975/76 – ano do meu efectivo ingresso na Faculdade – foi um ano de formação quase perdido, face à degradação crescente das condições de funcionamento e de ensino que afectavam então a vida da Faculdade.

As disciplinas que os alunos do 1.º ano foram chamados a frequentar foram as de: Economia Política; Teoria do Direito; História Económica e Social Portuguesa e Ciência Política.

Com excepção da disciplina de Teoria do Direito, que foi leccionada com um programa de conteúdo jurídico, todas as demais disciplinas foram asseguradas por docentes que procuraram imprimir um conteúdo marcadamente ideológico de esquerda ao ensino que ministravam, utilizando um registo que fazia antever intenções extra-científicas.

Noutro aspecto, cabe referir que nesse ano lectivo a avaliação dos alunos, em todas as disciplinas, foi feita, por regra, com base na apresentação de trabalhos de grupo, não se realizando quaisquer testes ou exames. E o resultado dessa avaliação era expresso nas fórmulas de *apto* ou *não apto*, sendo que, para tanto, no final, concorria a votação de todos os alunos da turma respectiva. Seguindo este método, todos os alunos presentes no dia da votação da *nota de avaliação contínua*, invariavelmente, alcançavam a aprovação na disciplina. Nem outra coisa seria pensável!

Este conjunto de circunstâncias começou a gerar revolta naqueles alunos – e eram muitos – que não aceitavam aquela orientação de ensino e esta situação de degradação pedagógica, começando a desenvolver-se um movimento de grave contestação aos docentes e ao regime de avaliação a ponto de frequentemente se verificarem situações de recurso às *vias de facto* entre alunos defensores de orientações contrastantes.

5. Nos anos lectivos seguintes, de 1976/77, de 1977/78 e de 1978/79, entrou-se numa fase de progressiva normalização da vida da Faculdade e do seu ensino, determinada, nomeadamente, pelo seguinte: entrada em vigor de um novo regime de gestão das escolas de ensino superior (Decreto-Lei n.º 781-A/76, de 28 de Outubro); criação de uma Comissão de Reestruturação que foi encarregue de definir as linhas gerais de orientação pedagógica, métodos de ensino e provas de avaliação de conhecimentos (Decreto-Lei n.º 843-B/76, de 9 de Dezembro); regresso ao ensino de antigos professores,

fazendo-se reverter as situações de saneamento político antes verificadas; contratação de novos docentes de acordo com procedimentos mais rigorosos (com realização de cursos de preparação de docentes, como o que foi assegurado, em 1977, pelo Professor André Gonçalves Pereira relativamente à área das ciências jurídico-políticas); eleições para os órgãos da Associação Académica e para os órgãos académicos da Faculdade, que (progressivamente, desde 1976 e nos anos seguintes) conduziram a resultados favoráveis aos grupos de estudantes que se batiam pela *normalização institucional* da Faculdade e dos respectivos modelos pedagógicos.

Uma das questões que então provocou mais acesa luta política foi a relativa à definição do regime de avaliação de conhecimentos, discutindo-se a introdução dos testes escritos como complemento da avaliação contínua. Os grupos de estudantes mais radicais, inconformados com o curso dos acontecimentos que contrariava as suas pretensões, concentraram muitos dos seus esforços nessa questão, convocando greves e promovendo a contestação em termos que, frequentemente, tiveram expressão violenta.

6. Nesse período, em particular em 1978 e 1979, tive oportunidade de participar mais activamente na vida institucional académica, tendo integrado – na sequência de eleição – a Direcção da Associação Académica da Faculdade (então presidida por Pedro Santana Lopes), com responsabilidades particulares nos assuntos pedagógicos.

Nesse contexto fui também incumbido de promover a criação e de dirigir uma publicação jurídico-científica – a Revista Jurídica da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. No momento que então se vivia, tal parecia ser uma temeridade. No entanto, o seu primeiro número veio a ser publicado em Maio de 1979. Contei para tanto com a colaboração de um corpo redactorial, do qual fizeram parte Ricardo Leite Pinto e, mais especializadamente, João Gonçalves Ferreira, Maria Lúcia Amaral e Pedro Sá Nogueira. Lembro também que, para o efeito, foi determinante o contributo dado pelos membros da respectiva Comissão Científica: Professores Armando Marques Guedes, João de Castro Mendes, Nuno Espinosa Gomes da Silva e Paulo Pitta e Cunha. A colaboração entre docentes e alunos neste projecto foi decisiva.

Nesse mesmo período, também na sequência de eleição, integrei o Conselho Pedagógico da Faculdade, lembrando a propósito que os trabalhos deste órgão foram marcados por um espírito constructivo de sã convivência colegial e recordando com saudade o modo superior como os trabalhos deste órgão foram conduzidos pelo seu Presidente, o Professor João de Castro Mendes.

Estas experiências, pessoalmente, foram muito marcantes.

7. Noutro registo, não posso deixar de lembrar a minha experiência docente na Faculdade que se iniciou em 1978 como monitor, quando ainda era aluno (e na sequência de concurso), e que abriu caminho a uma carreira académica à qual acabei por me dedicar e que seguiu o seu *cursus* ininterruptamente até ao presente (desde 1986 também numa outra instituição – a Universidade Lusíada – à qual passei a estar vinculado em exclusividade a partir de 1992 e na qual exerço hoje funções reitorais).

No meu percurso como docente na Faculdade tive o privilégio de colaborar com os Professores André Gonçalves Pereira, Armando Marques Guedes, Fausto de Quadros, Filipe Vieira, Joaquim Silva e Cunha, Jorge Miranda e Marcelo Rebelo de Sousa, tendo aprendido com todos as exigências próprias da docência e em geral da vida universitária.

Por tudo isto e por muito mais que não cabe neste pequeno depoimento, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa representa para mim uma instituição à qual estou grato por tudo o que nela ganhei e à qual me ligam laços que nem o tempo conseguirá desfazer.

Afonso D'Oliveira Martins

ALBERTO ARONS DE CARVALHO

Professor Universitário

TEMPOS DE CONVÍVIO, APRENDIZAGEM E LUTA

Recordo, em primeiro lugar, da minha passagem pela Faculdade de Direito de Lisboa (1968-1974) as amizades que fiz, os momentos de convívio e cumplicidade com tantos colegas, o início da idade adulta, com tudo o que isso implica – liberdade, autonomia, responsabilidade... Foram tempos de convívio...

Mas foram também tempos de aprendizagem. Recordo o muito que aprendi com muitos e bons professores: António Sousa Franco, Miguel Galvão Teles, Isabel Magalhães Colaço, Diogo Freitas do Amaral, André Gonçalves Pereira (gostei muito das aulas de Direito Internacional Público!), João de Castro Mendes, Sérvulo Correia, Luís Silveira, Paulo Pitta e Cunha, Jorge Miranda, entre outros. Foi um trabalho que fiz para a cadeira de Direito Administrativo (Freitas do Amaral), em conjunto com o meu saudoso amigo e colega António Monteiro Cardoso, que viria a transformar-se no primeiro dos livros que escrevi sobre Direito da Comunicação Social. Estava então bem longe de imaginar que viria, eu próprio, a ser docente universitário durante cerca de 30 anos...

E foram ainda tempos de luta contra o regime. Recordo as lutas estudantis, as iniciativas da Associação Académica, as greves, a invasão da polícia de choque e as bastonadas que apanhei dos *gorilas* – como eram apelidados os seguranças que a Direção da Faculdade colocou para reprimir os estudantes contestatários. Não esqueço o assassinato por elementos da PIDE/DGS de um colega, José Ribeiro dos Santos, e as manifestações que se seguiram. Nem o conservadorismo prevalecente – a obrigação de levar gravata para os exames, a separação nas salas de aula entre as raparigas, que ficavam nas primeiras filas, e os rapazes... Outros tempos...

Alberto Arons de Carvalho

ALEXANDRE FARIA

Advogado
Presidente do Estoril Praia

UM CURSO HUMANITÁRIO

No início dos anos 90 dava os meus primeiros passos, com muita satisfação, na Faculdade de Direito de Lisboa, única opção de escolha universitária que tinha efectuado. Ciente do que pretendia para o futuro, ou, pelo menos, acompanhado por aquela determinação própria da idade que só o tempo se encarrega de esclarecer de uma forma cabal, viria a ser, no entanto, muito surpreendido pelo peso e pela importância da instituição. Sobretudo pela sua magnitude e pela sua história, envolvente e impressionante, que rapidamente nos reconduz a níveis de modéstia.

Talvez inspirado por esta dimensão que senti, e a exemplo do que já procurava fazer antes, em termos de participação cívica, política ou social, resolvi enfrentar os anos seguintes numa perspectiva mais abrangente, que não se circunscrevesse apenas ao Direito e que alargasse o âmbito do que poderia realizar, tendo, desta vez, a minha faculdade como parceira privilegiada.

Desconhecia, na altura, que a instituição universitária onde me inseria, seria uma das principais responsáveis por hoje me conhecer melhor, e que estaria, desde então, a adquirir ferramentas determinantes para o resto da minha vida.

Inspirado pelo legado com o qual me identificava, recordo o período de tempo em que assumi a coordenação editorial do Jornal Lex Press, da Associação Académica, e a forma como pretendia trazer opiniões de outros sectores da sociedade sobre o Direito, tal como factos, discussões e análises mais marcantes da actualidade, assim como o regresso de artigos mais pessoais de grandes figuras marcantes da faculdade.

A sintonia de objectivos com a direcção da AAFDL da altura, e a plena liberdade que me foi concedida, permitiram registar testemunhos inéditos e criar uma reformulada plataforma comunicacional com o universo da faculdade, trazendo credibilidade e notoriedade ao seu jornal oficial.

Mas a insatisfação própria e permanente da juventude, à qual se juntava a feliz coincidência de ter nascido em África, ainda viria a trazer maiores contributos para o meu processo pessoal evolutivo, na faculdade.

O recém-criado Núcleo de Estudantes Africanos aliava-se à AAFDL e criava o Projecto África Reencontro de Culturas, com a marca da Faculdade de Direito de Lisboa. A ideia-base era simples, mas profundamente ambiciosa: mostrar África a quem nunca lá esteve e proporcionar que África demonstrasse todo o seu potencial aos estudantes portugueses que aderissem, através da realização de projectos humanitários e culturais em países africanos de expressão portuguesa.

Quando o então Presidente do Conselho Directivo, Prof. Doutor Jorge Miranda, se associou e nos incentivou com todo o seu empenho, incansável, apercebemo-nos que tudo seria possível e que iríamos representar a nossa faculdade em algo inédito para todos.

Tive o inesquecível privilégio de pertencer ao grupo fundador deste objectivo, que concretizaria, com excelentes resultados, verdadeiras missões em São Tomé e Príncipe, em 1994, na Guiné-Bissau, em 1995, e em Moçambique, nas suas regiões Sul, Centro e Norte, de 1996 a 1998.

Os factores mais decisivos para o sucesso passaram pelas ligações institucionais existentes entre a Faculdade de Direito de Lisboa, a Faculdade de Direito de Bissau e Faculdade de Direito Eduardo Mondlane, em Maputo, que permitiram a realização de debates jurídicos sobre temas da nossa actualidade comum e uma distribuição especializada de edições jurídicas às respectivas bibliotecas.

Por outro lado, a notoriedade internacional da nossa casa abriu portas nas Embaixadas respectivas, assim como nos respectivos centros culturais, locais de destino privilegiado à distribuição de livros e edições de autores lusófonos que recolhíamos durante o ano lectivo, junto das mais diversas editoras, e que passaram a constar nas bibliotecas de acesso público. E onde

realizámos sempre, com grande adesão, debates sobre a Língua Portuguesa no mundo, bem como peças de teatro, recitais de poesia lusófona e espectáculos musicais, que estendemos a todas as salas do interior dos países onde estivemos, assim existissem as mínimas condições logísticas.

Os grupos que partiam para cada destino, tendo por base uma criteriosa distribuição de nacionalidades, de modo a assegurar a perspectivada simbiose entre portugueses e africanos, dedicavam grande parte do seu tempo disponível à recolha anual de roupa, calçado, material hospitalar e medicamentos permitidos, para, posteriormente, se entregarem no terreno ao levantamento das cargas nos portos e alfândegas, trazidas por contentores por nós organizados. E, como uma verdadeira organização não-governamental, passávamos então à fase mais gratificante e arriscada. Todos os donativos eram colocados em viaturas cedidas pelos ministérios nacionais para a subsequente distribuição directa às populações, efectuada exclusivamente por nós, fora dos centros das cidades, onde a ajuda se realiza com menor predominância. Sempre com a marca da Faculdade de Direito de Lisboa bem presente.

Há rostos, momentos e lugares que nunca serão esquecidos por todos aqueles que conseguiram participar nestes projectos, tal como, entre nós, existem laços e ligações que ainda hoje perduram, únicos e inquebráveis, resistentes ao tempo e às fronteiras. Neles se encontram as minhas amizades mais profundas, sobreviventes às mais incríveis adversidades que ultrapassámos juntos. Bem conscientes hoje que só foram ultrapassadas precisamente por estarmos juntos, na nossa diversidade de opiniões e de personalidades.

Muitos anos depois, quando assumi a responsabilidade do pelouro das Relações Internacionais na Câmara Municipal de Cascais, como Vereador, qualquer reunião ou escolha de melhor parceiro para uma acção de cooperação em África ficou muito mais facilitada, pela troca de experiências e pelo conhecimento da realidade local. E ainda hoje, enquanto Presidente do Estoril Praia e beneficiando da ligação existente com clubes-irmãos em África, como o Estoril Atlético Clube, em Cabo Verde, ou o Estrela Negra de Bolama, na Guiné-Bissau, procuro dar continuidade ao que aprendi, na Faculdade, e às experiências que abracei.

Por vezes questionou-me se a Faculdade de Direito de Lisboa me ensinou mais sobre mim próprio ou sobre o Direito. Apesar de ainda hoje me restarem dúvidas sobre a resposta mais certa, mantenho a certeza e a plena convicção que sou um melhor ser humano graças a esse tempo. E que a nossa aprendizagem deve ser complementar, nessa simbiose mútua de princípios e de valores que nos deve nortear, associando os conhecimentos que nos transmitem a todos aqueles que vamos descobrindo acerca da nossa própria personalidade. Essa lição jamais esquecerei e por esses ensinamentos estarei sempre grato à instituição que me acolheu.

Alexandre Faria

ANA GOMES

Jurista

Antiga diplomata

Política

COMO VIVI E SOBREVIVI NA FDL

Entrei pela primeira vez na FDL – Faculdade de Direito de Lisboa – em Novembro de 1972, no dia em que foi reaberta, depois de um período de encerramento por ter sido assassinado pela PIDE o estudante José António Ribeiro dos Santos, que era aluno do 4.º ano da Faculdade e Presidente da Assembleia Geral da Associação de Estudantes (AAFDL). Fora morto no dia 12 de Outubro de 1972, atingido por um tiro de um agente da PIDE durante uma reunião de estudantes no Instituto Superior de Economia, ao Quelhas. O assassinato gerara comoção nacional e internacional – eu soube dele dois dias depois, estando de passagem por Paris: numa manifestação contra a guerra do Vietname, alguém me alertou. Regressei a Lisboa para encontrar fechadas as portas da Faculdade onde devia ingressar: o regime esperava que abrandasse a tensão no meio estudantil causada por aquele assassinato.

Quando a FDL reabriu, havia mudanças: os 500 alunos do primeiro ano passavam a ter aulas à tarde, separados dos outros anos – além de razões logísticas, havia o objectivo de evitar que fossem contaminados pela agitação política. Estávamos divididos em duas turmas e éramos cobaias da chamada “reforma Veiga Simão”: passávamos a ter Teoria Geral do Direito Civil e Economia no 1.º ano, além de Introdução e Constitucional; e no 2.º Direito Penal, Sucessões, Família, Reais e Obrigações. E a afrontar logo as respectivas “feras” – corria que a ideia era fazer razia logo nos dois primeiros anos. Embora já doente, o Prof. Paulo Cunha mantinha-se jovial e truculento. Miguel Galvão Telles, o mais novo professor, era o mais descontraído e o mais aberto.

Lembro-me das impressões das aulas iniciais: as instalações eram lúgubres, havia muito mais rapazes que raparigas, e quem mandava não eram professores e assistentes, nem sequer o director, Prof. Pedro Soares Martinez: era o PIDE Félix e sua mulher, contínuos à entrada. E eram os “gorilas”!

A FDL era, desde o ano anterior, a escola-piloto para a ditadura, à pala da “reforma Veiga Simão”, apostar na “bully”-segurança infundida por “vigilantes”, apropriadamente crismados de “gorilas” pelos estudantes. Era impossível não os notar, omnipresentes desde a porta de entrada, espalhados pelos átrios da Faculdade, estacionados nas portas das salas de aulas, algumas vezes entrando por elas adentro, marinbando-se para os professores. Recrutados entre rufiões “culturistas” desmobilizados da guerra colonial, pavoneavam-se de uniformes esgoilados a deixar ver pelame e peitorais, no estilo chungoso do chefe, distinguido em truce e poses óleo-musculadas na capa e páginas interiores da revista “Mr. Tarzan”, que circulava nas mãos e nos gozos dos alunos.

Volta e meia, os gorilas confiscavam-nos os cartões de estudante – quantas vezes não tive que ir esperar a Prof. Isabel Magalhães Colaço ou o sempre afável Assistente Luís Silveira, junto à porta de entrada dos professores, para lhes pedir ajuda para eu própria conseguir entrar na Faculdade – kafkianamente, os gorilas apreendiam-nos os cartões e depois não nos deixavam entrar por... “falta de cartão de identificação”. E quantas vezes não investiam pelos anfiteatros para caçar os estudantes “subversivos” que, fechadas as portas ao início da aula, pediam ao professor licença para dar informações sobre publicação de sebatas, mapas de exames e... estudantes presos.

Aconteceu-me várias vezes ter de jogar ao rato e gato com os “gorilas” dentro das aulas, pois no primeiro ano, em 72-73, acabei eleita delegada de curso na minha turma (anfiteatro 2) pela lista “Ousar Lutar, Ousar Vencer”. Lista que – mais tarde vim a saber – tinha ligações a um partido político clandestino recém-fundado (1970), o MRPP.

A verdade é que o que mais me interessava com a entrada na Faculdade não era realmente estudar: era a autonomia da família (embora continuasse a viver em casa de meus pais, em Benfica) e era a possibilidade de juntar-me a outros estudantes, de me fazer “organizar” para agir politicamente e derrubar a ditadura fascista que, além da opressão, pobreza e cinzentismo

quotidianos, nos impunha a assassina e injusta guerra colonial. Já vinha do liceu com a convicção de que era preciso dar o corpo ao manifesto e arriscar o que fosse preciso para dar cabo do fascismo – em casa, o ambiente familiar era anti-regime, embora sem activismo. Mas eu acompanhara o meu pai a debates da CEUD e da CDE na “farsa eleitoral” de 1969 e já desde os 13/14 anos, no liceu Maria Amália, depois no D. Pedro V e finalmente no Liceu Nacional de Cascais (que era em S. João do Estoril), andara sempre pelos meios aspirantes a conspirativos em redor do MAEESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa), então dirigido – imaginem por quem? Por Nuno Crato. Sim, o Ministro da Educação de Passos Coelho era, à época, um “revolucionário” suspeito de “actividades subversivas”, a ponto de, embora excelente aluno, ter sido expulso do seu Liceu Pedro Nunes no 7.º ano...

“Subversiva” também era o que eu queria mais ser, queria mesmo destruir o regime. Por isso, mal me apanhei na Universidade, fui à procura dos “subversivos” a quem teria de me juntar. Mas a Faculdade estava sitiada pelos “gorilas”, os corredores da cave estavam inacessíveis, a Associação de Estudantes estava fechada, ninguém queria/podia falar naquela catreia de caloires e o pessoal que eu já conhecia (6 ou 7 colegas que vinham comigo do liceu) não estava muito virado para a política...

Rapidamente compreendi que na FDL não me safava, foi a minha amiga de infância a Minô, já no 4.º ano de Medicina, em Sta. Maria, que me explicou que teria de ir à Cantina da Cidade Universitária. Ali é que tudo acontecia à hora do almoço: não havia gorilas – havia pidaria certamente infiltrada – mas tinha de tudo: debates, comícios, discussões, “dazibaos”, panfletos, conspirações, baladeiros, etc... Andei cerca de um mês a fazer a minha prospecção: a ver quem era quem, os tipos que mexiam, o que diziam, que acção propunham. Suspeitava que por detrás de uns que lançavam abaixos-assinados pela “reforma democrática do ensino” estava a CDE, talvez o clandestino PCP. Aquilo não me chegava, parecia-me muito recuado, embora houvesse uns oradores excitados, como o Edgar Valles (da FDL) e sua irmã, a Sita Valles, de Medicina (barbaramente assassinada em Angola, anos mais tarde, em 1977, a pretexto de ser cabecilha do golpe de Nito Alves).

Em contrapartida, topei com outros excitados, que me pareciam mais radicais, mais ousados, falavam abertamente contra o regime fascista e

contra a guerra colonial, falavam de revolução e, sobretudo, tinham muita piada! Sem dúvida foi o humor sarcástico e corrosivo imprimido ao discurso do grupo pelo João Isidro (tantas saudades deste querido João, que tão cedo nos deixou...) que me convenceu que aqueles é que era! E quem eram eles? Eram todos malta de Direito e com eles alinhava muito o João Soares (o filho do Mário, alguém me disse). Falavam nos colegas presos, uns intrépidos, o Lamego, a Mizé Morgado, o Saldanha Sanches. Falavam e cativavam, o Pedro Palhinha, o Garcia Pereira, o Manuel Pita, o Zé Galamba... arranjei maneira de chegar à fala com o João Isidro – daí a uns dias estava a ser convidada para encabeçar a lista “Ousar Lutar, Ousar Vencer” para Delegada de Turma do 1.º ano. Com outros franganitos, mas aguerridos – a “Birgínia” de Salreu, o Zé Manel Briosa e Gala, o maluco do Eduardinho, e muitos mais. Fui à luta em competição com a lista “Unidos Venceremos”, chefiada pelo Chico Bettencourt Rodrigues e integrada pelo António Cluny, e outra dos “fachos” (de cuja sigla nem me lembro já, mas que era encabeçada por um Almeida Costa e pelo Caetano da Cunha Reis). E ganhei, ganhámos.

Além do activismo político encoberto sob o associativismo estudantil possível, graças ao “Ousar Lutar, Ousar Vencer” ganhei outro objectivo: ser boa aluna. Eu já era, mas vinha disposta a largar tudo pela política: mas a malta do “Ousar” impunha não descurarmos os estudos e sermos bons alunos, para podermos ter autoridade e o respeito do resto dos colegas. E assim concluí o 1.º ano com média de 13.5, o que à época era muito bom e raro... O mais gozado foi a oral que fiz a Economia, com o Prof. Martinez e o seu Assistente Marcelo Rebelo de Sousa: umas lambidelas na sebenta e nuns manuais de economia marxistas e saí com um 14 e o Marcelo a bichanar ao Martinez que eu era uma daquelas azougadas “associativas”...

No ano seguinte, em finais de 1973, já com aulas do 2.º ano de manhã e a poder conviver com gente dos outros anos, voltei a ganhar a eleição para Delegada de Turma. Entretanto tinha sido recrutada pelo Manuel Pita para membro da estrutura clandestina CLAC – Comités de Luta Anti-Colonial. E numa noite invernosa fui passar a minha prova-de-fogo, pintando com uma lata de “spray” uma parede ali em Alfama, rente à linha do eléctrico, perto das Portas do Sol, com a frase “Abaixo a Guerra Colonial! Liberdade para as Colónias!” (sempre que lá passo, consigo vê-la no muro, debaixo de várias camadas de tinta posteriores). Esgueirando-me a correr, sozinha,

pelas vielas, não viesse algum PIDE ou polícia atrás... A partir daí estava “aprovada” para participar nas manifs-relâmpago que os CLACS organizavam pela cidade, contra o fascismo e a guerra colonial (como aquela no dia 21 de Fevereiro de 1974, na Praça do Chile, em que um PIDE me vergastou e deixou a cara a sangrar e os dentes a abanar...)

O nível de envolvimento político repercutia-se também no trabalho “associativo”. A Mizé Morgado e o Zé Luis Saldanha Sanches tinham sido libertados e davam mais vigor verbal e consistência à nossa acção na Faculdade. Mas outros tinham sido presos, como a alentejana pequenina e danadinha da Aurora Rodrigues, a Liliana André, a Marília, o Pedro Palhinha, além de outros de outras Faculdades: tínhamos que nos mobilizar e mobilizar os estudantes por eles. Os “gorilas” estavam cada vez mais assanhados, tal como o regime desesperava em estertor, a polícia de choque passara a estar permanentemente estacionada à frente da Reitoria, entre Direito e Letras. Foi neste ambiente insuportavelmente tenso que vivi dois episódios que me marcaram.

O primeiro aconteceu no dia 13 de Novembro de 1973, dentro da Faculdade, no átrio do Anfiteatro 2, junto às janelas mais perto da Sala dos Professores. Falava com alguns colegas, entre eles, lembro-me, com a Luisa Veiga Simão, que era da minha turma, sempre discreta e afável (não tinha culpa de ser filha do Ministro da Educação, dizia-me eu...). Eis senão quando uns “gorilas”, possivelmente com os copos, vieram implicar. Palavra puxa palavra e vi-me no chão, agarrada brutalmente, socada, pontapeada. Esperneei o que pude, gritaria dos colegas, grande confusão, sou arrastada pelos gorilas para o corredor da Sala dos Professores – mas um professor que ia a entrar acorre. Manda os gorilas largar-me e zarpar dali imediatamente. Levanto-me do chão a arfar, a minha gabardine azul rasgada, os meus colegas solícitos a saber se estava bem... O Professor era Diogo Freitas do Amaral, que rapidamente desapareceu. Quando mais tarde, apresentei a minha defesa no processo disciplinar de que fui alvo, citei este episódio para provar como estava “marcada” e era perseguida pelos gorilas.

O segundo episódio foi pior. Eram 11 da manhã. Saí da aula no Anfiteatro 2. Os átrios da Faculdade estavam estranhamente desertos. Corria muita tensão, a polícia de choque não largava dali da frente há dias... Ao chegar ao átrio principal sou abalroada por três ou quatro gorilas. Agarram-

-me. Grito. Dois colegas entroncados que vão a passar enchem-se de brios cavaleirescos, investem contra os gorilas. Pancadaria de ferver. Vêm mais gorilas. Arrastam-nos para fora da Faculdade. Entregam-nos a uma catrefada de polícias de choque. Enfiam-nos nas carrinhas estacionadas diante da Reitoria: somos quatro, eu e a Teresa Serra, outra “associativa” do 4.º ano; e os dois latagões, mais dois perigosos “subversivos”: o António Luís Cotrim e o Manuel Gavião Carvalho Costa. Eles estão um bocado amachucados, levaram valentes murraças... Na carrinha, mal nos recompomos, a Teresa só pensa em como se desfazer dos “comunicados” comprometedores que tinha na pasta – acaba por os enfiar debaixo do tapete. Eu trato de comer as páginas – propositadamente fininhas – da agenda onde tinha escrito os telefones da malta...fico com a língua azul, mastigo, puxo a saliva, sabe muito mal, mas engulo tudo... Na carrinha ouvimos os polícias falar, tinha havido um enfrentamento com estudantes de Direito, em frente à Faculdade, enquanto nós estávamos nas aulas. Uns tinham levantado pedras da calçada e apedrejado os vidros da entrada da Faculdade, outros tinham virado o carro do Director Martinez. Quando passámos à frente, vi o carro de rodas para o ar, papéis espalhados em redor. Uma meia hora depois depositam-nos no Governo Civil. Separam-nos, mulheres para um lado, homens para outro. Uma mulher polícia revista-nos, chama “ó Sr. Guarda, esta aqui” (a Teresa) “tem um jornal comunista, cor-de-rosa, na pasta, venha cá ver!”. Ele vem: “oh mulher, isso não tem mal nenhum, então não vê que é o suplemento desportivo de “O Século”?” (não era, era o “Comércio do Funchal”, o papel cor-de-rosa era idêntico...). Enfiaram-nos numa cela, com um beliche de madeira, um buraco no chão para as necessidades, um cheiro infecto, e uma prostituta bêbada, vomitante e vociferante na cela ao lado. Passámos as horas a inventariar que livros iríamos pedir para os três meses da praxe a cumprir em Caxias (sem acusação) e a preparar-nos mentalmente para não falar na prisão (isso era pros PCs, a ética CLAC/MRPP impunha-nos resistir a tudo, em especial à tortura...). Aninhámo-nos na madeira, arredando um cobertor cinzento, cheio de nódoas e pulgas, nojento. Subitamente, seriam umas sete horas da manhã, vêm-nos buscar. E não nos fazem entrar em nenhum carro da polícia, deixam-nos ali, no átrio do Governo Civil: “Embora daqui, vão para casa!”. A Teresa suspeita que foi o marido, João Luís, que era adjunto de um ministro, que se mexeu para nos pôr fora. O Manuel e o Tó Luís, que são também trazidos para junto de nós, também acham. Ainda ficamos uma

meia hora por ali, a lamber feridas, azambuados, sentados no degrau do passeio à frente do Governo Civil, antes de rumar a casa.

A Faculdade fechou mais cedo para férias de Natal. Quando voltamos em Janeiro o ambiente continuava muito tenso. A 24 de Janeiro de 1974, dia em que vou fazer a primeira oral de Direito de Família, já não posso entrar na Faculdade – como eu, mais 11 alunos, incluindo João Soares, Garcia Pereira, Pedro Palhinha, o Toné (António Monteiro Cardoso, depois meu marido), a Teresa Serra, o Tó Luis e outros, recebemos em casa, nessa manhã a notificação de que estamos suspensos por indisciplina e actividades “subversivas”. Encontramo-nos todos, uns dias depois, no escritório dos advogados Jorge Sampaio, Jorge Fagundes, Vítor Wengorovius e José Maria Martins Soares, na Rua Castilho, para organizar a nossa defesa nos processos disciplinares. E, a partir daí, ficamos com muito mais tempo livre para as actividades “subversivas”.

Não posso ficar em casa, sem fazer nada, trato de arranjar emprego de dia. Não me bastava o part-time à noite, como empregada de mesa no restaurante “O Caldeiro”, à Rua Silva Carvalho – o restaurante era da actriz Maria José Curado Ribeiro e fora o primeiro a importar a moda de empregar estudantes – transformei-o num poiso de “subversivas”, trabalharam lá as Auroras (Rodrigues e Ribeiro), a minha irmã Zinha, a Violante Saramago Matos, além das actrizes Guida Maria e Rita Ribeiro. À conta das minhas aptidões linguísticas, arranjo trabalho como secretária na Companhia Portuguesa de Congelação, à Junqueira: passei a saber dizer os nomes de todos os peixes da nossa costa em várias línguas... Tenho dinheiro no bolso, tempo livre para a política (aquilo estava por um fio, em Março há a intentona das Caldas) e para namorar: eu e o Toné decidimos casar. Ia à Conservatória entregar os papéis para o casamento no dia 25 de Abril.

Claro que já não fui! Nessa manhã fui acordada por um telefonema do Toné a dizer que um golpe militar estava na rua, desta é que era. Encontravamo-nos no CineClube, à Almirante Reis, à hora do almoço. Ainda fui à Companhia, todo o pessoal foi logo mandado para casa. Disparei para o CineClube, dali fomos para o Carmo e estávamos lá, no 25 de Abril, incluindo na manifestação popular contra a PIDE em que os esbirros dispararam sobre a multidão. E à noite em Caxias, no escuro entre o arvoredo, à espera de que soltassem os presos – e o primeiro a abraçar foi o Tó Luís Cotrim.

Nos dias seguintes, ainda fui bater uns comunicados com convocatórias para o “Primeiro de Maio Vermelho” na máquina de stencil instalada na garagem de casa dos meus pais, a Benfica, com a Mizé Morgado, que passara a ser a minha controladora nos CLACs e que vivia na clandestinidade ali perto, algures na Damaia ou Amadora.

Casei a 20 de Maio de 1974. Já podia voltar à Faculdade, mas não me apeteceu. Precisava de ganhar dinheiro, porque o meu marido acabava o curso (quando fora suspenso só lhe faltava uma cadeira) e ia para a tropa. O PCP tomara conta da Faculdade via Rato Branco (Pedro Ramos de Almeida) e sua amiga Teresa Beleza. Eu corria manifs a gritar “Nem mais um só soldado para as colónias” e delírios do MRPP como “Revolução a todo o vapor!”. A nossa casa era um centro de conspiração e de armazenamento do “Luta Popular”, que o Toné e outros distribuía na nossa carripa Diane amarela.

O verão passou, continuei a trabalhar e a conspirar, mas sem pôr pés na FDL. Até que, nos princípios de Novembro, começo a receber pedidos insistentes de malta dos CLACs – “Vamos tirar a Faculdade ao PCP, o pessoal está furibundo, não fizeram nada, tens que vir à Assembleia Geral de Escola que vai ter lugar dia 7 de Novembro na Aula Magna, és indispensável, tu és daquelas que tens ligação às massas, tens que vir!”.

Fui. Foi memorável. Uma vaga de fundo contra o Rato Branco e acólitos. Uma data de espontâneos. “Quem é aquele puto frenético do 1.º ano que falou?” perguntava o João Isidro. É um do Liceu de Almada, um tal Zé Manel Durão Barroso. “Mete-me já o puto nas listas, por amor de Deus!”. Acabamos ambos nas duas listas: na da Direcção da Associação de Estudantes e na da Direcção da Faculdade, que era uma lista paritária de professores (incluindo André Gonçalves Pereira e Miguel Galvão Teles, lembro-me) e estudantes: Garcia Pereira, Pedro Palhinha, Durão Barroso e eu.

Larguei o emprego e dediquei-me à Faculdade: era preciso fazer tudo, a começar pelo mapas de turmas, horários e profs para o ano lectivo começar. Encarregada dessas tarefas administrativas, chatas mas imperativas: a “je”. Os outros dedicavam-se à política com P grande! E foi assim que o frenético Durão Barroso, mais a sua namorada Teresa Almeida, descobriram num dos gabinetes dos professores, cópia de uma carta assinada por quase todos

os assistentes e professores, dirigida ao Prof. Marcello Caetano, a desejar que regressasse do Brasil, fazia muita falta. AGE imediatamente convocada, tormentosa, com todos no Anfiteatro 1, e Barroso a berrar e fazer aprovar uma moção segundo a qual estavam todos expulsos, os subscritores da tal carta.

Tudo a sobrar para mim, claro – lá ia a burocracia ter de contratar profs novos, entre jovens advogados e juristas na praça. Nada fácil, mas fez-se – com a preciosa ajuda e dedicação de funcionários da secretaria, entre os quais Luís Waldyr – estudante-funcionário, que mais tarde seria por longos anos Secretário da direcção da FDL (ainda é?).

Viviam-se dias tempestuosos, instabilidade total e permanente: na manhã da tentativa de golpe do 11 de Março de 1975, saí da FDL disparada, no carro do José António Pinto Ribeiro e da Ana Prata, ambos entretanto a leccionar na Faculdade. Fomos até ao RALIS, ver se víamos o golpe. Não vimos nada, fomos para a Baixa e depois almoçar na Portugália.

Fazer funcionar a Faculdade era burocracia chata, sim, mas tinha de ser. De burocrata me apodaram Barroso e outros, obrigando-me a fazer auto-críticas, quando eu protestava porque, em desvario inflamado, desviavam material e móveis dos gabinetes da FDL para as sedes do MRPP (o Arnaldo, quando descobriu, mandou-os devolver). Depois de viver um sem número de episódios cómico-trágicos (dos velhos processos disciplinares que haviam aparecido num armário na secretária e foram roubados por uns sujeitos da 2.^a divisão do MFA (onde mandava o PC), a incursões do MJT (Movimento da Juventude Trabalhadora, outro bando afecto ao PC) pela Faculdade adentro, aguentei e vivi de tudo, tentando fazer a Faculdade funcionar, passar os meus próprios exames e levar ao fim uma gravidez.

Um destes episódios acabaria mesmo em tragédia – com a morte do estudante Alexandrino de Sousa, colega do meu ano e amigo. Na Faculdade, ao cair da noite dividimo-nos em duas brigadas para ir colar cartazes do MRPP. Quando a minha voltou, soube que a outra brigada (tenho ideia que integrava o Barroso e a Teresa) se tinha envolvido em pancadaria, provocado por uns rufiões do MJT, lá para as bandas da Praça do Comércio. O Alexandrino não regressou – atiraram-no à água e ele não sabia nadar. Não sei se ainda está por cima da porta de entrada da FDL, do lado de dentro, o retrato dele, pintado a stencil a vermelho: a FEML de Barroso quis

transformá-lo num mártir. Coitados dos pais, sempre pensei neles, ele era filho único.

Desgostava que Barroso – entretanto meteoricamente guindado a Presidente da FEML (Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas) e a caminho de entrar para o Comité Central do MRPP – e capangas pusessem e dispusessem na FDL. Por isso fui ter com o Danilo de Matos, irmão do Grande Líder Arnaldo e controlador da FEML e pedi-lhe que me tirasse dali, que me arranjasse outra tarefa para eu ser útil ao Partido – entretanto a militância nos CLACs transformara-se em passagem ao MRPP. Por sorte estava a formar-se a Comissão de Imprensa do Comité Central, precisavam de gente que soubesse línguas e assim fui designada para trabalhar na sede do MRPP, ao Rato, na Álvares Cabral, e desliguei da FDL.

Estaríamos no Verão de 75, a minha filha nasceu no dia do Documento dos 9, e menos de um mês depois já estava ao serviço no Rato. Foi Verão (e Outono) politicamente muito quente, incluiu confrontações com a direita que ameaçava com a moca de Rio Maior, o PC que engrossava a voz com o “Força, força Camarada Vasco, nós seremos a muralha de aço”, houve o cerco à Assembleia Constituinte, as patéticas brejeiras do PM Pinheiro de Azevedo, e tudo foi ao rubro no 25 de Novembro. Por via das ligações de Arnaldo de Matos ao General Eanes e a Mário Soares, o MRPP esteve intensamente envolvido nas movimentações, o Rato era um redopio, dois ou três dias sem sequer ir a casa, o que vale é que estava tranquila, os meus sogros tomavam-nos conta da bebé... que com idas e vindas da alcofinha, apanhou entretanto uma pneumonia. Fechei-me em casa, esmagada pela culpa, a tratar dela até ficar boa.

Foi o ponto de viragem: virei. A cena da “Revolução a todo o vapor!” aparecia-me ridícula, sem sentido, importava era dar chances à democracia. No final do ano, tinha decidido largar a militância no MRPP – decisão difícil e dolorosa pois implicava ficar isolada, largar todo o círculo de amigos e conhecidos em que me movimentava. O meu marido ficava (era advogado dos presos do MRPP), mas se fosse forçado a escolher, vinha comigo, disse-me. Não foi forçado e ainda por lá se aguentou mais um ano.

E assim, em Janeiro de 1976, voltei à Faculdade. Mas mudei a inscrição para a noite – tinham sido abertos cursos nocturnos. De dia, arranjei

emprego – foi agarrar no DN, responder a um anúncio e ficar a trabalhar como secretária numa empresa de export-import em maquinaria industrial.

Voltei a estudar com gosto – mais umas matérias que outras. O professor de Direito Internacional Público, Fausto Quadros, no final do exame em que me deu 16, perguntou-me porque não pensava em ir para a carreira diplomática, era boa naquilo, tinha sólidos conhecimentos de línguas... Nunca tinha pensado nisso, eu andava ali para ser advogada à Perry Mason, não liguei, mas talvez lá tenha ficado plantada a ideia... Lembrei-me da conversa quando, dois anos mais tarde, já licenciada, me cruzei com o João Ramos Pinto na Baixa e ele me disse que estava a preparar o concurso do MNE para a carreira diplomática. Porque não vinha daí com ele? Fui, desportivamente, e não me arrependi...

Desportivamente, porque não fiz nenhuma preparação especial para o concurso, confiei na que a FDL e a militância política me tinham dado. De dia estava a trabalhar, como estagiária de advocacia com o Dr. Manuel Ribeiro, especialista em Direito Marítimo (estágio arranjado por outro anúncio do DN, à conta mais uma vez das minhas línguas...) e à noite dava aulas como monitora na FDL, da cadeira de Direito Internacional Económico, leccionada pelo Professor Paulo Pitta e Cunha (hoje avô dos meus netos), tendo como Assistente o meu amigo Ricardo Sá Fernandes, que me tivera por aluna e me desafiara a coadjuvá-lo. Comigo, como monitores, o Zé Maria Santarém Correia e a Isabel Barahona Simões: tornámo-nos amigos, trabalhávamos muito e divertíamos-nos ainda mais. Muitas vezes, depois de acabadas as aulas na FDL, alta noite, ainda íamos jantar, dançar, borgar ... e discutir política e música. Gostei muito de dar aulas, tive excelentes alunos – o António Vitorino, a Cristina Fontes de Cabo-Verde, tantos mais – diverti-me imenso, ganhei uns cobres (3 contos e pouco, era o salário) e aprendi muito. Tanto que chegou para entrar no concurso no MNE e ficar, sem saber como, em primeiro lugar. Comecei a trabalhar no MNE no dia 1 de Junho de 1980 e ainda fiquei até ao fim desse mês/ano lectivo a dar aulas à noite na FDL.

A FDL lá continuava soturna, lúgubre, suja – mas eu já nem dava por isso.

ANA GOMES

Quando voltei a entrar nela, anos mais tarde, em 1995, convidada para participar numa conferência no Anfiteatro 1, tive um choque: tinha mais salas, corredores e bares, em baixo e para os lados. Mas continuava soturna, mal iluminada, espartana e suja: como é que eu pude aguentar aqui viver tanto tempo e não dar por que era tudo tão esqualido?

Ana Gomes

ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA

Professor Universitário

Advogado

TESTEMUNHO

A minha primeira aula na Faculdade de Direito de Lisboa foi em Outubro de 1953, com o Professor Marcello Caetano. Sempre me interessei pelo curso, estudei e terminei o curso em 1958 com Distinção. Da minha passagem tenho naturalmente impressões diversas das que recolhi mais tarde como Professor. A Faculdade era, como mais tarde o Serviço Militar, um igualizador social, mesmo com algumas limitações próprias da época. Tive desde logo a ideia de que os Professores se esforçavam para ser justos na classificação, e que só erravam involuntariamente. A “cunha” era, quando existia, irrelevante ou até prejudicial.

Mas a Faculdade foi sobretudo para mim e os da minha geração um ambiente de liberdade raro na época, em que verdadeiramente se discutia entre nós tudo, e, com os Professores, quase tudo. A maioria dos cursos era excelente, e o ambiente do Campo de Santana, com a Faculdade de Medicina mesmo à beira, traz boas recordações.

André Gonçalves Pereira

ANTÓNIO CLUNY

Magistrado do Ministério Público

A EXPERIÊNCIA DE VIVER NA FDL ENTRE 1972 E 1977

1. Os anos de 1972 a 1977, período em que frequentei a Faculdade de Direito de Lisboa (FDL), não foram tempos fáceis.

Até 25 de Abril de 1974, a FDL estava ocupada pelos chamados «gorilas», colaboradores da polícia política recrutados entre elementos desmobilizados das tropas especiais e que se encarregavam de perseguir e espancar impunemente as alunas e os alunos que procuravam desenvolver qualquer actividade de esclarecimento democrático e de defender os direitos e interesses dos estudantes.

A sua brutalidade era tanta, que a ela não escaparam, inclusive, alguns docentes menos acomodados a tais práticas repressivas.

Os «gorilas» revistavam, sem pudor nem educação, as alunas e alunos à entrada da Faculdade, retinham, a alguns dos mais activos na vida associativa, os respetivos cartões de estudante e, à saída, se não lhos entregavam, esses estudantes ficavam impedidos de entrar na escola a partir de então, o que conduzia à perda do ano por faltas e a uma expulsão de facto e sem direito a processo disciplinar ou a recurso.

O ambiente que se vivia na Faculdade e que contava – pelo menos – com a complacência de muitos dos elementos do corpo docente, era, por isso, de implacável autoritarismo e verdadeiro terror: o oposto, portanto, do que deveria ser um ambiente académico.

A associação de estudantes estava encerrada por ordem do governo, tendo sido presos muitos dos seus dirigentes.

Os estudantes que a tal encerramento se não resignaram organizaram-se e resistiram, entretanto, em torno de uma estrutura associativa informal, a «junta de delegados de curso».

Tal «junta de delegados de curso» conduziu várias e prolongadas lutas académicas internas e representava a FDL nas estruturas associativas da Universidade que teimavam ainda em resistir.

Tive a honra de ter sido eleito, em dois anos consecutivos, «delegado de curso».

Pode parecer estranho mas, apesar das inauditas interrupções que, descarada e violentamente, os «gorilas» faziam às aulas, para ali perseguirem alunos e os entregar à polícia política, alguns docentes prosseguiram as lições, como se nada de anormal se passasse.

Recordo, ainda indignado, a interrupção abrupta de uma aula, por parte dos «gorilas», para deterem um colega acusado de ter distribuído no intervalo comunicados associativos, tendo o professor continuado, depois, a sua prelecção, apesar de muitos alunos se terem recusado a aí permanecer e terem saído em protesto.

Foi este clima de esquizofrenia, verdadeiro terror, mas também de resistência generalizada e permanente por parte dos estudantes – e poucas, mas honrosas excepções de protesto por parte dos docentes – que terminou na madrugada de 25 de Abril de 1974.

2. O período que se seguiu foi de euforia generalizada, tendo congregado, de imediato, a vontade colectiva dos alunos e de alguns docentes, na tentativa de proceder a uma reforma democrática da Faculdade.

Tal reforma dirigia-se não só aos métodos de ensino e de avaliação, mas também ao conteúdo de muitas das disciplinas, designadamente daquelas que tinham sido usadas para veicular, de modo mais explícito, a ideologia autoritária, corporativa e colonialista do anterior regime.

Infelizmente, o oportunismo de alguns, que, desafectos desde o início do processo democrático, promoveram o perigoso «jogo do quanto pior, melhor», ajudaram a que um pequeno, mas muito activo grupo de estudantes – a maioria deles recrutados e radicalizados já depois da revolução – se tivesse apoderado, em proveito próprio da FDL, interrompendo aquele processo de reforma.

Tal grupo acabou por conseguir transformar a Faculdade não numa escola, mas naquilo a que, então, muitos chamavam ironicamente, então, o «pagode chinês».

Assistiu-se, de novo, à proibição de difusão de ideias contrárias às do grupo que comandava a Faculdade e ao espancamento das alunas e dos alunos que não acatavam tais imposições e procuravam continuar a estimular o debate de ideias.

Durante esse período, até finais de 1975, alguns foram sendo expulsos e tiveram de ir para outras Universidades; a outros foi proibida a intervenção associativa e a todos, em geral, foi negado um ensino universitário digno desse nome.

A quase totalidade dos professores foi «saneada» sem qualquer processo disciplinar – como antes acontecera aos alunos a quem os «gorilas» impediam, ilegalmente, de frequentar a Faculdade – e os poucos que restaram acabaram por se afastar.

Tal clima de anomalia académica só foi possível porque, como disse, uns jogavam na «política do quanto pior, melhor», enquanto os que julgavam comandar os destinos da Faculdade davam, afinal, aos primeiros os argumentos de que necessitavam para tentarem inverter o curso do processo democrático que mobilizava o país.

Foi já nos finais de 1975, início de 1976, que os sectores estudantis democráticos – que se haviam oposto à repressão do regime derrubado com o 25 de Abril, mas também à posterior destruição da Faculdade – conseguiram, por fim, unir a maioria dos estudantes para ensaiar colectivamente a sua normalização académica e democrática.

Foi durante esse período que, vencendo preconceitos e agravos, foi possível congrega a vontade de estudantes, da esquerda à direita, verdadeiramente empenhados em reconstruir a Faculdade e, desde logo, o seu corpo docente.

A recuperação e transformação da FDL num estabelecimento de ensino gerido com métodos democráticos e com participação estudantil então operada permitiu, também, consagrar as inovações pedagógicas proficuas que se haviam começado a ensaiar logo no Verão de 1974.

Foi o caso, por exemplo, da criação e consolidação do curso nocturno, do sistema de avaliação contínua, da constituição de um corpo de monitores que apoiavam o ensino dos estudantes recém-entrados na Faculdade; desses, dada a sua qualidade, alguns vieram a ser, seguidamente, insignes professores da FDL.

Ter podido contribuir para estabelecer na FDL um ambiente civilizado e democrático próprio de uma escola que passaria, daí em diante, a ensinar e a reger-se pelos valores da nova Constituição da República constituiu para mim uma enorme satisfação.

Mas a memória de todo esse processo de reconstrução da FDL e dos laços académicos, que sempre deveriam ter unido estudantes e professores, não deve conduzir ao esquecimento dos momentos difíceis que ali se viveram.

Se nunca esquecerei a amizade, o companheirismo, a solidariedade contra a repressão e o aventureirismo que se viveram na Faculdade, antes e depois do 25 de Abril, pois elas estruturaram para sempre a minha maneira de viver a cidadania, a verdade é que não consigo, ainda hoje, sentir-me muito à vontade quando visito as suas instalações.

Se os tempos que ali se viveram, nesses anos, ensinaram muito a muitos estudantes da minha geração, não é menos verdade que algumas dessas lições foram pagas por alguns deles com um preço demasiado elevado.

Isto nunca conseguirei esquecer e nunca deverá ser esquecido, porque, como hoje amargamente constatamos, a história pode repetir-se!

António Cluny

ANTÓNIO GARCIA PEREIRA

Advogado

Político

AS MINHAS MEMÓRIAS DE ALUNO DA FDL

As minhas memórias como aluno (1969-1974) da Faculdade de Direito de Lisboa constituem um misto de profundas e marcantes recordações. De uma forte e cada vez mais reforçada repressão e de um ensino fortemente acrítico e baseado quase exclusivamente na memorização das famigeradas “sebentas”; mas também de permanente luta contra essa repressão e depois, e cada vez mais, contra o regime fascista e contra a guerra colonial, e de elevados sentimentos de solidariedade, de amizade e de luta por princípios que vêm até aos dias de hoje.

Tendo entrado para a Faculdade em Outubro de 1969, ainda apenas com 16 anos de idade, algo que desde logo me impressionou foi a pedagógica capacidade de argumentação e a serena firmeza de um franzino e afectuoso colega nos debates das (então ainda não proibidas) reuniões de alunos em assembleias gerais da Associação de Estudantes.

O seu nome era José António Ribeiro Santos e viria a ser assassinado, na tarde de 12 de Outubro de 1972, em Económicas, por um esbirro da Pide chamado António Joaquim Gomes da Rocha, que nunca foi julgado e se safou impune desse crime.

Confrontado com a instauração, pelo Conselho Escolar, de dezenas de processos disciplinares contra os estudantes mais activos nas lutas académicas (por exemplo contra o regime de faltas que obrigava os alunos a terem se assistir, em anfiteatros cheios de centenas deles, a aulas teóricas em que o professor recitava ou mesmo lia a “sebenta”), poucos meses depois da minha entrada na Faculdade já integrava um piquete de greve junto do Anfiteatro

n.º 5 para garantir a realização com êxito da greve de protesto contra tais processos disciplinares.

E a partir de 1970 a verdade é que, não obstante a existência de um grupo minoritário de professores liberais (tais como Isabel Magalhães Colaço, Fernando Olavo, André Gonçalves Pereira e João Castro Mendes), a Faculdade foi sendo progressivamente transformada naquilo que ela era na manhã de 25 de Abril de 1974. Ou seja, num verdadeiro campus, não de ensino crítico e científico de Direito, mas sim de permanente terror! A Associação de Estudantes foi encerrada, foram instaurados dezenas e dezenas de processos disciplinares contra os estudantes mais activos (eu próprio, aquando do 25 de Abril, me encontrava, com cerca de 2 dezenas de colegas, suspenso por um processo instaurado em Dezembro de 1973). A Pide prendera e mantinha em isolamento e sob tortura uma série de colegas nossos. A Polícia de choque (chefiada pelos tristemente célebres capitães Maltês Soares, primeiro, e Pereira, depois) passou a estar permanentemente estacionada um pouco abaixo da Faculdade de Letras (onde é hoje o Arquivo da Torre do Tombo), sempre pronta a entrar na nossa Faculdade – como entrou várias vezes, chamada pela respectiva Direcção – espancando brutalmente todos quantos encontrasse pela frente e a quem escapavam apenas aqueles que assistentes como Miguel Galvão Teles e Luís Silveira corajosamente acolhiam nos anfiteatros e salas de aula onde se encontravam. Entre os contínuos da Faculdade, e para além do caso de todos conhecido do porteiro Félix, havia mais 4 bufos da Pide, que forneciam à polícia política informações sobre os estudantes e as suas actividades, dentro e fora da Escola. E a partir de 1972 a Faculdade passou a ter no seu interior mais de duas dezenas de gorilas (como nós, os estudantes, lhes chamávamos, embora a sua designação oficial fosse a de “vigilantes”), armados designadamente com tacos de basebol e os ferros dos matraquilhos, seguindo, revistando e espancando violentamente estudantes que se procuravam reunir ou unicamente pela côr da sua pele (como sucedeu, por exemplo, com o nosso colega cabo-verdiano Ramos). E mesmo, após o espancamento, entregando-os à Pide para serem presos e torturados, como aconteceu com o Alexandrino de Sousa.

As aulas teóricas decorriam, como já referi, com centenas e centenas de alunos forçados pelo regime de faltas a elas assistir, mas onde era abso-

lutamente proibido um estudante interromper a dissertação do professor, colocar-lhe qualquer questão ou simplesmente pedir-lhes um qualquer esclarecimento. E, de uma forma geral, as chamadas aulas práticas não passavam – como nós lhe chamávamos – de “aulas teoricamente práticas mas praticamente teóricas” e onde, salvo muito raras e honrosas exceções, simplesmente reproduziam as aulas teóricas.

Os exames, em especial as célebres “orais”, não obstante a presença nos respectivos júris – que pessoalmente considero ter constituído, ao menos por vezes, um elemento moderador e temperador de abusos ainda maiores – de juizes de Tribunais superiores, eram marcados, (não tanto, verdade seja dita, pela geração dos professores mais antigos mas sobretudo pela geração dos então mais novos, por tão inconcebíveis quanto inadmissíveis doses de prepotência e de arbítrio.

Era assim que se impunha o “saber” do pensamento jurídico do regime fascista e se buscava a produção de juristas acríticos e pretensamente neutrais que, mais tarde, chancelassem as maiores barbaridades do mesmo regime e procurassem justificar o seu posicionamento com o mesmo argumento dos guardas e executores dos campos de concentração nazis. Ou seja, o de que apenas cumpriam a lei e as ordens superiores, e estas seriam para cumprir à sombra do velho dogma da ideologia fascista “manda quem pode, obedece quem deve!”.

Mas a verdade é que essa época foi também a época da luta e da resistência contra esse estado de coisas, da ligação da luta dos estudantes à luta mais geral do Povo Português, dos exemplos heróicos como os de Ribeiro Santos e Alexandrino de Sousa, do cultivo do espírito da razão crítica, da amizade e da solidariedade, do combate por ideais e princípios, e pela construção de um mundo melhor, enfim, do “ousar lutar, ousar vencer” (como era a sigla da tendência associativa que tive a honra de integrar a partir do meu 2.º ano). É por isso, aliás, que muitas das cumplicidades e das amizades que nasceram e se forjaram nessa altura vêm até aos dias de hoje e que, quando aqueles que passámos por esses tempos nos encontramos e os recordamos, um brilho especial enche os nossos olhares...

E, em especial num tempo em que, de novo, se procura apagar a nossa memória coletiva e reescrever a História, a preservação do que realmente

ANTÓNIO GARCIA PEREIRA

aconteceu no passado é mais importante do que nunca para compreendermos melhor o presente e, sobretudo, para construirmos um futuro mais correcto, mais justo e mais solidário!

António Garcia Pereira

ANTÓNIO PINTO LEITE

Político

Jornalista

Advogado

AS TRÊS FACULDADES

Com 16 anos, subi, imberbe, a escadaria da Faculdade para me inscrever no 1.º ano. Estávamos no início do Verão de 1971. Foi a minha primeira Faculdade. Ordem, exigência e vários admiráveis professores. Elevadíssimo nível científico e pedagógico. Também havia professores autoritários, sem critério razoável, é certo, mas, para compensar, outros eram verdadeiras lendas. E nascia uma notável jovem geração de docentes, tendo eu «apanhado» alguns: de Miguel Galvão Teles a Marcelo Rebelo de Sousa, de Robin de Andrade a Diogo Freitas do Amaral, de Armindo Ribeiro Mendes a RuiMachete. Recordo também aulas teóricas distantes, debitando sebatas. Ouvia-se o folhear de centenas de alunos quando o professor virava a página da lição, no auditório principal. Na primeira aula de Direito Romano, fiz o primeiro amigo. Estava «charrado». Assegurava-me que o professor estava nervoso, coisa que eu não via. Havia que estudar e passar de ano, caso contrário seríamos chamados para a tropa e íamos para a guerra nas colónias. Este contexto motivava muitos dos estudantes.

Também havia tensão dentro da Faculdade. O Governo de Marcello Caetano colocara seguranças na Faculdade, os célebres «gorilas». Não privavam com ninguém, apenas entre eles, e a maioria do tempo estavam recatados numa sala. Um dia entrei na Faculdade e gritei de alegria para um velho amigo, que não via desde o 2.º ano do liceu: «Baltazar!». No “hall” de entrada da Faculdade, ele impediu cuidadosamente um bom abraço e com um grande sorriso diz-me, já à parte: «António, sou o chefe dos «gorilas»! Não é bom que te vejam aos abraços comigo». Era dos Comandos. Demos, então, o abraço. Esta foi a primeira Faculdade de Direito em que estive. Veio o 25 de Abril de 1974 e tudo se alterou. Completa convulsão, deterioração

dos níveis científicos e pedagógicos, estoio daquela enorme exigência anterior. Professores saneados, passagens administrativas, facilidades revolucionárias. Passava-se assinando um trabalhos obre uma matéria qualquer de cada «cadeira». Os trabalhos podiam ser colectivos, muitos passaram sem sequer terem aberto um livro. Bastava assinar um trabalho de outro. Agitação política permanente, piquetes de greve, alguma violência.

Conheci o Pedro Santana Lopes quando liderava um processo turbulento para forçar a entrada de estudantes numa das aulas. Pancadaria. No meio da confusão, veio uma militante da UDP parar-me aos braços. Ficámos amigos. Não estive muito tempo nesta segunda Faculdade. Interrompi o curso. O meu pai fora impedido de trabalhar no então Grupo CUF, sem qualquer fundamento que não fosse aquele absurdo processo revolucionário “em curso”. Foi obrigado a ir para o Brasil, com nada, para refazer a vida. Os cinco filhos foram também, separadamente, para o Brasil, ajudar os pais. Atraquei no Rio de Janeiro, na Praça Mauá, no dia 1 de março de 1976. Eram tempos de sobreviver, não me inscrevi em nenhuma Faculdade no Brasil.

Quando regresssei a Portugal, sem família, encontrei a terceira Faculdade. Tinha mudado para melhor. Alguma ordem, alguns melhores professores, alguma maior exigência. Fui trabalhador estudante, não tinha um tostão, nem tinha a minha família em Portugal. Estava na condição que atravessou toda a minha geração: «self made man». Trabalhava como segurança, sobretudo com turnos durante a noite. Rui Machete e Armando Marques Guedes convidaram-me para ser monitor, primeiro na nossa Faculdade e depois, em acumulação, na Faculdade de Direito da Universidade Católica. Fazia segurança durante a noite, ia directo para as aulas na Católica, às oito da manhã, estudava para completar o curso e dava aulas na Clássica ao turno da noite. Tive um esgotamento e fui obrigado a parar. A terceira Faculdade ficou gravada na minha memória. Primeiro, porque soava estranho, era agora mais velho do que os outros e os meus amigos mais novos tinham passado à minha frente, como o José Manuel Durão Barroso, o Pedro Santana Lopes ou o Luís Nobre Guedes, por exemplo. Segundo, porque cedo passei a dar aulas e essa experiência é muito marcante na nossa juventude. Como esquecer a primeira aula? «Sou vosso colega do 5.º ano, não me tratem por Dr.». Pergunta imediata de um aluno: «Então tratamos

como, sotôr?». Fiquei «sotôr». Como esquecer os alunos dos turnos da noite, todos eles «self made men» como eu? Sentia-os no coração. Dava as aulas práticas e preparei-os de tal modo que dispensaram todos da oral. Não fui eu a corrigir os exames. Rui Machete veio perguntar-me o que tinha sucedido. Tempo colonial, ditadura, guerra, «gorilas», revolução cultural dos anos 60, 25 de Abril, caos revolucionário, exílio no Brasil, regresso, «self made man». Finalmente, licenciatura. Ainda hoje, quando há uma festa de curso, não pertença a curso nenhum. Estive em três Faculdades de Direito.

António Pinto Leite

BASÍLIO HORTA

Jurista

Político

TESTEMUNHO

Antes de mais, cumpre mais uma vez registar a honra que me é dada em participar modestamente na elaboração do livro que a Faculdade de Direito de Lisboa tenciona publicar até ao fim do corrente ano.

Os meus agradecimentos, pois, ao Sr. Director da Faculdade de Direito de Lisboa, Professor Pedro Romano Martinez e ao Sr. Presidente da Direção da Associação Dr. Bruno Adrego Maia.

Se é certo que o Colégio Militar, primeiro, e o Liceu Camões, depois, tiveram uma influência determinante na minha formação como pessoa, não é menos certo que a Faculdade de Direito de Lisboa me formou como cidadão e como profissional do Direito.

Desde logo, quando integrei o Ministério Público, no final dos anos 60, em pleno regime Salazarista e onde uma substancial parte da Magistratura resistia à Ditadura.

O sentimento de justiça, de equidade, de direitos e deveres constitucionais dos cidadãos aprendi-os nos bancos da nossa Faculdade.

Mais tarde, quando integrei a Inspeção Geral de Crédito e Seguros (Ministério das Finanças) foram-me essenciais, os conhecimentos de Direito Público Económico para exercer com independência funções complexas num meio difícil. Depois como Secretário-Geral da Corporação da Indústria, responsável pela fase de conciliação nas relações colectivas de trabalho do sector, foi para mim igualmente essencial não apenas o conhecimento do Direito Corporativo e do Trabalho mas principalmente a necessidade de equilibrar forças económicas e sociais entre si tão afastadas.

Finalmente, com a Democracia, com a liberdade e com o pluralismo, a opção Democrata Cristã que me levou a ajudar, com Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa, a fundar o CDS foi o fruto do conhecimento das ideias e dos regimes políticos aprendidos na Faculdade com professores eméritos, e então discutidos, por vezes com excessiva vivacidade, com colegas de diferentes origens políticas e extratos sociais, num tempo de greves estudantis e da invasão da Universidade que levou à honrada demissão do então Reitor Marcello Caetano.

Não fosse a aprendizagem das ideias e dos regimes políticos, e talvez não tivesse havido a coragem de, num país em que o Partido Socialista era a fronteira da Direita, criar um Partido Democrata Cristão na doutrina e centrista no método, que se viu arrastado para a extrema-direita do leque partidário.

Os mesmos princípios continuaram a nortear a minha carreira política que ao longo do tempo passou pela titularidade de diversas pastas ministeriais, pelo exercício de funções de Embaixador e pela responsabilidade em matérias de exportação e investimento nacional e estrangeiro. Princípios que, posteriormente, tive a oportunidade de transmitir aos meus alunos no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, onde leccionei durante cerca de 30 anos.

Actualmente fui eleito para a presidência da Câmara de Sintra, mandato que considero um dos mais preenchidos de toda a minha longa carreira política.

Para terminar, uma palavra para os Mestres que tivemos e os Amigos que fiz na Faculdade e que ficaram para a Vida.

O meu primeiro exame na Faculdade de Direito foi com o Professor Marcello Caetano, em História do Direito Português. Em conjunto com o Professor Raul Ventura, não se poderia ter melhores Mestres na História do Direito.

Em Direito Público a figura do Professor Marcello Caetano é incontornável. Ainda hoje o seu manual é de consulta obrigatória para quem anda nos caminhos deste ramo do Direito.

TESTEMUNHO

No Direito Civil tive Mestres como Paulo Cunha, José de Oliveira Ascensão, Dias Marques que são a origem do pouco que ainda sei nestas matérias.

Quanto ao processo Civil e Penal as figuras do Professor Adelino da Palma Carlos, Castro Mendes e Cavaleiro Ferreira são referências obrigatórias, essenciais às minhas funções no Ministério Público e na Inspeção Geral de Crédito e Seguros.

Uma última palavra para os Amigos.

Recordação dos que já partiram, todos nas figuras ilustres de Artur Faria Maurício e de José Manuel Paixão Moreira.

Dos vivos não podia deixar de referir o Mário Assis Ferreira, Fausto Quadros, Robin de Andrade, Bracinha Vieira, Benoliel de Carvalho e tantos outros.

Um pouco mais antigos na Faculdade mas amigos queridos que ainda hoje me acompanham, em memória António Sousa Franco e em companhia Diogo Freitas do Amaral e Duarte Ivo Cruz.

Basílio Horta

CRISTINA ESTEVES

Jornalista

JUSTIÇA E JORNALISMO, DIREITO DA COMUNICAÇÃO OU COMUNICAR DIREITO

A opção da faculdade, onde um estudante pretende tirar um determinado curso superior, pode ser determinante no seu futuro profissional. A frustração inerente, por a média ser insuficiente, de não ingressar na licenciatura ambicionada e/ou no estabelecimento de ensino superior que se julgava ser o adequado, não deve impedir a prossecução dos objectivos traçados. Por vezes, é preferível esperar, fazer melhoria de notas para não se prosseguir um rumo de vida desviante. Isso sim, poderá implicar uma frustração difícil de acomodar... A impaciência é desmotivadora, porém a auto-imposição de metas também podem ser rastilhos intelectuais. No meu caso específico, estou certa que há um nexo de causalidade entre a profissão que desempenho e o curso de Direito que tirei na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. O Direito ajudou-me no jornalismo e o jornalismo ajudou-me no Direito... e logo ab initio, pelo conteúdo e formação que um curso desta natureza impõe mas também pelo mérito de quem o lecciona. O Direito não é fácil, não é linear, não é uma ciência exacta: é transversal e multidisciplinar, absorve e reflete a complexidade humana em toda a sua essência. Mas as dificuldades são atenuadas ou mesmo ultrapassadas quando se gosta do que se faz e do que se ouve. Quantas vezes consideramos que a vocação é discutível mas a paixão com que as matérias são explanadas é contagiosa. Obviamente, que o inverso é igualmente válido. Tornar interessante algo tão denso como o mundo do Direito não é, certamente, uma tarefa ao alcance de qualquer um. Recuando até ao século passado, desde muito cedo que o jornalismo e o Direito eram áreas que me fascinavam. O curso na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa não era somente uma opção, era uma certeza. As razões eram claras: a especialização, as saídas e opções que a licenciatura oferecia, apesar do desemprego na área apresentar uma

curva ascendente naquela altura com tendência para se acentuar (o que se veio a verificar). Poderia enveredar por uma profissão forense ou aproveitar o conhecimento adquirido e canalizá-la para outra área de eleição: o jornalismo. Aí, optaria a posteriori por um curso de formação profissional específico e complementar. O que veio asuceder. Em 1991, concorri a um concurso na Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) para apresentadores. Estava já na Faculdade de Direito de Lisboa. Um Professor das aulas práticas de Direito Internacional Público já nos envolvia na causa maubere, meses antes do massacre de Santa Cruz que viria a deixar um rasto de sangue impossível de ignorar pela comunidade internacional. Mas na altura das provas na RTP estávamos em plena guerra do Golfo, a primeira. Esse era precisamente um dos temas que poderíamos escolher para desenvolver perante inúmeras câmaras e outros tantos profissionais do meio. E foi esse o tema escolhido. Fiz a analogia entre a anexação do Kuwait por parte do Iraque e a anexação de Timor Leste. Duas realidades afastadas pela mediação que uma tinha e a outra não, por força das relevâncias política e geo-estratégicas que levava a que perante situações similares, o posicionamento de vários países face às normas emanadas das Nações Unidas fosse diferente. Nesse mesmo dia, um telefonema da RTP revelava-me que tinha passado à fase seguinte de selecção. A lição dada pelo Professor Paulo Otero tinha sido apreendida. Anos mais tarde, quando lhe solicitei uma entrevista contei-lhe o sucedido. Estava e estou convicta da relevância desses ensinamentos naquele que veio a traçar o meu destino profissional. Durante todo o curso apercebi-me da real importância da partilha de experiências de dois mundos, aparentemente tão diferentes como o Direito e a Comunicação Social. As provas orais na universidade ajudaram no “à vontade”, na espontaneidade, no imprevisto necessários nos directos televisivos. Mas esses directos e a experiência profissional gradualmente adquiridos também tiveram a sua pequena quota de responsabilidade no trajecto académico. Conseguida a licenciatura, pré-Bolonha, seguiu-se o estágio na Ordem dos Advogados e, pouco depois, a passagem para a informação da RTP. A área ambicionada mas que desde sempre considerava que só a devia conquistar quando tivesse o curso. As razões, para mim, eram óbvias: teria mais conhecimentos e, conseqüentemente, uma maior credibilidade, fundamental em qualquer profissão e nesta, em particular, pela exposição que lhe é inerente. Durante os 25 anos na RTP, o curso de Direito veio a revelar-se uma mais valia. Nas

reportagens que fui fazendo sobre justiça ou nos programas que moderei sobre este sector, que dizem estar constantemente em crise, foram sendo patentes, penso eu, os conhecimentos adquiridos. É certo que, por vezes, e reconheço, em lugar de simplificar a linguagem judicial acabava por sucumbir às expressões correctas e oficiais mas estranhas para os mais leigos no tema. Expressões como “arguido”, “despacho”, “instrução”, “acusado” ou “indiciado” passaram a entrar no léxico jornalístico nos últimos anos mas é um facto que grande parte da população não conhece o real significado destes termos. Há anos, no auge de um processo que se tornou mediático, fiz uma reportagem precisamente com essa abordagem. Não tinha a pretensão óbvia de ser uma sondagem, nem a poderia ser. No entanto, através do denominado *vox populis* foi possível constatar que muitos já tinham lido ou ouvido nos órgãos de comunicação social aquelas palavras mas sem necessariamente as entender. Acusado ou indiciado, por exemplo, logo numa fase preliminar de um processo ainda em fase de inquérito seria o mesmo para grande parte dos inquiridos. E, sejamos realistas, ainda o é, infelizmente, para alguns jornalistas menos informados. Mas isso são contas de outro rosário. Ter optado pela vertente jurídico-económica foi indubitavelmente positivo, tendo em conta não só os casos judiciais existentes como os tempos conturbados que o país atravessa em termos políticos, sociais, económicos e financeiros. Há uma maior facilidade e simplificação na abordagem e exposição destas temáticas nos vários registos do jornalismo: reportagem, directos, debates, entrevistas ou como pivô de noticiários. Certo também é que serão sempre inesquecíveis os tempos passados na Faculdade, os bons e os menos bons, e claro a Benção das Fitas que no meu ano foi em Fátima: perdi-me da minha família, dos meus amigos e até perdi a primeira benção... mas como o Cardeal Patriarca também não conseguiu chegar atempadamente, alguns tiveram direito a um segundo acto solene em que aquelas fitas vermelhas conseguiram ser abençoadas. Nada foi aqui extemporâneo: entre prazos obrigatórios ou meramente indicativos, tudo foi cumprido a seu devido tempo. Ao contrário de outros casos. O tempo necessário para quem abraça o jornalismo mas com o Direito de braço dado.

Cristina Esteves

DIOGO FREITAS DO AMARAL

Licenciado, mestre, doutor, agregado e professor catedrático na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1958-1996). Aposentado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (1996-2007)

DEPOIMENTO

Pertenci ao primeiro curso que inaugurou o atual edifício de entrada na Faculdade, em Novembro de 1958 – juntamente com Jorge Miranda, Augusto Ataíde, Luís Brito Correia, Lucas F. da Cruz, Padre Filipe Vieira, e tantos outros.

Não foi fácil a adaptação: passei de uma turma de 12 alunos, no liceu Passos Manuel, para o anfiteatro n.º 1, com 308 lugares sentados; os professores eram nomes ilustres mas raramente falavam connosco; e as matérias eram difíceis, algumas pareciam mesmo impenetráveis, como História do Direito Romano. Recordo com saudade o então Assistente de Introdução, Dr. João de Castro Mendes, que no primeiro teste (voluntário) feito em Janeiro ou Fevereiro de 1959 me deu um 14, acompanhado dos seguintes dizeres (cito de cor): “Muito bem! Encorajo-o vivamente a continuar nesta senda”. Estava lançado.

A Faculdade de Direito de Lisboa tinha à época um conjunto de grandes professores: Paulo Cunha, Marcello Caetano, Inocêncio Galvão Telles, João Lumbrales, Gomes da Silva, Raul Ventura, Palma Carlos, Cavaleiro de Ferreira, Fernando Olavo, Isabel de Magalhães Colaço, Armando Marques Guedes, etc. Os três primeiros eram não só excelentes juristas mas também magníficos expositores em aulas teóricas. Eu nunca tinha visto nada assim! Fiquei encantado e comecei a estudar a sério para poder ser Professor de Direito. Foi o maior sonho da minha vida, e consegui realizá-lo: licenciado em 1963, pós-graduado em 1964, doutor em 1967, associado em 1972, agregado em 1983 e catedrático em 1984. Dei aulas teóricas (com regência) de 1968 a 2007 – primeiro na Clássica, depois (em acumulação) também na

Católica e, por último, em exclusivo, na Nova. Fui 5 anos eleito presidente do Conselho Científico na primeira, vogal do C.C. na segunda, e fundador e primeiro dirigente da terceira. Ajudei a criar a Universidade do Minho e pertenci a vários dos seus órgãos (Comissão Instaladora, Senado, Conselho Científico da escola de Direito).

O que mais apreciei na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – a minha alma mater – foi a eficiente organização e a elevada qualidade dos seus professores, nalguns casos elevadíssima. Eis os meus prémios de excelência: aulas teóricas, Paulo Cunha; publicação de manuais completos, Marcello Caetano; aulas práticas, Castro Mendes; exames sem aterrar os alunos, Palma Carlos e Fernando Olavo; profundidade científica, Galvão Telles, Cavaleiro de Ferreira e Isabel de Magalhães Colaço; melhor diretor, Raul Ventura; o mais altruísta em relação aos assistentes, João Lumbrales; melhor decano, Soares Martínez; e melhor gerador de consensos no Conselho Científico, José Dias Marques.

Ganhei nessa Faculdade alguns dos meus melhores amigos íntimos – Augusto Ataíde, Duarte de Castro, Duarte Ivo Cruz e Luís Paes Beiroco –, bem como os meus melhores colegas como professores – Jorge Miranda, Marcelo Rebelo de Sousa, Sérvulo Correia, Sousa Franco, Alberto Xavier, Fausto Quadros. E lá deixei muitos dos meus melhores alunos, hoje colegas – Paulo Otero, Menezes Cordeiro, Pedro Paes de Vasconcelos, Pedro Romano Martínez, etc.

Julgo ter batido um record nacional (em Direito), ao levar a doutoramento, com êxito, 7 assistentes meus: João Caupers (FDUL) e Maria da Glória Garcia, Luís Fábrica, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Mário Aroso de Almeida e Pedro Machete (UCP). Infelizmente, não chegaram ao fim vários outros que teriam também sido aprovados sem margem para dúvidas: Mário Esteves de Oliveira, João Martins Claro, Pedro Silva Pereira, etc. (FDUL).

O curso de Direito abre imenso os horizontes aos seus diplomados, a quem confere uma sólida preparação jurídica, acompanhada de noções básicas de ciência política, economia e finanças. Muitos dos Ministros do “Estado Novo” eram professores da Faculdade, e um deles chegou a chefe do Governo (Marcello Caetano); os líderes dos 4 partidos principais do regime

democrático do 25 de Abril foram todos formados em Direito pela Faculdade (Mário Soares, Sá Carneiro, Álvaro Cunhal e eu próprio); grande parte dos primeiros-ministros e vice-primeiros-ministros saíram da mesma casa; 3 dos 4 Presidentes da República civis eleitos pós-74 foram aí formados, sendo que o atual Presidente (Marcelo Rebelo de Sousa) é professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa. Ou seja: em 42 anos de Democracia, a Faculdade de Direito de Lisboa teve, por parte dos seus professores e licenciados: 3 Presidentes da República eleitos (em 4), 6 Primeiros-Ministros em 10 – descontando os dos “governos de iniciativa presidencial –, 1 Vice-Primeiro Ministro, vários presidentes da Assembleia da República, 1 presidente de uma internacional partidária, 1 presidente da Comissão Europeia, e 1 presidente da Assembleia-Geral da ONU. Isto sem falar de outros cargos de grande relevo na Assembleia da República, na Magistratura, no Ministério Público, na Advocacia, na Diplomacia, na alta Administração Pública, etc. Muito do que se fez de melhor em Portugal, desde 1913 até hoje, saiu da Faculdade de Direito de Lisboa – na política e na administração, nos códigos e nas leis, no setor privado e, nunca o esqueçamos, no “terceiro setor” (fundações, universidades, associações, etc.).

Outro dos grandes méritos dos professores de Direito (quer de Coimbra, quer de Lisboa) é a publicação, pela maioria deles, de lições ou manuais impressos sobre as matérias da sua especialidade – coisa rara entre os professores universitários portugueses. As duas escolas de Direito mais antigas detêm, creio eu, a maior percentagem de publicação de tratados, manuais, cursos e lições impressos no conjunto das Universidades portuguesas. E os que mais publicam não são, em regra, os que optaram pelo regime de dedicação exclusiva.

Enfim, uma das maiores qualidades que a FDUL sempre revelou foi a da convivência respeitosa, e às vezes amigável, entre professores de todos os quadrantes políticos. Uma pequena história ilustra bem o que quero dizer. Ao passar do Campo de Santana para as novas instalações do Campo Grande, notaram os professores da época – os que foram meus professores – que no elenco dos retratos a óleo dos antigos Diretores faltava, nem mais nem menos, o do fundador e primeiro Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa, Afonso Costa. Por razões políticas, nunca a escola lhe tinha feito e colocado o retrato. Em 1958, Salazar ainda estava para durar e o regime

não se tinha aberto em nada. Pois bem: foram os dois catedráticos mais próximos de Salazar, e colaboradores de sempre do salazarismo (Marcello Caetano e João Lumbrales) que propuseram aos seus pares que se encomendasse a um bom retratista o quadro de Afonso Costa. O Conselho aprovou; mas não havia verba para o efeito. Então, o mais fiel amigo de Salazar – João Lumbrales – ofereceu-se para pagar a pintura do seu bolso: ninguém mais o quis acompanhar, mas ficou para sempre a nobreza do gesto. Alguns salazaristas sabiam respeitar os adversários. Não admira que os quatro primeiros líderes partidários do atual regime fossem todos formados na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Diogo Freitas do Amaral

FRANCISCO PESTANA

Actor e Dramaturgo

TESTEMUNHO

1. Origens

Nasci e fui criado no seio de uma família da burguesia rural madeirense terra-tenente extremamente religiosa. Nos anos 50 e 60 do século XX as plantações de cana-de-açúcar eram bastante lucrativas. Depois do sufoco provocado pela 2ª guerra mundial, a minha família conseguia respirar, quer a nível económico, quer social; os meus pais até se puderam dar ao luxo de pôr os nove filhos a estudar. A minha avó materna dizia frequentemente: “Família que se preze tem de ter, pelo menos, um médico, um padre e uma freira”. Julgo que ela deve ter percebido que eu não tinha jeito para ser médico e por isso achou que eu devia ser padre. Puro engano. Do alto dos meus 8 anos de idade, eu disse à minha avó: “Eu não quero ser padre, os padres não se podem casar e eu quero casar-me”. A minha avó também sabia que eu sabia que era imoral pagar bulas à Igreja para podermos comer carne na Sexta-Feira Santa. O meu pai costumava dizer “Cuidado com a Igreja que é muito gulosa por dinheiro”. Na freguesia em que nasci só havia igreja e escola primária. Por isso tive de ir estudar para o Funchal, a cidade capital da ilha. Fiz o antigo 1.º ciclo num colégio interno (um inferno – uma espécie de Esparta do século XX). Depois, consegui convencer os meus pais a mudar-me para o liceu: ficava mais barato viver num quarto alugado. Em contrapartida, dava-me mais independência. Ainda hoje considero que foi uma ideia muito acertada da minha parte, na medida em que, a partir daí, comecei a aprender a ter a responsabilidade de gerir a minha vida. Nessa época, eu tinha 12 ou 13 anos e julgava-me capaz de ser adulto. No tempo em que estudei no Liceu de Jaime Moniz, também fui membro do Corpo Nacional de Escutas, no Grupo 88, Brigada Pinguim, sediado num anexo da Igreja de Santa Maria Maior, no Funchal. Ser escuteiro foi-me útil na

vida. Obrigado, Baden Powell pela lição de sobrevivência. Concluí os estudos liceais aos 17 anos, com dispensa de exame de admissão à Universidade.

2. Sonhos e Projectos de Vida

Em Setembro de 1969, sentia-me preparado para qualquer experiência ou aventura de vida. Quando me inscrevi na Faculdade de Direito eu não tinha como sonho ter uma profissão jurídica tradicional. O meu único objectivo era concluir o curso, obter o “canudo” e conseguir concorrer, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a uma carreira diplomática.

3. Iniciações

Cheguei à Faculdade de Direito de Lisboa em finais de Outubro de 1969. Eu vinha da Madeira, um arquipélago da Macaronésia Portuguesa, onde não havia universidades. Tive de vir estudar para o Continente. Escolhi a Universidade de Lisboa, apesar de correr o risco de perder todos os meus amigos e companheiros de tertúlia e de farra do liceu. Nessa época era costume dos madeirenses cursarem em Coimbra. Aluguei um quarto no Bairro de Alvalade, próximo da Faculdade. No dia 29 de Outubro de 1969, tive plena consciência de estar sozinho em Lisboa, a capital do Império, bonita, deslumbrante e sedutora, vista de fora na manhã da entrada do navio “Funchal” no estuário do Tejo, às 6H00 da manhã daquele dia. Pura ilusão: quando desembarquei no Cais da Rocha, em Alcântara, apercebi-me logo da podridão interna da cidade capital do Império. Eu vinha do Funchal, uma cidade civilizada e cosmopolita. Quando cheguei à Faculdade, dirigi-me à Associação Académica com o objectivo de me inscrever numa qualquer actividade e com o intuito de conviver com alguém. Constatei que só havia vagas para o Râguebi e para o Grupo Cénico. Por considerar que não tinha perfil físico para jogar râguebi, decidi inscrever-me no Cénico. Orgulho-me de ter aprendido a ser homem de teatro na Faculdade de Direito de Lisboa.

4. Percurso

Ingressei na Faculdade de Direito antes da Revolução de Abril de 1974 e deixei de a frequentar já em regime democrático. Antes do 25 de Abril de 1974 vivia-se na Faculdade um quotidiano adverso, marcado pela prepotência dos “gorilas” e dos “bufos”. Este ambiente era bastante desagradável, mas o Cénico de Direito incentivava o meu gosto de frequentar a Faculdade. Nesse tempo, estive sempre presente em todas as manifestações realizadas na cidade universitária contra o regime vigente. Todavia, mantive sempre uma postura discreta, porque não tinha como objectivo ser líder estudantil ou futuro líder político. Por isso nunca fui preso ou perseguido pela PIDE/DGS. Não me orgulho, nem me envergonho deste meu modo de ser e de estar na vida. Depois do 25 de Abril, desinteressei-me do estilo de vida da nossa escola e das lutas académicas. A Faculdade estava tomada por interesses políticos, ideológicos e partidários, que não me interessavam. No tempo em que frequentei a Faculdade não havia capas, nem batinas, nem praxes, que são práticas que eu considero que não fazem falta à formação. Havia um modo de integração social e cultural na Faculdade: a frequência de uma actividade artística, cultural ou desportiva proporcionada pela Associação Académica. Actualmente, os modos de integração são muito diferentes porque é diferente a origem social e económica dos alunos que frequentam as universidades. Enquanto aluno, guardo na memória ter tido como formadores professores excelentes, alguns medíocres e também alguns muito maus. Alguns deles foram e/ou são figuras de topo da política, da magistratura, ou da docência. Frequentei a Faculdade de Direito entre 1969 e 1978. Propositadamente, demorei dois anos a passar cada ano com aprovação, porque tinha a percepção de que quando terminasse o curso estava destinado a ir combater na guerra colonial. Assim, fui adiando a conclusão do curso, sem correr o risco de prescrever e ir parar a Coimbra. Viviam-se tempos terríveis nas Academias do País. A contestação contra o regime era permanente e a resposta policial não lhe ficava atrás. A Faculdade de Direito do meu tempo era um passeio de vaidades de professores e alunos. Vaidade dos professores que tinham o privilégio de serem professores da Faculdade, alguns por mérito próprio e vaidade dos alunos que tinham o privilégio social de estudar nesta instituição. No tempo em que frequentei a Faculdade fui formado por muitos professores. Gostei de alguns. Recordo, em especial, o Prof. Doutor

Raúl Ventura (Direito Romano). Recordo também, com especial orgulho, que consegui obter aprovação na primeira prova oral de Economia Política com o Prof. Doutor Soares Martinez, numa manhã em que dos dezoito exames orais realizados resultaram apenas duas aprovações.

A frequência da Faculdade de Direito, em termos académicos, foi importante para mim. Mas foram sobretudo importantes as condições culturais que a Faculdade me proporcionou e que moldaram o meu percurso profissional.

Obrigado Faculdade de Direito. Obrigado Grupo Cénico de Direito.

5. Confissões

Percorri o curso de Direito com a ajuda da minha namorada e colega de curso, Maria Clara Lourenço Simões com quem casei em 1973. Conhecemo-nos no 2.º ano de Faculdade. A Clara sempre soube que, na vida da Faculdade, eu tinha um especial interesse pelo Grupo Cénico. Quando deixei de frequentar as aulas, por motivo do meu empenho na vida teatral, ela fornecia-me os apontamentos das aulas e os elementos de estudo proporcionados pelos professores que tinham a honestidade de editar uma sebenta ou livro sobre a matéria que leccionavam. Foi assim que fui fazendo as cadeiras do curso. No pós-25 de Abril, na barafunda das passagens administrativas, nunca me servi desse expediente para fazer cadeiras e acabar o curso. Durante os anos em que frequentei a Faculdade, a maior parte deles foi passada na sala do Grupo Cénico e não nas salas de aula. Trabalhei durante dois anos como assessor jurídico num sindicato, acumulando a tempo inteiro esta tarefa com a profissão de actor. Foi nesse tempo, em finais dos anos 70 do sec. XX que, definitivamente, abandonei o meu projecto inicial de vida e o meu sonho de ingressar na carreira diplomática.

Orgulho-me de ter frequentado a nossa Faculdade. Para além da Escola Primária e do Liceu, sinto-me primordialmente formado pela Faculdade de Direito de Lisboa. Devo-lhe a minha forma de estar na vida e, sobretudo, a minha opção profissional.

Francisco Pestana

FRANCISCO PINTO BALSEMÃO

Empresário e Político

O meu contributo para esta obra é uma adaptação do discurso que, em representação dos antigos alunos, proferi na Sessão Solene de Encerramento das Comemorações do Centenário da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 13 de dezembro de 2013.

UMA FACULDADE QUE NOS MARCA PARA TODA A VIDA

Quando fui formalmente convidado para falar, na sessão de encerramento do Centenário da nossa Faculdade, em representação dos Alunos, confesso que me interroguei sobre as razões dessa escolha. Porquê eu?

Por ter feito parte do meu curso nas velhas instalações do Campo de Santana, incluindo um ano no desterro da “extensão” do Instituto de Medicina Legal, da Morgue, como lhe chamávamos, e a outra parte na Cidade Universitária?

Por ter sido sujeito, até ao 2.º ano inclusive, ao antigo massacrante sistema de exames, com todas as orais no mesmo dia e apenas uma nota final, e ter sido estreante do novo sistema de avaliação?

Por ter um percurso como aluno com alguma originalidade, na medida em que chumbei um ano, fui para a tropa no 5o ano, mas consegui média final suficiente para frequentar o Curso Complementar de Ciências Político-Económicas, que era também conhecido por 6.º ano?

Por, durante esse 6o ano, em que o outro único aluno era o meu bom amigo de toda a vida Paulo Pitta e Cunha, ter escolhido, para os trabalhos que apresentei, temas que não agradavam aos professores (negação de que o assalto ao Santa Maria constituísse crime de pirataria – Prof. Silva Cunha; defesa do direito à greve – Prof. Martinez; inviabilidade do espaço económico português e respetiva moeda única – Prof. Lumbrales; desnecessidade do condicionamento industrial – Prof. Marcello Caetano)?

Por ter sido guarda-redes da equipa de hóquei em patins da Faculdade, lugar que, na altura, por falta de proteções adequadas, era de alto risco?

Por ter exercido a advocacia durante cerca de 15 anos?

Por, ao longo da minha vida, no jornalismo e nas empresas, no Parlamento e no Governo, nos 15 anos em que fui Professor Associado na Universidade Nova e nas várias instituições da sociedade civil e associações profissionais portuguesas e internacionais em que ocupei e ocupo cargos de presidência, ter sempre procurado aplicar os ensinamentos que recebi nesta Casa?

Por a minha propecta idade – sou só 26 anos mais novo do que a nossa Faculdade – me conferir um maior grau de representatividade?

Por os laços de amizade que, desde o Liceu Pedro Nunes, me unem ao Presidente da Comissão do Centenário da Faculdade pesarem a favor da minha escolha como representante dos alunos?

Todas estas possíveis explicações terão a sua influência para eu ter sido orador convidado, embora me incline mais para as duas últimas: a idade e a amizade do meu caro Martim de Albuquerque...

* * *

Em qualquer caso, o que quero aqui sublinhar é que esta Faculdade nos marca, nos molda para toda a vida. O que nela vivemos, o que nela nos ensinaram, orienta e condiciona a nossa atuação ao longo dos nossos percursos não apenas profissionais, mas também pessoais. É claro que o que somos e o que queremos ser a cada momento depende de muitos outros fatores, mas aqui se processa a transição da adolescência para a maturidade, aqui aprendemos a pensar, a lutar, a rejeitar. E a estrutura e desenvolvimento do pensamento, os modos de luta, os modelos de rejeição de um jurista, mesmo daqueles que não gostaram dos seus tempos de estudante e não se reveem nos 5 ou mais anos passados na Faculdade, tem inegáveis vantagens individuais e colectivas.

Nessa moldagem a que fomos sujeitos, a influência positiva ou negativa dos professores é fundamental. Todos nós tivemos mestres de que não gostámos e que, nalguns casos, até nos fizeram duvidar sobre se teríamos

escolhido acertadamente o curso de Direito. Mas todos nós tivemos também mestres que nos influenciaram positivamente para a vida inteira. No meu caso, omitindo, por não ser este o momento adequado, aqueles a que daria nota negativa, quero citar dois nomes.

O Professor Doutor Marcello Caetano, com quem mais tarde viria a desentender-me politicamente, que foi para mim um grande professor, desde o Constitucional no 1.º ano até ao Seminário sobre Condicionamento Industrial, no tal 6.º ano.

O Professor Adelino da Palma Carlos, que, na minha ótica, conseguiu transformar uma matéria à partida árida, o Processo Civil, em algo de tão interessante e vivo que me levou e ajudou a escrever, no 4.º ano, um estudo sobre Jurisdição Voluntária e o adotou como leitura obrigatória nos concursos para juízes...

* * *

Concluo, permitindo-me chamar a atenção para o papel relevante que a nossa Faculdade tem ou poderá ter na melhoria do funcionamento da sociedade portuguesa e das instituições que a regem.

Cada vez mais o entrosamento entre a Faculdade, que deixou de ser uma resguardada torre de marfim, e o meio social onde existe, que tem problemas sociais, éticos e económicos urgentes e graves a resolver, necessita ser aprofundado. Cada vez mais o Direito, como norma ética e de justiça, mas também como instrumento de simplificação e regulação da vida em comum, é essencial para que as desigualdades sejam corrigidas, a cultura exista como dinamizadora de objetivos não diretamente contabilizáveis, a liberdade não seja subjugada pela segurança, a privacidade não seja eliminada pelo facilismo da globalização da exibição dos sentimentos.

A nossa Faculdade tem, em tudo isto, uma missão a cumprir. A nossa Faculdade pode e deve ser mais ou ainda mais proativa.

Contribuindo, por exemplo, para a modernização constitucional.

Contribuindo, por exemplo, para o melhor funcionamento dos Tribunais, incluindo o Tribunal Constitucional (de que me orgulho de ser um dos

criadores, com a aprovação da revisão constitucional de 1982, quando era Primeiro Ministro de Portugal e líder do PSD, como, alias, foi reconhecido nas cerimónias do seu 25.º aniversário, o que muito me honrou).

Contribuindo, por exemplo, para a construção europeia, no caminho, em minha opinião, de um novo federalismo.

Contribuindo, por exemplo, para a absorção jurídica da representatividade das novas modalidades de exercício da democracia, desde as redes sociais aos orçamentos participativos, passando pela auto-regulação ou pelo voto electrónico.

Eis um excelente conjunto de tarefas, entre muitas outras, para os próximos 100 anos da nossa Faculdade de Direito.

Os meus sinceros parabéns por tudo o que foi construído ao longo dos últimos 100 anos.

Francisco Pinto Balsemão

FRANCISCO SARSFIELD CABRAL

Jornalista

A IMPORTÂNCIA DO MEU CURSO NA FDUL

Licenciei-me na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) em 1962, com a nota razoável, para o esforço despendido, de 14 valores. Mas desde então nunca exerci qualquer actividade profissional directamente relacionada com o Direito. No entanto, gostei francamente do curso e nunca me arrependi de o ter escolhido. É essa aparente contradição que gostaria de explicar neste breve depoimento.

Nasci e vivi no Porto na minha juventude. Aí completei o curso liceal. Escolhi como curso superior o Direito um pouco por exclusão de outras alternativas possíveis. Gostava de filosofia, mas não vislumbrava futuro profissional para um filósofo – a não ser, porventura, no ensino (provavelmente secundário). Ora eu não tinha qualquer inclinação para ensinar. Daí o Direito...

Nessa altura existiam apenas duas Faculdades de Direito em Portugal, ambas públicas: Coimbra e Lisboa. Como tinha família e alojamento em Lisboa, vim estudar para a capital, sem grandes expectativas sobre o curso que iria frequentar.

Mas cedo percebi que o curso de Direito me ajudava a raciocinar e a escrever melhor. Eu apreciava, e aprecio, a especulação intelectual, que o curso promovia – basta pensar que a grande maioria dos exames escritos eram hipóteses, para as quais se pedia uma solução jurídica. Ou em cadeiras como o Direito Constitucional, então no primeiro ano, e o Penal, no quinto e último ano, abordando matérias que não andavam longe de alguns temas filosóficos que me interessavam. Eu escrevia com facilidade (por isso mais tarde me tornei jornalista); ora o Direito dava-me uma disciplina mental que favorecia uma escrita lógica e concisa.

Também havia no curso cadeiras de Economia e de Finanças. Mas essas não me interessaram particularmente. O meu envolvimento com a área da economia, na qual de alguma forma mais tarde me concentrei, embora não exclusivamente, veio de leituras que a partir de certa altura comecei a fazer, sobretudo de autores estrangeiros, como Gunnar Myrdal, Paul Samuelson, Friedrich Hayek, etc. Mas grande parte da minha auto-aprendizagem de Economia foi a leitura regular da imprensa económica, em particular do semanário *The Economist* e do diário *Financial Times*, publicações que ainda hoje acompanho.

Terminado o curso, decidi não me inscrever na Ordem dos Advogados. Nesse tempo, o estágio para a advocacia era uma mera formalidade. Mais tarde deixou de o ser, dada a multiplicação de cursos de Direito em universidades privadas, de qualidade nem sempre garantida. Precisamente porque, no meu tempo, no estágio pouco ou nada se aprendia, pensei que, se não conseguisse vingar numa actividade profissional ligada à economia, teria de ganhar a vida como advogado – e então precisaria de um estágio a sério. Felizmente, não foi necessário.

A frequência da FDUL foi para mim culturalmente estimulante, para além do ensino jurídico. As conversas com colegas sobre temas culturais, políticos e sociais eram, por vezes, muito interessantes. Entre esses colegas contavam-se futuros políticos bem conhecidos, como Jorge Sampaio e José Vera Jardim. Ou juristas de grande qualidade como Miguel Galvão Teles e José Sousa Brito, que foi juiz do Tribunal Constitucional. Não esqueço também Manuel de Lucena, muito activo na greve académica de 1961, depois notável especialista do regime do Estado Novo e sempre grande amigo, mesmo durante o seu exílio de onze anos.

A Associação de Estudantes da Faculdade, nessa altura, promovia empenhadamente actividades culturais, desde exposições de pintura moderna portuguesa até palestras de introdução ao jazz. Durante algum tempo colaborei com a Associação; nessa qualidade, recordo-me de acompanhar numa visita à Embaixada de França em Lisboa o Fernando Mendes Gil (que viria a ser um notável filósofo e então estava no último ou penúltimo ano do seu curso de Direito), para pedir apoio a um convite que a Associação queria

fazer ao filósofo francês Vladimir Jankélévitch. E, de facto, Jankélévitch veio a Lisboa fazer uma conferência.

Também recordo de, por causa de uma iniciativa da Associação na área da pintura de que já não me lembro, ter ido falar com José Augusto França na sua casa da Rua da Escola Politécnica, em Lisboa. Para um miúdo, como eu era nessa época, conversar com uma personalidade deste peso foi uma experiência que nunca esqueci.

Muito importante foi, ainda, o envolvimento que tive com um grupo de jovens católicos, em geral um pouco mais velhos do que eu, que pertencia à JUC, Juventude Universitária Católica. Alguns deles eram alunos da FDUL, outros não. Nomes como Pedro Tamen, Nuno Bragança, João Bénard da Costa, Alberto Vaz da Silva, Nuno Portas e muitos outros começavam nessa altura a ter uma apreciável influência cultural, até fora do meio universitário, em particular através do jornal *Encontro*, órgão da JUC, e do cineclube Centro Cultural de Cinema (CCC), graças ao qual passei a apreciar o cinema de qualidade. O primeiro presidente do CCC foi P. Tamen, tendo-lhe eu sucedido ainda enquanto aluno da FDUL.

Em resumo, apesar de nunca ter exercido uma actividade profissional na área jurídica, o meu curso na FDUL foi, directa e indirectamente, decisivo para a minha formação pessoal.

Francisco Sarsfield Cabral

GERMANO MARQUES DA SILVA

Professor Universitário

VOLTARIA À FACULDADE ONDE ME FORMEI, ENSINEI E FUI FELIZ

Foi na “Faculdade de Direito de Lisboa” que me licenciiei, obtive o grau que hoje equivale ao mestrado e iniciei a minha carreira docente universitária. Natural por isso que a guarde no coração; foi nela também que conheci a minha mulher e os meus maiores amigos, colegas de Curso de 64/69: o Granada, o Montalvão, o Gaspar e o Semedo.

Quando nos idos de sessenta decidi que me formaria em Direito, escolhi Lisboa. Sendo do Norte, S. Pedro da Cova, era razoável que preferisse Coimbra porque mais perto, mas elegi Lisboa, tive de escolher Lisboa, porque a bolsa de que beneficiava não chegava para me manter na Universidade sem trabalhar, e Lisboa, a grande cidade, a capital, abria-me mais amplas perspetivas de trabalho. Foi então uma opção simplesmente ditada pela necessidade, necessidade que me aguçou o engenho para realização dos meus sonhos: licenciar-me em Direito e iniciar uma carreira de docente universitário. Mas não só. Na Faculdade de Direito encontrei o ambiente académico e social que me convinha: qualidade e exigência académicas, mas também camaradagem e o despertar para as questões políticas e sociais que então agitavam a academia, como que prenunciando Abril. Tudo era novo e a novidade aliada à minha juventude era inspiradora, era muito boa.

Depois, nas convulsões do PREC, que também atingiram a Faculdade de Direito, fui convidado a colaborar com a Católica, então uma jovem Universidade. Com o saudoso Prof. João de Castro Mendes de pronto me envolvi numa missão para que Sottomayor Cardia, ao tempo Ministro da Educação e Ciência nos desafiou: a criação de uma nova Escola de Direito, em Lisboa e Porto, que, confluindo com as clássicas de Coimbra e de Lisboa, ajudasse a apressar o retomar da tradição de qualidade do ensino do Direito.

Missão cumprida, as circunstâncias da vida não me permitiram retomar na minha Faculdade a carreira académica que com tanto entusiasmo nela iniciara em 70 e interrompera em 75, mas volto sempre quando me chamam, sempre emocionado como no meu primeiro dia de assistente. A generosidade dos Colegas chama-me algumas vezes para participar nas atividades da Faculdade, especialmente nas áreas a que especialmente me dedico, mas não por isso, é simples pretexto. Sei bem que o fazem sobretudo por saberem do meu amor à Faculdade, mas não sabem quanto lhes fico agradecido.

Quase no fim, ao fazer o balanço da minha carreira académica, recordo com saudade os meus tempos de estudante e de assistente na Faculdade de Direito, a minha *alma mater*. Recordo todos os meus Professores, revejo no Livro de Curso os meus Colegas e nas fichas os estudantes dos cursos de Direito Penal, Processo Penal, Introdução, Processo Executivo e Direitos Reais que leccionei como assistente entre 1970 e 1975. Lembro as longas tardes na biblioteca intercaladas com intervalos para o namoro, a solenidade dos exames orais de penal, presididos pelo saudoso Conselheiro Vera Jardim que enquanto o Professor examinava me dava lições práticas sobre concurso de normas e de crimes, a minha primeira oral como docente na sala do 4.º ano, a assistência obrigatória às prelecções teóricas do Professor Cavaleiro de Ferreira para coordenação com as aulas práticas, mas sobretudo as lições que de todos recebi em intensos mas amigáveis diálogos nos intervalos das aulas e dos exames orais que se arrastavam desde o Santo António até ao fim de julho.

Permitam-me que conte um episódio do meu tempo de assistente. Cheguei um dia atrasado à aula de Direito Penal. O meu Volkswagen, gasto de muitos anos e das aselhices da aprendizagem, não pegou nem de empurrão. Tentando desculpar-me do atraso, recebi do meu Mestre, Senhor Professor Cavaleiro de Ferreira, uma resposta curta e seca: os alunos estão cá desde as 9 horas e quase todos vieram de autocarro. Aprendi a lição: salvo força maior nunca mais cheguei depois da hora!

A idade ajuda a esquecer o que importa não lembrar; não o lembro, mas também não preciso recordar o que interiorizei e por isso não esqueço nunca: foi na Faculdade de Direito que fiz a minha formação académica e foi com os seus Professores, meus Mestres, que aprendi a ser Professor tam-

bém. Da Faculdade e dos meus Professores sou profundamente devedor, mas procurei sempre dar testemunho do que nela e com eles aprendi.

Saudades? Dos 20 anos! Da memória dos Professores e Colegas que partiram. Voltaria a matricular-me na “clássica” para aprender Direito com os também doutos Professores de agora e ao convívio único que forja amizades para a vida, como então, já lá vão mais de 40 anos, onde me formei, ensinei e fui feliz!

Germano Marques da Silva

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Professor Universitário

OS LEGISTAS QUE NOS SAÚDAM...

Desde muito cedo tracei o meu percurso escolar. Por razões familiares, considerando a formação de meus tios e a memória histórica de avós distantes, nunca pensei em destino diferente que não o curso de Direito. Nos meus seis anos de idade acompanhei, à distância, naturalmente, a mudança do Campo de Santana para a Cidade Universitária. Os testemunhos de familiares e de seus amigos eram insofismáveis – longe ficava o tempo do carro elétrico e das suas aventuras. Sempre ouvi falar dessa sala comprida e com poucas condições acústicas que dava pela designação de transporte público... Mais tarde, eu próprio frequentei o velho anfiteatro da Morgue, e recordo o Professor Arsénio Nunes com os seus comentários mordazes sobre a proverbial ignorância dos estudantes de Direito nas misteriosas matérias de Medicina Legal... Essa foi a única reminiscência do Campo de Santana que testemunhei diretamente. O certo é que me fui ouvindo mil histórias dos velhos mestres – Marcello Caetano, Paulo Cunha, Fernando Olavo, Raul Ventura, João Lumbrales... E havia lendas, como a da conferência de um afamado professor talvez alemão, que, por falta de audiência à hora marcada, e sem que pudesse suspeitar de uma diligência de última hora adrede realizada, se deparou com uma plateia composta por frequentadores das tabernas das redondezas. E, no fim, o velho mestre disse que admirara sobretudo a atenção daquela gente sobretudo porque apresentava um aspeto tão modesto. Uma escola sem lendas e sem heróis não existe. O velho casarão do Campo de Santana tinha colada à sua memória a passagem fugaz mas fulgurante de Florbela Espanca, como uma aura especial. Mas de passagens fugacíssimas lembra-se Cristovam Pavia – e de seguras presenças, António Osório e Vasco Graça Moura... Mas essa era a escola mítica – em que pontuava o teatro de Adolfo Gutkin no Cénico de Direito com o célebre “Volpone” de Ben Johnson. O meu ano de entrada foi 1969 – ano de crise,

com Miguel Lobo Antunes (de quem me tornei bom amigo), Presidente da Associação Académica, com a Universidade fechada. Mas registamos a fascinante presença de Miguel Galvão Teles, o primeiro professor a receber-nos e com quem estudámos o Direito Constitucional em pleno debate para uma revisão constitucional que parecia anunciar-se. Jorge Miranda ajudava nos primeiros passos... A verdade é que esse foi o ano em que tudo se anunciava no País. A mudança viria, necessariamente. Nuno Espinosa, irmão de uma querida e saudosa professora que tive no Pedro Nunes, foi-nos revelando os mistérios das intrincadas fontes de direito medieval português. Raul Ventura levava-nos até Justiniano no belo Direito Romano. Oliveira Ascensão falava-nos da ideia de obra que definia as instituições segundo o velho Maurice Hauriou... No ano seguinte, Paulo Cunha expunha com uma limpidez e clareza impressionantes a Teoria Geral do Direito e Diogo Freitas do Amaral trazia até nós o ato administrativo, com que nos pudemos familiarizar... Nesse tempo, ainda havia uma separação de filas entre as alunas e os alunos, que depressa desapareceu quando um dia saltaram as tabuletas dos números, para registo de faltas... O curso era muito heterogéneo – mas animado e muito interessado: Helena Araújo Lopes, Maria José Avillez (depois Nogueira Pinto), Ana Isabel Martinha, Maria Eduarda Gonçalves, António Garcia Pereira, António Luís Cotrim, António Tânger Corrêa, Carlos Gaspar, Carlos Almeida Sampaio, Carlos Barbosa da Cruz, Domingos Lopes, Fernando Almeida e Vasconcellos, Fernando Costa, Henrique Chaves, João Ferreira Gomes, João Lourenço, José Magalhães, Manuel Carmelo Rosa, Padre Samuel Rodrigues... A lista incompletíssima serve apenas para dar nota das mil diferenças. Para mim o encontro com António Luciano de Sousa Franco foi um momento essencial. Abriram-se novas perspetivas. O jovem professor de Finanças Públicas punha-nos em contacto com uma economia que se abria ao mundo e que tinha de trilhar o caminho da democracia, da liberdade e da regulação. O Direito encontrava-se com a Economia. As políticas públicas obrigavam a tirar consequências – o condicionamento industrial não podia continuar, a opção europeia seria inevitável, o Estado social tinha de ser mais audacioso, capaz de cobrir as novas necessidades, a educação não podia continuar confinada, teria de se tornar a chave da modernização. Foi por seu conselho que li os «Manuscritos de 1844» de Marx, mas também Knut Wicksell e J. M. Keynes – e o luminoso prefácio de François Perroux ao volume da Pleiade dedicado a Karl Marx... Os anos finais do curso foram

dominados pela democracia que despontava – com a emergência de um pluralismo em que as cores mais marcadas do amarelo e do vermelho pareciam dominantes. A verdade é que o país mudava em profundidade e, a pouco-e-pouco. Aquele debate que tivéramos com Miguel Galvão Teles tornava-se mais atual que nunca. Era de uma nova Constituição da República que iria tratar-se – e quando o Professor Adelino da Palma Carlos no dia 26 de abril veio à Faculdade, era um novo caminho inexorável que estava a rolar – com sucessos e percalços. Não há revoluções sem vicissitudes, mas a verdade é que o cumprimento essencial, no médio prazo, da promessa do Movimento das Forças Armadas foi essencial motivo de orgulho – prevalecendo as instituições civis e o primado do direito. Cumpria-se a lição fundamental dos austeros legistas que nos dão as boas vindas (no desenho genial de Almada Negreiros) à entrada da Faculdade. O fim do meu curso foi sem história. Um dia de 1974 vi uma modesta nota positiva em Direito Internacional Privado dar-me a carta de curso, sem ter oportunidade de mostrar, como era meu desejo, o que talvez soubesse sobre a intrincada devolução, que Isabel Maria Magalhães Collaço (que viria a tornar-se boa amiga), nos tinha ensinado e revelado com apurado sentido matemático... Comecei a advogar cedo, fazendo a clínica geral, que tão útil me tem sido, até chegar a um Tribunal Supremo... Passava-se na Faculdade por um período sombrio, de muitas injustiças e cegueiras... Concorri ao concurso público de 1977 e fiquei com especial regozijo e honra Assistente da minha Escola... A esta “Alma Mater” quase tudo fiquei a dever. Foram anos de entusiasmo e a alegria. Mas esses são outros contos que aqui não cabem.

Guilherme D'Oliveira Martins

JOÃO GONÇALVES FERREIRA

Advogado

A FACULDADE DE DIREITO NOS ANOS DE 1975 A 1980 (LUZES E SOMBRAS)

1. Nota inicial

Ingressei na Faculdade de Direito de Lisboa (FDL) em 1975, tendo concluído a licenciatura em 1980. Durante a frequência do quarto e do quinto ano acumulei os estudos com a função de monitor de Economia Política. Terminado o curso, prossegui a formação pós-graduada em Ciências Jurídicas (1981) e em Ciências Político-Administrativas (1995/96). Em paralelo com o estágio de advocacia, encetado logo após a licenciatura, assegurei aulas práticas da cadeira de Direito Fiscal nos anos lectivos 1981/82 e 1982/83.

A memória mais impressiva que guardo desses tempos prende-se com a turbulência que se fez sentir, em elevada escala, nos dois primeiros anos do curso. É certo que o golpe militar de Abril de 1974 desencadeou por todo o país uma onda de agitação política e social que facilmente se propagou ao meio universitário, tradicionalmente mais politizado e contestatário. Na FDL o impacto dessa agitação atingiu proporções alarmantes, quer pelos danos formativos infligidos a milhares de estudantes a quem se pretendia inculcar um modelo de pensamento rígido, atrofiado e destituído de razão crítica, quer pelos desmandos cometidos na sua estrutura organizativa, quer ainda pelo retrocesso cultural e científico a que conduziria inevitavelmente o novo sistema de ensino aí instituído.

Com efeito, a radicalização política e as transformações ocorridas em diversos sectores da sociedade portuguesa no período de 1974-75 repercutiram-se de forma particularmente incisiva na FDL, impondo-lhe alterações orgânicas, funcionais e pedagógicas que, por pouco, não acarretaram a sua total desfiguração como centro de cultura e saber jurídicos. Só a partir de

1977 foi possível inverter o rumo dos acontecimentos, na sequência do meritório esforço levado a cabo por uma Comissão de Reestruturação entretanto nomeada, entidade à qual coube estudar e propor medidas que, libertando a Escola da tutela político- ideológica prevalecente nos anos anteriores, assegurassem a reestruturação da FDL e a normalização da vida académica.

2. Inscrição frustrada

O meu primeiro contacto com a Faculdade remonta a Outubro de 1974 por ocasião de uma deslocação à secretaria com vista a obter informações sobre a candidatura ao 1.º ano do curso de Direito. Confrontado com a indicação de que se encontravam suspensas as inscrições, mercê da anunciada intenção governamental de instituir um serviço cívico estudantil, reagi invocando que não se afigurava curial que tal iniciativa assumisse carácter obrigatório pelo que a Faculdade não disporia de base legal suficiente para recusar a inscrição a quem nela se propunha matricular¹. Em vão tentei convencer o funcionário da bondade da argumentação. Propus-me redigir uma exposição na qual aprofundaria as razões invocadas em prol da aceitação da inscrição. O meu interlocutor, porém, dissuadiu-me de o fazer, alegando que no período de instabilidade em que a FDL se encontrava, dirigida por uma comissão de gestão com competências fluídas, não seria de prever que esta tomasse decisões sobre matérias sensíveis antes de as mesmas serem debatidas em reunião geral de alunos (RGA). Foi-me sugerido, por conseguinte, que participasse numa dessas reuniões e nela suscitasse a situação dos candidatos ao 1.º ano, na esperança da aprovação de uma moção favorável à pretensão de todos aqueles que, como eu, envidavam esforços no sentido da sua admissão à Faculdade. Hesitante e algo desorientado pelo insólito da

¹ O Decreto-Lei n.º 270/75, de 30 de Maio, configurou o serviço cívico estudantil na base da adesão voluntária daqueles que nele desejavam participar. O Decreto-Lei n.º 363/75, de 11 de Julho, porém, tornou-o obrigatório. Tal alteração de pouco serviu na prática, dado que milhares de estudantes candidatos ao ensino superior nunca chegaram a realizar qualquer tarefa no âmbito do mesmo, relegando-o para a galeria das quimeras em que o PREC foi fértil.

situação dispus-me a comparecer à RGA que um cartaz estrategicamente colocado no átrio da Faculdade convocava para data próxima.

3. Prova de fogo

No dia indicado dirigi-me à aula magna da Reitoria, local de convocação do encontro. O recinto estava apinhado de estudantes. Pairava um ambiente tenso, agitado, em linha, segundo me informaram, com o que havia acontecido em RGA's anteriores. Dos sectores mais ululantes da assembleia emergiam tribunos cuja retórica, pontuada pelo oportunismo demagógico e pelo sectarismo ideológico, suscitava da assistência palmas, apupos, berros ou insultos². A confusão crescia de tom à medida que os pregadores, conotados uns com a facção “*Unidos venceremos*” afecta à UEC³, conotados outros com a “*Ousar lutar, ousar vencer*” controlada pela FEML⁴, se acusavam mutuamente de “*provocadores*”, “*oportunistas*”, “*sociais-fascistas*” e “*sociais-imperialistas*”.

Havia quem advogasse a ruptura com os programas e métodos de ensino da escola “*burguesa e reaccionária*”; havia quem reclamasse que, depurada a FDL dos docentes suspeitos de colaboração com o regime deposto, fossem contratados professores comprometidos com o “*movimento operário e a luta anti-imperialista*”; havia quem bramasse pela abolição dos exames e pelo abandono das classificações expressas em valores; profetizavam outros a conversão da Faculdade numa “*escola progressista, revolucionária, de massas*” que capacitasse os alunos para o exercício de uma futura actividade profissional ao serviço dos “*soldados e marinheiros, operários e camponeses*”. Tudo no meio de intensa e crispada gritaria com provocações e ameaças de confronto físico à mistura.

² Alguns converteram-se mais tarde ao pacifismo reformista da democracia “burguesa” que na altura tão encarniçadamente conjuravam, a benefício de carreiras políticas que os alcandoraram em funções de elevada responsabilidade a nível nacional e internacional.

³ União dos Estudantes Comunistas, organização estudantil ligada ao Partido Comunista (PCP) de tendência pró-soviética.

⁴ Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas, ramo juvenil do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) de orientação pró-maoísta.

Compreender-se-á que num ambiente caótico como este a probabilidade de se fixar a atenção dos presentes na insípida questão dos candidatos ao 1.º ano não passava de uma utopia e a hipótese de se alcançar uma solução equilibrada mero exercício de fantasia. Aquilo a que assisti deixou-me paralisado e descrente da possibilidade de se tomar uma decisão racional sobre o assunto que me preocupava. Regressei a casa profundamente desmotivado e convencido que tão brevemente não haveria condições para iniciar o curso de Direito.

4. Singularidades revolucionárias

A matrícula no 1.º ano acabou por se concretizar apenas e tão somente no ano seguinte (1975/76). Ao tomar o pulso à situação nos primeiros dias de aulas verifiquei que, não obstante a estabilização política anunciada pelo movimento militar de 25 de Novembro de 1975, entretanto ocorrido, a agitação interna desenvolvida por uma minoria de activistas revolucionários continuava a minar as tentativas mais corajosas de reerguer a FDL como centro eminentemente vocacionado para a criação, transmissão e difusão da cultura jurídica.

Em primeiro lugar, as RGA's detinham o poder efectivo na Escola, exercendo prerrogativas deliberativas em assuntos do foro administrativo e pedagógico tradicionalmente cometidas aos órgãos de gestão. Tais reuniões, que decorriam à margem das regras de quórum, eram controladas pela mesa e por grupos de pressão estrategicamente colocados na sala, enquadrados por organizações de esquerda e extrema-esquerda⁵, que se envolviam em disputas por vezes violentas na luta pelo controlo absoluto da FDL e que deixavam arrastar as reuniões por horas infindáveis, provocando a desmobilização da assistência e propiciando votações tardias nas quais participavam apenas os prosélitos de serviço.

Depois, as aulas processavam-se em condições assaz exóticas, sendo frequentemente interrompidas por activistas radicais apostados em conquistar

⁵ Com claro predomínio da UEC/PCP e da FEML/MRPP.

adeptos através da agitação política. Por estranho que pareça volvidas quatro décadas sobre os acontecimentos em apreço, a militância em tais grupos cresceu durante algum tempo em consequência das ameaças de saneamento repetidamente dirigidas a quem lhes opusesse resistência.

Mantinha-se a situação de afastamento compulsivo de professores e assistentes de reconhecido valor e mérito, por motivos ideológicos, enquanto se recrutavam novos docentes sem qualquer qualificação científica ou pedagógica, apenas na base do compadrio político ou pessoal. O divórcio entre docentes e discentes era notório a ponto de haver alunos que ignoravam o nome do docente. O absentismo era elevado devido à inexistência de controlo de faltas. Mantinha-se a substituição dos exames e das provas eliminatórias por um permissivo sistema de avaliação de conhecimentos designado de “*avaliação contínua*” mas que, na prática, se contentava com a mera entrega de trabalhos individuais ou colectivos (de autoria incerta...) no final do ano. A classificação aritmética tradicional de 0 a 20 valores havia sido trocada pelas fórmulas genéricas de “*apto*” e “*não apto*” submetidas – pasme-se! – a votação dos alunos visados pelo sistema de braço no ar⁶.

Sucediam-se os actos de coacção física, moral e psicológica cometidos contra estudantes não alinhados com a cartilha política marxista-leninista, maoísta ou estalinista, e os actos de vandalismo, furto, dano, usurpação, apropriação de bens públicos e privados no interior da Faculdade.

Permanecia a afixação de propaganda iconográfica dos vultos carismáticos do internacionalismo comunista (Marx, Engels, Estaline, Mao, Che Guevara, etc.) ao mesmo tempo que se promovia a destruição de expositores afectos aos alunos tidos por “*reaccionários*” ou “*contra-revolucionários*”⁷.

⁶ Escusado será referir que bastava a um aluno estar presente ou fazer-se representar no dia da votação da nota de avaliação para inexoravelmente alcançar a aprovação na disciplina.

⁷ Caso do expositor do Movimento Independente de Direito (MID), surgido em 1976 e integrado por estudantes de diversa orientação política, designadamente social-democratas, democratas- cristãos, liberais e nacionalistas.

Incentivava-se a divulgação *ad nauseam* de literatura de índole marxista contida em folhetos, panfletos, lições, sebatas, sumários e material pedagógico em geral.

5. Intoxicação político-ideológica

Foi, portanto, numa conjuntura mista de vanguardismo revolucionário e anarco-populismo que tomei conhecimento do conteúdo programático do núcleo de disciplinas que integravam o 1.º ano jurídico de 1975/76. Não sendo propósito deste depoimento fixar-se em pormenores mas apenas ilustrar com um mínimo de detalhe as situações relatadas, por forma a legitimar os juízos de valor emitidos, direi que das quatro cadeiras que fui chamado a frequentar nesse ano apenas uma era de índole jurídica (Teoria do Direito). Os programas das demais (Economia Política, História Económica e Social Portuguesa e Ciência Política) denunciavam o intuito fundamental de doutrinação marxista (mais do que qualquer desígnio formativo de cunho cultural ou científico⁸), estribado em ampla bibliografia de autores como Marx, Engels, Lenine, Estaline, Bukharin, G. Plekhanov, Mao-Tsé-Tung, N. Poulantzas, M. Harnecker, H. Marcuse e outros igualmente insuspeitos. Tratava-se manifestamente de uma estratégia destinada a manipular os estudantes no processo de formação da sua consciência política, à margem de um ensino crítico que impunha o respeito pelo confronto livre e dialéctico das várias correntes de pensamento.

Para que se possa ter uma ideia do sectarismo que inspirava os iluminados docentes da “*nova geração*” recrutados no auge do vanguardismo revolucionário, e da peculiaridade do seu relacionamento com os estudantes, dou conta dum episódio grotesco, tragicómico, ocorrido nesse ano lectivo de 1975/76 numa aula, creio, de sub-turma: determinado docente, manifestando especial interesse pela divulgação do pensamento de Rosa Luxem-

⁸ Para um conhecimento mais desenvolvido do conteúdo programático das disciplinas em questão e mais aprofundado da situação que a FDL atravessou durante os anos de 1974 a 1977, recomenda-se vivamente a leitura de “*A Revolução*” por GONÇALO SAMPAIO E MELLO, in “*A Faculdade de Direito de Lisboa no seu Centenário – vol. I – “A Instituição*”, pgs. 384 a 441.

burgo, insistia em sucessivas aulas em apresentar e colocar à discussão a sua obra. Os alunos, inicialmente de forma cordata, foram manifestando o seu desagrado com tal situação. Como o docente persistisse nos seus intentos, um grupo de alunos no final de uma aula, em tom já menos cordato, intimou-o a alterar o conteúdo e o sentido do seu ensino, dizendo-lhe que deveria evitar fazer, futuramente, novas referências ao pensamento de Rosa Luxemburgo. O docente manifestou indiferença em relação ao que lhe fora proposto e indignação perante o sentido *reaccionário* da atitude dos alunos. Assim, no início da aula seguinte, anunciou que iria dar continuidade ao tratamento da matéria dada na sessão anterior, pondo à discussão certo aspecto da vida e obra de Rosa Luxemburgo. Este anúncio provocou uma reacção tumultuosa por parte dos alunos que, por não produzir logo o resultado esperado, foi crescendo de tom até que alguém colocou o docente perante a hipótese de defenestração. Dada a firmeza do aviso e a gravidade da ameaça, o docente retirou-se para não mais voltar...

Tempos surreais estes, elucidativos da anarquia reinante e do estrangulamento pedagógico a que foi sujeita a FDL, perpetrado pelo capricho revolucionário de uns quantos que o poder político da época, irresponsável e complacente, não soube ou não quis travar a tempo de evitar os excessos cometidos.

O resultado não podia ter sido pior: privação da liberdade de ensinar e aprender; crispação do diálogo entre docentes e estudantes; desinteresse generalizado pelas matérias “ensinadas” nas aulas; frustração intelectual diante da simplificação técnica excessiva das matérias jurídicas em consequência do controlo ideológico exercido sobre programas e conteúdos das disciplinas.

6. Período de transição

Felizmente, este período sombrio não haveria de perdurar por muito tempo: no ano lectivo de 1976/77 fizeram-se já sentir ventos da mudança insuflados por um conjunto de providências legislativas que visavam repor ordem e normalidade no sector do ensino.

Reconhecendo expressamente a “*acentuada degradação da qualidade do ensino*” verificada em alguns estabelecimentos do ensino superior, entendeu o Governo tomar medidas a fim de não permitir que “*minorias activistas, pseudo-revolucionárias*” (assim mesmo designadas no preâmbulo do diploma em baixo identificado), obstruíssem e aniquilassem o trabalho de quantos desejavam valorizar-se e contribuir para o progresso do país.

Nesse sentido foi adoptado um mecanismo legal que permitia accionar as diligências necessárias à pronta reestruturação do funcionamento das escolas que, à margem da legalidade, confundiam autonomia pedagógica e científica com a independência institucional académica. Assegurou-se dessa forma a reestruturação dos estabelecimentos universitários onde o fenómeno se fazia sentir com maior premência, mediante a nomeação de comissões compostas por especialistas de reconhecida competência a quem era cometida a incumbência de proceder à apresentação de propostas concretas de viabilização dos cursos aí ministrados.⁹

Foi instituído um novo regime de organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, criando-se neles as assembleias gerais de escola e de representantes bem como os conselhos directivos, pedagógicos, científicos e disciplinares.¹⁰

No tocante à FDL foram reconhecidas as gravíssimas deficiências que afectaram o ensino aí ministrado e a necessidade da sua reestruturação urgente, em conformidade aliás com o desejo partilhado pela esmagadora maioria dos seus docentes e estudantes.

Iniciou-se assim um processo de reestruturação visando restituir à Escola o nível cultural, científico e pedagógico devidos, tendo para o efeito sido nomeada pelo Ministro da Educação e Investigação Científica, uma comissão de especialistas encarregada de estudar e propor as medidas pertinentes. A Comissão de Reestruturação apresentou em Março de 1977 um relatório do qual constavam propostas de um novo plano de estudos e de contratação de novos docentes com base em regras e procedimentos mais exigentes, para

⁹ Cfr. Decreto-Lei n.º 768/76, de 23 de Outubro.

¹⁰ Cfr. Decreto-Lei n.º 781-A/76, de 28 de Outubro.

além de se ter pronunciado sobre as linhas gerais de orientação pedagógica, métodos de ensino e de avaliação, etc.¹¹

7. Início dum tempo novo

O trabalho exaustivo desenvolvido pela Comissão de Reestruturação produziu bons resultados e abriu caminho à reconstrução de uma Faculdade credível e prestigiada, de tal sorte que o ano lectivo de 1977/78 iniciou-se com um novo plano de estudos do curso geral e com um novo sistema de avaliação de conhecimentos.¹² Passo a passo, foi-se avançando no sentido da correcção dos abusos praticados durante a revolução, da estabilização dos novos órgãos de governo da FDL, da aplicação da reforma pedagógica, do regresso dos docentes injustamente afastados, do recrutamento de novos assistentes por concurso público, do incentivo à produção e disponibilização de novos manuais, da reposição da tabela classificativa de 0 a 20 valores, em suma, da normalização do funcionamento da Faculdade num ambiente que se pretendia de exigência académica, de tolerância política, de liberdade crítica e de pluralismo opinativo.

No âmbito do relacionamento entre as forças políticas representativas do universo estudantil, há que reconhecer que a pacificação desejada não seguiu uma trajectória linear, quando muito pendular, já que, de tempos a tempos, eclodiam novos focos de tensão geradores de acesas polémicas e de confrontos entre alunos. Recordo-me de, em determinada altura, uma das questões que desencadeou mais assanhada discussão ter tido a ver com a inclusão de testes escritos como complemento da avaliação contínua. A UEC e facções satélites concentraram grandes esforços na contestação a essa medida, promovendo greves que originaram, não raro, cenas de violência dentro e fora das instalações da Faculdade.

¹¹ Cfr. Decreto-Lei n.º 843-B/76, de 9 de Dezembro e Despacho do MEIC n.º 362/76, de 13 de Dezembro.

¹² Para um balanço mais profundo das reformas levadas a cabo entre 1977 e 1983, sugere-se a leitura de *“A Reestruturação”* por MARTIM DE ALBUQUERQUE e LUIS WALDYR, in *“A Faculdade de Direito de Lisboa no seu Centenário – vol. I – “A Instituição”*, pgs. 442 a 472.

Certo é que o panorama do movimento associativo foi-se alterando ao longo de tempo, esvaziando-se gradualmente do radicalismo verificado nos anos de brasa, a ponto de ter proporcionado em 1976 a vitória nas eleições para a Associação Académica à lista subscrita pela Juventude Socialista e nas eleições seguintes à lista patrocinada pela Juventude Social Democrata.

8. Notas finais

Como não podia deixar de acontecer, os alunos foram os principais beneficiados da reforma empreendida em 1977 pois para eles e em função deles foi idealizada, concebida e aplicada. Graças à conjugação de diversos factores entre os quais se destacam as medidas pedagógicas adoptadas pelos novos órgãos directivos, a renovação do corpo docente, o restabelecimento do respeito pela hierarquia científica que havia sido sacrificada no altar do facilitismo erguido pela revolução, a disponibilização de manuais, lições e de meios de estudo actualizados e de qualidade, etc., alcançaram-se paulatinamente ganhos de qualidade a nível pedagógico, científico e cultural que contribuíram para a credibilização do novo ensino ministrado na Escola e para a recuperação do prestígio perdido.

Concomitantemente, a FDL reconquistou a sua condição intrínseca de espaço de liberdade: liberdade de ensinar, de investigar e de transmitir a cultura jurídica. A formação científica e cultural pressupõe o exercício da liberdade responsável, pois só ela permite investigar, detectar e compreender em espírito de verdade, sem preconceitos ideológicos, a universalidade dos fenómenos humanos.

Na FDL promoveu-se a unidade indissolúvel do ensino e da investigação tendo presente que a matéria a ensinar constitui um saber adquirido em primeira mão pelo docente na qualidade de investigador. Por outro lado, o ensino deve orientar-se no sentido de dar aos diplomados uma qualificação técnico-científica e uma aptidão profissional que os acredite e que acredite as escolas donde provêm. Tal requisito mostra-se actualmente assegurado relativamente à FDL e aos alunos que nela obtêm a sua formação, demonstrando que as reformas introduzidas ao longo do tempo projectaram a Escola na direcção certa.

Conquista não menos importante, fruto de uma pedagogia democrática que se foi desenvolvendo e aplicando ao longo dos anos, consistiu na pacificação da vida académica, fundada em regras basilares de convivência social, na qual o relacionamento entre professores, alunos e funcionários se desenvolve sem atritos e no respeito pela posição de cada um, e onde se promove a liberdade de expressão num ambiente de pluralidade e de paz.

De tudo isso a minha geração havia sido privada durante dois longos anos na voragem dos acontecimentos subsequentes à tomada de assalto da FDL pela esquerda revolucionária, que obstinadamente tentou impor padrões normativos incompatíveis com os valores de uma sociedade democrática, assentes na diversidade de posições filosóficas e ideológicas e na livre expressão da criatividade individual.

Mas tudo isso foi reconquistado graças ao triunfo da razão sobre a alucinação, do saber sobre a ignorância, do pluralismo sobre o sectarismo, da moderação sobre o radicalismo e do Estado de Direito sobre o golpismo totalitário.

Quatro décadas volvidas sobre a minha passagem pela Faculdade de Direito de Lisboa constato com satisfação que a janela de esperança franqueada em 1977, por ocasião do meu terceiro ano jurídico, abriu caminho a tempos fecundos de reconstrução, pacificação, consolidação, expansão e desenvolvimento desta prestigiada Escola de Direito, agora centenária, em cujos bancos orgulho-me de me ter formado como cidadão e jurista.*

José Gonçalves Ferreira

* Por opção do signatário, este texto não foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

JORGE MIRANDA

Professor Catedrático Jubilado

O PRIMEIRO CURSO NO NOVO EDIFÍCIO DA FACULDADE

1. O meu curso de licenciatura, o de 1958-1963, foi o primeiro que funcionou no novo edifício da Faculdade na Cidade Universitária. Apesar do estilo demasiado geométrico das colunas (a que alguns chamavam e continuam a chamar fascistas), logo o átrio exterior estava muito bem decorado com gravuras representativas das grandes fases e dos grandes nomes da história do Direito e logo se entrava no átrio interior amplo e agradável, tendo ao fundo um painel mostrando como se realizava a administração da justiça.

Nós éramos mais de 300 alunos ordinários (porque, a par, havia os “voluntários”, não necessariamente trabalhadores estudantes). As raparigas eram muito poucas e nós, se queríamos ver mais, tínhamos de ir à Faculdade de Letras, em frente. Era um tempo em que as mulheres não podiam entrar na magistratura e na diplomacia, nem subir a certos lugares da Administração. E, nos anfiteatros, elas eram colocadas na primeira fila e havia salas de estar separadas. Não admira que professoras só houvesse uma, a Professora Isabel de Magalhães Collaço, a qual, apesar de ter sido uma aluna distintíssima, tinha tido uma enorme dificuldade em fazer carreira nos anos 50. E, se em 1974, já havia uma ou outra assistente, outra professora doutorada não viria a aparecer antes dos anos 90.

A frequência das aulas, teóricas e práticas, era obrigatória para os alunos “ordinários” (os voluntários só tinham de fazer frequências); e eram marcadas faltas por um contínuo com um mapa do anfiteatro na mão. Era obrigatório o uso de gravata e houve até um episódio curioso com um colega meu, que era padre e usava cabeção. Os alunos levantavam-se, quando o professor chegava e depois de o professor entrar só em casos excepcionais se admitia a entrada de mais alguém. Com raras exceções, o convívio entre professores e alunos não existia. De resto, do mesmo modo, o convívio entre

os próprios colegas, pelo menos nos primeiros anos, circunscrevia-se quase só aos que estavam próximos uns dos outros nos anfiteatros e aos que tinham vindo do mesmo liceu. Porém, aos poucos foi-se naturalmente alargando, à medida que se descobriam afinidades de interesses ou de opiniões. Um papel muito importante coube aí à JUC (Juventude Universitária Católica), que publicava um jornal mensal, *Encontro*, muito bem feito e aberto. E, sobretudo, à Associação Académica, uma das poucas que restavam em Lisboa. A Associação tinha instalações próprias, com um bar, e com uma “secção de folhas”, por onde saíam as “sebentas” das cadeiras em que não havia livros (e eram a grande maioria) de referência. Era ela que promovia a semana da receção aos caloiros (ninguém pensava sequer em importar as praxes coimbrãs). E promovia atividades culturais (por exemplo, conferências, exposições e saraus com os dos Jograís de Lisboa). Tinha um grupo cénico e uma excelente revista, *Quadrante*.

2. Esse ano de 1958 em que entrei na Faculdade foi o ano das “eleições” presidenciais, com a arrebatadora campanha de Humberto Delgado e os ecos dessa campanha e dos acontecimentos políticos que se seguiriam iriam projetar-se fortemente na Faculdade, com a grande maioria dos alunos (como era o meu caso) longe de se identificarem com o regime, embora raras fossem as manifestações ostensivas de hostilidade. Do mesmo modo, se havia professores que até tinham sido ou viriam a ser ministros, nenhum se servia das aulas para propaganda ideológica, o que não quer dizer que não transparecesse em grande parte das posições sustentadas no ensino as suas inclinações. Por outro lado, eram convidados para proferir conferências na Faculdade professores estrangeiros de grande prestígio, como Francesco Carnelutti, Giuseppe Bettiol ou René David ou para ministrar pequenos cursos, como Miguel Reale. Sentia-se na Faculdade (e até depois de, em 1961, terem começado as guerras de África) um ambiente de compromisso entre a Associação Académica e o Diretor, Professor Inocêncio Galvão Telles, à sombra do qual as assembleias gerais e as eleições para a direção da Associação, muitas vezes agitadas e com profundas divisões, decorriam com liberdade. Este *modus vivendi* (que suponho também se verificava noutras Faculdades) romper-se-ia a 24 de março de 1962, com a proibição inopinada do Dia do Estudante. Era um sábado e havia então aulas da parte da manhã. Os estudantes que se encontravam na Cidade Universitária concentraram-se, às

13 horas, na escadaria em frente da Faculdade de Letras e, depois, engrossados com outros que iam chegando, dirigiram-se para o Estádio Universitário, onde, à tarde, só se salvaram de um ataque iminente da polícia de choque pela intervenção do reitor da Universidade, o Professor Marcello Caetano (que nem sequer fora avisado da proibição e que, poucos dias mais tarde, após uma segunda proibição, se demitiria do cargo). Começaria uma longa crise, extensiva a Coimbra (o chamado “luto académico”), com milhares de estudantes em “plenários” (defronte da reitoria e, depois, no Estádio Universitário); greve às aulas; comunicados da Reunião Inter-Associações (RIA), que ainda hoje guardo; greve de fome; cargas de polícia e prisões. Eu estive lá todo esse dia 24 de março; participei nas greves às aulas e em muitas reuniões; estive nos “plenários”, na homenagem a Lindley Cintra (professor da Faculdade de Letras que, desde a primeira hora, nos acompanhou); vibrei intensamente em muitos momentos; mas não fiz greve de fome. E, com a aproximação dos exames, não foi possível manter a resistência e o Governo aparentemente venceu. Aparentemente, porque 1962 marcou a rutura irreversível de uma geração e da maior parte da classe média com o regime (nessa altura, as classes pobres, que constituíam a grande maioria da população, só em casos raros conseguiam acesso ao ensino superior) e porque, a partir daí, nunca mais houve sossego nas principais escolas, tudo ainda mais sensível após o Maio francês de 1968 e com o aparecimento (mas eu já não era aluno, era já assistente) de grupos radicais de extrema esquerda.

3. Não posso senão dizer bem de todos os professores e assistentes que tive, cada qual com a sua personalidade e com maior ou menor jeito pedagógico. Há dois, porém, que, em especial, não posso deixar de evocar aqui: Marcello Caetano e João de Castro Mendes.

A Marcello Caetano devo o principal incentivo, quando fiz o 6.º ano (o equivalente ao atual mestrado) para estudar, estudar, estudar sempre mais. As suas aulas no seminário de Direito Administrativo eram extremamente exigentes e como os alunos acabaram, quase no início, por ficar reduzidos a três (eu, o Diogo Freitas do Amaral e o Augusto de Athayde), cada um de nós tinha de fazer a apresentação de um tema de três em três semanas, dentro da teoria geral dos contratos administrativos. Mas à exigência que ele punha em tudo devo a abertura para a carreira académica.

Os três apresentámos dissertações em Direito Público (eu, em Direito Constitucional) e Marcello Caetano foi o arguente das três dissertações, as três no mesmo dia, o que mostra bem a sua dedicação, o seu saber e a sua capacidade de trabalho. Depois de refundida a minha, foi ainda ele que promoveu a publicação e se dispôs a escrever um pequeno prefácio. E eu ia, de vez em quando, visitá-lo ao escritório que tinha na Avenida António Augusto de Aguiar e, quando já Presidente do Conselho, até São Bento para lhe entregar novos estudos. A última vez em que com ele conversei foi no Rio de Janeiro, em maio de 1979, na minha primeira viagem ao Brasil, e tinha-lhe enviado antes a tese de doutoramento que tinha defendido em janeiro.

João de Castro Mendes era ainda assistente, quando fiz Introdução ao Estudo do Direito. Organizou, a certa altura, uma prova escrita para os alunos ordinários, em que eu, tal como estava habituado dos tempos do liceu, escrevi demasiado e não consegui responder a tudo. E, ele, devolveu-me o ponto, escrevendo a vermelho “Não escreva muito, escreva bem”. Foi um conselho que, melhor ou pior, tenho tentado seguir. Acabado o curso, e sobretudo quando entrei para assistente, passei a conhecê-lo melhor e, para além da admiração, criei por ele uma sincera amizade. Foi por essa amizade que, em janeiro de 1975, quando fui “saneado” com outros assistentes, o procurei no escritório que tinha com Victor Pereira de Castro, para lhe manifestar a minha tristeza e angústia. A isso respondeu um dia mais tarde, solicitando-me que analisasse um processo e que sobre ele me pronunciasse. Assim fiz e ele quis-me pagar o trabalho. Só que depois vim a saber que esse processo estava já encerrado e que tinhasido simplesmente para me ajudar que mo tinha dado. Uma prova extraordinária de bondade! Quando o meu único irmão morreu num desastre de automóvel, escreveu-me uma emocionada carta (que ainda guardo). Um ano depois era ele que morreria, com 52 ou 53 anos, de uma doença cancerosa. E nunca esquecerei a última vez em que lhe falei, poucas semanas antes de falecer, percorrendo devagar os corredores da Faculdade como que para se despedir.

Jorge Miranda

JORGE PRETO

Diplomata jubilado

BREVE CRÓNICA DE UM PASSADO-PRESENTE

Ao terminar os dois anos complementares do curso liceal, nunca duvidei de que me candidataria ao estudo de ciências jurídicas ou políticas, mas em criança e ainda na adolescência – pasme-se! – afirmava peremptoriamente que viria a frequentar Belas-Artes ou ingressaria... na Escola Naval. Quando me matriculei na licenciatura em Direito, em Lisboa, a Faculdade encontrava-se ainda localizada no Campo dos Mártires da Pátria, mais conhecido por Campo de Sant'Ana, a alguns passos da antiga Faculdade de Medicina e a pouco mais de quinhentos metros da casa paterna. Ainda funcionou durante aquele ano lectivo no austero palacete oitocentista dos viscondes de Valmor, antes de se transferir definitivamente, em 1957, para a Cidade Universitária, no Campo Grande. Foi aqui que me licenciiei, em 1962, não sem algum acidente de percurso, causado, é óbvio, pela lamentável inflexibilidade de um ou outro professor menos clemente...

Guardo boas memórias daqueles primeiros tempos no Campo de Sant'Ana, onde conheci colegas muito diferentes entre si, quer quanto à sua proveniência geográfica e hábitos de vida, quer quanto à singularidade dos respectivos temperamentos, pelos seus interesses intelectuais, tendências políticas e graus de aplicação ao estudo dos códigos e das *sebentas* (denominação esta odiada por alguns mestres !). O ponto de encontro nos intervalos das aulas ou depois do almoço, era, com frequência, o Café do Xisto ou, sem a mesma assiduidade, a mais convencional Pastelaria Primavera, no outro lado do jardim. O ambiente naquele primeiro lugar era em geral muito buliçoso e eclético. Lá se charlava com animação sobre banalidades, se debatiam ideias, entre um *prego* e uma *bica*, ou se namorava discretamente. As instalações na velha Faculdade, já a abarrotar de estudantes, eram um tanto desconfortáveis e encontravam-se num estado de extrema degradação física. Desde 1913, duas ou três gerações de aplicados e promissores juris-

tas, contumazes cábulas e virtuosos cultores do meão equilíbrio aristotélico, tinham passado, activa ou passivamente, pelas suas salas e anfiteatros. Apesar das decadentes, exíguas e obsoletas instalações da veneranda casa, senti depois alguma nostálgica falta daqueles primeiros tempos da minha vida como estudante universitário. Talvez por coincidir com uma importante fase de transição para a maturidade e preparação para o futuro; talvez pela nobre dignidade do edifício do século XIX (mas com traça dessetecentos), o qual propiciava uma atmosfera mais intimista do que a linear volumetria de betão da cidade universitária. Mas é inegável que as modernas instalações ofereciam a todos – docentes, alunos, funcionários – muito maior conforto e, pelo menos, um inegável benefício para a maioritária população académica masculina: a proximidade da Faculdade de Letras, onde o contingente feminino já predominava, pelo que a reconhecida aridez dos códigos podia ser facilmente amenizada com intervalares incursões de degustação estética. A propósito, e voltando a uma circunstancial comparação com o palacete Valmor, confesso que, apesar de toda a minha admiração pelo génio criativo de Almada Negreiros, nunca consegui apreciar e compreender bem as silhuetas incisivas, as cores, nas frontarias das duas vizinhas instituições de ensino superior. No que toca à Faculdade de Direito, bastas vezes senti um certo mal-estar, uma interrogante perplexidade. Por que não delineou o mestre as augustas personagens da história antiga do Direito, como mereciam ser figuradas: com uma ar grave e circunspecto, menos grotescas e caricaturais?

De alguns docentes e colegas, guardo imperecíveis lembranças. Estou ciente de que, sobre a generalidade e à distância no tempo, não é tarefa fácil falar com justeza de uns e de outros. Já o conspícuo Horácio afirmava: *difficile est proprie communie dicere*. Assim, dos professores catedráticos, apenas mencionarei, individualmente, os que há mais tempo deixaram a existência terrena: Luís Pinto Coelho, que, com postura aristocrática e burilada oratória, nos introduziu no estudo do Direito; Martinho Nobre de Melo, que nos ensinou Constitucional com bonomia e excelente humor; Marcello Caetano, que juntava magistral saber e clara eloquência ao ensino do Direito Administrativo; Paulo Cunha, elegante no gesto e na palavra de douto civilista; Inocêncio Galvão Telles, grande mestre de simpatia e Direito das Obrigações; João Lumbrals, benévolo e paciente senhor, de quem aprendemos Economia Política quando esta ainda tinha algum peso no governo

das nações; Cavaleiro de Ferreira, sóbrio e exímio penalista; Palma Carlos, ilustre e liberal docente de normas processuais. Quanto aos colegas, a escolha de diferentes carreiras profissionais e a natural mobilidade de algumas delas fez com que os nossos caminhos se separassem para sempre ou por lapsos de tempo prolongados. Só muito recentemente se acordou, entre os sobreviventes, a habitualidade de encontros anuais.

O Antero da Silva Resende, dotado de notável cultura e grande talento literário, que viria a aplicar na profissão de advogado e jornalista, traçou um divertido e quase perfeito retrato do autor destas linhas, em versos publicados no tradicional *Livro de Curso*. Apesar da grande perspicácia que revelou na pintura poética e humorística de uma idiossincrasia juvenil, falhou num relevante pormenor. O retratado nunca deu fortes sinais de pretender seguir uma carreira forense, excepto na conclusão do estágio necessário para um eventual e imprevisto exercício da advocacia. Sempre pensou em candidatar-se ao Ministério dos Negócios Estrangeiros depois de terminada a licenciatura, quando ali se abrissem vagas. Fui um dos únicos seis finalistas de 1962, que optaram pela carreira diplomática. No Palácio das Necessidades, porém, viríamos a reencontrar colegas que, tendo-se formado antes ou depois daquele ano lectivo, ainda chegaram a ser nossos contemporâneos na Faculdade. Com alguns deles eu já mantinha relações de estreita amizade; uns quantos, por infortúnio, desapareceram prematuramente. O estudo de Direito não me ensinou tudo. Além da vida, tive outros sapientes mestres. Mas com a formação jurídica aprendi coisas verdadeiramente importantes, entre as quais o arreigado apego a um ponderado, balanceado rigor. Espero que esta breve evocação não seja interpretada – o que me não surpreenderia muito – como uma espécie de busca proustiana de um tempo distante e perdido, um saudoso regresso mental a uma fase da mocidade em que se estabelecem fortes relações humanas e se fazem decisivas e irreversíveis escolhas. Preferiria que se visse no presente depoimento a fugaz intuição do eterno instante de uma vida e de um destino que, a cada passo, se tece, desfaz e reconstrói.

Jorge Preto

JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO

Professor Universitário

A FACULDADE DE DIREITO QUE VIVI

Entrei na Faculdade de Direito de Lisboa em 1949. Funcionava então no Campo de Santana, num edifício antigo, acanhado e inadequado para a finalidade de ensino. As alunas, menos de uma dezena, ocupavam a primeira fila de uma sala de 120 lugares, que mal chegava para os alunos ordinários mais os voluntários que pretendessem assistir às aulas. Eram genericamente respeitadas, não obstante alguns emproados que se exibiam às portas...

E o 2.º ano cursei-o na Morgue, situada entre a então Faculdade de Medicina e o Hospital de S. José!

Ainda no edifício antigo dei as minhas primeiras aulas como 2.º assistente. Só mais tarde se deu a mudança para a Cidade Universitária.

A Faculdade emergia então da crise da “puberdade”, afirmando-se como uma instituição de ensino de primeira ordem, graças a uma notável geração de professores, em que entre outros salientarei Cavaleiro de Ferreira, Marcello Caetano, Paulo Cunha, Inocêncio Galvão Telles e Manuel Gomes da Silva. Mas enquanto o número de alunos crescia todos os anos, o de docentes era restritíssimo. Ao tempo, haveria em Portugal ao todo cerca de 50 doutores, os que lecionavam nas duas únicas Faculdades, Coimbra e Lisboa, mais os que estavam fora delas, por aposentação ou no desempenho de outros cargos! É elucidativo que, no meu primeiro ano de docência como 2.º assistente, tenha sido encarregado de aulas práticas em quatro disciplinas diferentes – e fui ainda convidado para uma quinta!

O ensino era rigoroso. E os exames finais faziam-se todos no mesmo dia, o que era violento.

A transferência para a Cidade Universitária representou um novo alento. Passou a haver condições adequadas de ensino, nomeadamente na

Biblioteca, na amplitude dos anfiteatros, nos auditórios e nas instalações dos órgãos de gestão e dos professores, alunos e funcionários.

O movimento de afirmação da Faculdade intensificou-se. Continuou a crescer o número de professores e alunos. Foram instituídos os cursos de mestrado (substituindo o antigo 6.º ano), as vagas de docentes foram sendo ampliadas e preenchidas... De modo que, rapidamente, a Faculdade “nova” se tornou apertada. É por isso que foi construído o edifício novo, nas traseiras do antigo, numa solução arquitetónica não particularmente feliz. E já se fala num terceiro edifício...

Mas não podemos demorar-nos nestes aspetos. Vamos concentrar-nos na vida da Faculdade.

Passou-se por muitas épocas. Os quadros de disciplinas, os programas, os modos de apreciação foram sucessivamente aperfeiçoados, a partir de longos e desgastantes debates no Conselho Científico. A Cooperação da Faculdade ganhou grande relevo, quer no país, com os Centros de Apoio fora de Lisboa, quer na (atual) CPLP. O número de alunos daí provenientes (em particular do Brasil, com o qual se estabeleceu um intercâmbio e conhecimento recíproco excelentes, como nunca tinha existido) aumentou sempre. A Faculdade também participou ativamente na criação de instituições de nível superior nesses países, em ações de cooperação que envolveram deslocações e permanência de docentes seus, na Guiné, Angola, Moçambique e Macau; bem como ações de cooperação em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Goa. Eu próprio participei e impulsionei sempre esses movimentos no Conselho Científico, particularmente nos três períodos em que fui Presidente desse Conselho, vencendo várias resistências.

A Faculdade conheceu também os seus períodos negros. Esses representaram em geral a projeção negativa de circunstancialismos exteriores. Assim, vimos a Faculdade ser invadida pela polícia no regime anterior, tal como ser objeto de lutas internas no período pré-revolucionário, com interrupções de aulas, muitas vezes com a participação de elementos estranhos à Faculdade e gravíssimos desacatos em relação a professores. Transpunha-se para o interior das Universidades, cuja força é meramente moral e intelectual, o que não se podia impunemente fazer no exterior.

O mais grave estava ainda para vir, com o 25 de abril. Esses movimentos tomaram conta das Universidades. Primeiro o Partido Comunista, que na sua tática pretendia conservar as instituições tomando conta delas: não havia diálogo possível. Entretanto, o Governo então instituído “saneava” as Universidades, professor por professor, para chegar ao afastamento total dos não comunistas. Mas na Faculdade de Direito e noutras, um movimento mais radical, à esquerda do Partido, sobrepujou-os e “saneou-os”. Só restou ao Governo de então encerrar a Faculdade, cujo encerramento durou um largo período, enquanto se completava o saneamento dos professores que não interessavam ao poder. Nessas circunstâncias, os professores impedidos de ensinar (particularmente os que eram só professores, como eu próprio) tiveram de emigrar – e felizmente que havia o Brasil, que acolheu de braços abertos muitos deles.

Durante vários anos os governos que se sucederam, mesmo após a reabertura da Faculdade, foram retardando (ilegalmente) a regularização da situação dos professores. Isto levou a que muitos só pudessem retomar funções vários anos depois.

Nessa altura, um novo desafio se abria para a Faculdade: sacudir o critério partidário da designação de docentes. Infelizmente, mesmo na chamada Comissão de Reestruturação se cedia muito a fazer prevalecer na escolha o equilíbrio político sobre a competência, quando este último é o único critério academicamente admissível. Participei dessa penosa caminhada, que com grandes sacrifícios e embates levou à consagração da isenção universitária. Infelizmente, vejo nos últimos anos, mesmo em eleições institucionais, aparecerem listas politicamente caracterizadas, o que pode representar uma perigosa recaída.

Mas deixemos esta descrição (que já vai longa) e concentremo-nos noutras aspetos da vida da Faculdade.

A regularização académica fez-se desde então com firmeza, não obstante os sobressaltos que atingem fatalmente qualquer organismo vivo. Recentemente, deu-se a fusão da Universidade de Lisboa (chamada usualmente Universidade Clássica) com a Universidade Técnica. O nome continua a ser Universidade de Lisboa e a Reitoria permanece no mesmo edifício. É uma decisão racional e um grande passo em frente. É assim que vemos a

Universidade de Lisboa ser a única universidade portuguesa a figurar entre as 500 melhores universidades do mundo. Um eventual aspeto negativo pode ser a influência do Instituto Superior Técnico, que é só por si uma potência, superior a todas as nossas outras instituições universitárias.

Outra ameaça potencial é a repercussão do chamado processo de Bolo-nha. Em si é negativo, pois representa uma intromissão exterior no sentido de uma banalização; quando as universidades, não obstante um espírito comum, traduzem muito a tradição de cada país. A Alemanha, por exemplo, que pelo nível científico terá a melhor universidade do mundo, não o aceitou. É um risco efetivo, perante o pulular de universidades em Portugal e a tendência demagógica para a facilitação. Da mesma forma o seria uma intervenção da União Europeia que fosse além da harmonização periférica da circulação de diplomados, pois não é razoável que a União se arrogue competências nos domínios científico e pedagógico.

Pode ter repercussões no próprio doutoramento. Vimos no início que a Faculdade (e o país) tinham um número restritíssimo de doutores. Agora, pelo contrário, o número de doutores aumenta rapidamente; acontecendo que pessoas que desistiram há vários anos regressam e fazem o doutoramento, aproveitando a aragem favorável.

Sendo bom o aumento do número de doutores em si, torna-se negativo se o for à custa de uma degradação do grau. O doutor deve marcar sempre uma categoria de excelência. Uma multiplicação de doutores de segunda ordem não é benéfica para a Universidade nem para o país.

Há assim uma sucessão de claros-escuros. Mas a vida é luta e assim será sempre. Há que passar o guião aos mais novos, na convicção de que a dedicação à Universidade é uma causa que vale a pena e enobrece por si uma vida.

José de Oliveira Ascensão

LEONOR BELEZA

Jurista e Política

TESTEMUNHO

A Faculdade de Direito de Lisboa entrou na minha vida em 1966, quando iniciei o meu percurso universitário, e nem as minhas longas ausências, físicas ou intelectuais, do local ou da prática jurídica, conseguem consolidar qualquer sensação de afastamento – daquela casa especial, ou do próprio Direito.

Sinto uma imensa gratidão e uma permanente saudade de tempos, convívios, colegas e professores.

Recebi, na Faculdade de Direito, um ensino de elite. Não aprendi só o Direito, o raciocínio e a formação própria do jurista.

Fui obrigada, felizmente, a sair do aconchego que a permanência anterior no liceu ainda implicava, percebi que aprender – e acho que o Direito é especial – exige um enorme investimento pessoal que ninguém “fabrica” para nós, e vi-me a certa altura na necessidade de saber discutir, questionar, saltar de conhecimentos para a elaboração de soluções e a capacidade de as defender.

Levei tempo a chegar aqui – acho que aconteceu por volta do meu terceiro ano – mas isso tudo permanece comigo e devo-o àquela casa e aos que lá estiveram comigo.

O Direito e os seus conhecedores detinham então uma presença e uma influência no País absolutamente determinantes – na verdade, em termos desproporcionados.

A frequência da Faculdade assegurava uma proximidade, não apenas com protagonistas que podíamos observar de perto, como com o próprio objeto fundamental do estudo – as regras com que vivemos em sociedade, como são entendidas e criadas – que assegurava instrumentos privilegiados

de condução de vida. E que foram bem especiais para mim, que tinha 25 anos, e frequentava então a Faculdade como assistente, quando aconteceu o 25 de Abril.

Nem tudo eram rosas na Faculdade em que vivi como aluna, e depois como assistente. Mas foi tão determinante na minha formação, na construção da minha segurança pessoal, na minha aquisição de ferramentas de profissão e de participação na vida social, que consigo esquecer muita coisa que estava errada – a excessiva magistralidade das aulas, a politização da convivência escolar, a discriminação das mulheres, as divisões e, o pior do que me recorde, a presença a partir de certa altura de polícias, que chamávamos os “gorilas”, no interior da escola.

Quando cheguei à Faculdade, vinha do ensino público, de um grande liceu, o Maria Amália, onde só havia alunas e professoras. Tendo finalmente encontrado professores e colegas homens, até em excesso – quase todo o corpo docente e a grande maioria do discente – nem por isso o ambiente era muito mais saudável.

Na Faculdade de Direito, as alunas sentavam-se nas filas da frente, e os alunos nas filas de trás. A mim, ainda me faziam sentir que o meu lugar não era bem ali. No meu terceiro ano, na altura em que o Prof. Marcello Caetano deixara a Faculdade, tivemos, todos os alunos, a rebeldia, imagine-se, de passarmos a sentar-nos onde queríamos, do mesmo passo abandonando a divisão por sexos e inviabilizando a possibilidade de as faltas serem marcadas como até aí.

Se não posso deixar de fazer notar que as práticas de então ainda deixavam as alunas em clara desvantagem, o pior ainda era que o Direito que estudávamos também nos relegava para um inaceitável lugar na sociedade. Estudávamos Direito, mas não nos era permitido sermos juízas e, se casássemos, ficaríamos, por lei, debaixo da autoridade do marido.

Tudo isso não levaria muito tempo a ser modificado, mas só após o 25 de Abril.

Também neste contexto, quero mencionar a pessoa do corpo docente que recorde com mais saudade, e por quem sentia mais admiração.

Naquele mundo tão imbuído de poder desigual, a Prof.^a Isabel Maria de Magalhães Colaço sobressaía de entre o corpo docente: era a única mulher professora, ninguém lhe tinha facilitado chegar até aí, dominava intelectualmente de forma brilhante, e mantive com ela uma relação de discípula que me era preciosa. Mas lembro-me bem do terror que senti antes de entrar para a oral de Internacional Privado, e de ter chorado de alegria porque “apanhei” um 18. Mais tarde, tive o privilégio de com ela trabalhar na Reforma do Código Civil, na sequência da Constituição, e na reconstituição da Faculdade de Direito, depois do vendaval pós- 25 de Abril.

O meu curso, que era o mesmo do atual Presidente da República, era composto por um conjunto excecional de alunos e alunas, de quem guardo recordações e amizades. Era muito competitivo, mas eu sentia-me um pouco ao abrigo dos embates, talvez porque valorizava infinitamente mais aquilo que partilhava do que a luta pelas melhores notas.

Mas sofria muito pelas minhas, e aprendi a lutar pelo reconhecimento e a discutir taco a taco.

O Marcelo Rebelo de Sousa foi para mim um colega fantástico, e “empurrou-me” em inúmeras situações pela vida fora.

Lembro-me da emoção do dia em que prestou provas de doutoramento, quando já ambos nos tínhamos sentado juntos em reuniões do Conselho de Ministros.

A Faculdade de Direito desperta em mim tantas emoções, memórias, dias mais ou menos felizes, que é difícil sequer tentar contar tudo de uma rajada.

Acho que quando passei pela experiência de ser estudante não tinha a noção do privilégio, nem da irrepetibilidade.

O facto de ser hoje Presidente do Conselho Geral da Universidade de Lisboa aproxima-me desse passado. E, de novo, sinto reconhecimento e satisfação.

Leonor Beleza

LUÍS ANTÓNIO NORONHA NASCIMENTO

Antigo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça

O MEU TEMPO NA MINHA FACULDADE DO DIREITO NOS ANOS 60 DO SÉCULO XX

Cheguei a Lisboa para iniciar a vida universitária na Faculdade de Direito no dia 20 de Outubro de 1961 (se a memória não me trai) num momento político complicado do “Estado Novo”, o regime ditatorial que perdurou de 1926 a 1974.

1961 foi um ano terrível para a Ditadura com solavancos internos constantes que a abalaram e com repercussões internacionais subseqüentes: o desvio do “Santa Maria” por Henrique Galvão a abrir o ano, feito que concentrou atenções pelo mundo inteiro e levou jornalistas a acompanhá-lo, por vezes ao vivo (o jornalista Dominique Lapierre descreveu a sua experiência na cobertura desse evento em “Um milhar de sóis”); o início da luta armada de libertação em Angola, precedendo as restantes; o golpe abortado de Botelho Moniz tentando reformar o regime; o desvio do avião de Casablanca por Palma Inácio fazendo publicidade política sobre uma Lisboa atónita; a invasão militar da União Indiana absorvendo os enclaves de Goa, Damão e Diu, iniciando a ruptura na unidade da “Nação”; e, a fechar o ano, a intencional falhada de Beja.

Mas pela mesma época outros acontecimentos, menos mediáticos mas significativos, deixaram a sua marca num tempo de transição: lembre-se o assassinato do escultor Dias Coelho às mãos da Pide no exacto momento em que a União Indiana iniciava a sua invasão ou, no ano anterior, a tentativa quixotesca do capitão que José Cardoso Pires romanceou na “Balada da praia dos cães”.

O clima que encontrei em Lisboa, na Academia, era tributário deste ambiente rastejante de cristação política e social que Portugal vivia; tanto

assim que, cinco meses depois de aí ter aterrado, iniciava-se a grande greve universitária, em Março de 1962, que marcou as gerações jovens de estudantes e fez perder, ainda mais, ao “Estado Novo” o apoio futuro da grande maioria daqueles que a viveram.

A greve de 1962 em Lisboa, conjuntamente com a de Coimbra em 1969, forma o clímax das manifestações estudantis no Portugal do último século.

De todo o meu trajecto universitário de 5 anos, ela foi o facto mais relevante; vista à distância, percebe-se bem que a greve não calibrou o seu alvo apenas – nem principalmente – para um sistema de ensino que se criticava, mas pôs sob fogo um sistema político que envelhecia.

A greve de 62 não assumiu o radicalismo da de Coimbra de 69 com a decisão de boicotar os exames; mas esta ideia chegou a estar em cima da mesa em Lisboa e, por precaução, fui informando meus pais da eventualidade de, logo no meu ano de caloiro, não fazer exames, cumprindo as deliberações da Academia.

Que o ambiente universitário não estava bem, viu-se da ressaca que a greve provocou: exceptuado o meu ano final de formatura, em todos os outros houve sempre greves votadas pela Academia sem o impacto, porém, da de 62. Desta, ainda perduram no disco rígido da minha memória os nomes daqueles cujas intervenções ficaram para sempre: Jorge Sampaio, Afonso de Barros, Eurico de Figueiredo, Medeiros Ferreira, Jorge Santos, Vítor Wengorovius.

Mas para que o nexo de causalidade fique completo, é bom relembrar que tal como o ambiente universitário de Lisboa foi o reflexo do ambiente político da época, também este foi a sequência do tsunami vivido pela sociedade portuguesa nas eleições presidenciais de 1958 com a candidatura de Humberto Delgado.

* * *

Tive na Faculdade grandes professores – a maioria – que tiveram um papel insubstituível na formação jurídica de todos os alunos que por lá passaram; a par, como é óbvio, de outros com relevo menor.

Não pretendo nomear ninguém porque os maiores marcaram indelevelmente o curso, independentemente das opções políticas sabidas ou perceptíveis de vários deles.

Nesse aspecto a Faculdade de Direito de Lisboa era, verdadeiramente, uma Escola de saber e de qualidade.

O ambiente universitário era, tipicamente, o dos anos 60 do século XX num país com regime monopartidário: gregarismo intenso entre estudantes que conviviam muito num espaço geográfico não muito alargado; solidariedade, nítida principalmente entre os que vinham de fora, num país que comungava das dificuldades provenientes de uma grande guerra terminada havia só 16 anos; receio frequente de que a polícia política penetrasse nos pequenos grupos de amigos onde nos movíamos; emancipação da estudante-mulher facilitada pela sua emancipação sexual que o aparecimento da pílula fizera disparar; politização crescente do mundo universitário que a guerra em África e as greves potenciavam; expansão da cultura saxónica em detrimento da europeia continental, visível inicialmente na música com os Beatles e os Rolling Stones substituindo a música franco-italiana e, mais tarde, nas outras artes.

Mas impresso, também, na minha memória ficou algo que nunca compreendi.

Era visível, nesse tempo, uma certa emulação entre as Faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra que se manifestava de modos diferentes: ora através de posições sobre qual das duas era a mais antiga, gerada por D. Dinis; ora na dicotomia segundo a qual em Lisboa se ensinava melhor o Direito Público e em Coimbra o Direito Privado.

Certo, sim, é que à data estava na forja, em fase avançada, o novo Código Civil que viria substituir o Código de Seabra.

Da comissão instalada para a feitura do código, havia Professores de Lisboa, mas a maioria era indubitavelmente de Coimbra.

Fosse por isso, fosse porque Lisboa se sentisse marginalizada, o certo é que o estudo do novo código (em projecto já adiantado) foi, simplesmente, ignorado na Faculdade de Direito de Lisboa; ano após ano, o ensino do

direito civil continuou centrado sobre o Código de Seabra, uma lei que tinha os dias contados.

Terminei o curso em 1966, ano da publicação do novo C. Civil que entrou em vigor um ano depois, em 1967; na Faculdade nada se estudou sobre ele, sobre a Lei civil estruturante que nos iria reger, numa omissão – para mim – difícil de justificar.

Quem, entrado na vida profissional activa, cursou Direito em Lisboa teve que reiniciar à sua custa a aprendizagem do direito civil a partir de um código ausente.

* * *

A vida universitária acontece em regra na transição para a idade adulta quando os quadros formativos do Homem se conformam estruturalmente; daí que os anos universitários ganhem à distância, e na nossa memória, um significado em alto-relevo que o tempo não consegue minorizar nem diluir.

Foi isso que também sucedeu connosco; e o local nuclear onde isso foi vivido não foi senão a Faculdade de Direito de Lisboa e a sua Cidade Universitária.

Luís António Noronha Nascimento

LUÍS SÁRAGGA LEAL

Advogado

TESTEMUNHO

A minha frequência de Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa constituiu uma inesquecível experiência de vida e marcou profundamente o meu percurso profissional.

Tive o privilégio de aprender com notabilíssimos Professores que foram determinantes na minha formação jurídica e de que ainda hoje muito benefício como Advogado. Eram personalidades de grande relevo intelectual e indiscutível prestígio académico, político e social, cujo exemplo inspirou o então jovem estudante de Direito.

Por muito eloquente e laudatório que fosse este meu testemunho, as minhas palavras ficariam sempre aquém do imenso reconhecimento que nutro pelo contributo matricial que a FDUL teve para a minha vida como Advogado e Cidadão consciente e pelos valores de independência, ética, rigor e trabalho que me transmitiu.

O meu curso (1963/1968) não produziu destacadas individualidades académicas ou políticas mas, por circunstâncias temporais, alguns de nós protagonizámos o nascimento e afirmação das primeiras Sociedades de Advogados e contribuímos para a modernização e internacionalização da Advocacia portuguesa do que, pessoalmente, muito me orgulho.

Luís Sáragga Leal

(JOÃO) MIGUEL DE SERPA SOARES

Secretário Geral Adjunto para os Assuntos Jurídicos

Conselheiro Jurídico da ONU

1985-1990

8 de Outubro de 1990 pelas 18.30: licenciiei-me em Direito com o exame oral da disciplina de Economia Política, cadeira do primeiro ano, que fui suavemente empurrando até ao final do curso. Lembro-me das perguntas come se fosse ontem: durante o verão tinha devorado várias vezes o Manual de Economia Política do Professor Pedro Martinez (notas de pé de página incluídas!) dado o receio, bem real, de poder apanhar com um chumbo em todo o seu esplendor. Um dos membros do júri de exame, a Dr.^a Teresa Kohl Alvarenga, a qual ingressou entretanto na carreira diplomática, veio a trabalhar comigo, quase vinte anos depois desse fim de tarde outonal, no Departamento Jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ao longo de todos estes anos tenho-me cruzado com várias destas pessoas da Faculdade de Direito de Lisboa; colegas, professores, amigos e alguns naquela categoria de amigos-especiais-para-sempre.

Entrei na Faculdade de Direito de Lisboa aos 17 anos depois de uma longa hesitação entre seguir a minha paixão juvenil, arqueologia, ou seguir qualquer coisa de mais “sério”. Foi exatamente assim que o meu pai Luís de Serpa Soares, também antigo aluno da FDL, formulou o dilema “qualquer coisa de mais sério”. Lembro-me do dia de Setembro em que subi as escadas da Reitoria da Universidade para ir consultar as pautas afixadas nas portas de vidro do edifício. João Miguel Ferreira de Serpa Soares: admitido na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Os primeiros tempos foram passados a deambular pelos corredores a procura das salas e dos anfiteatros que me pareciam gigantescos. E depois, claro, as primeiras aulas, as listas de livros, Ciência Política e Direito Constitucional, Introdução ao Estudo do Direito, História do Direito. O Professor Jorge Miranda que formou gerações sucessivas de juristas portugueses, o manual de capa

castanha do Professor Oliveira Ascensão editado pela Gulbenkian, os manos Albuquerque. O terror dos primeiros exames orais para um tímido como eu. Lembro-me do exame de História do Direito com o professor Martim de Albuquerque que me viu tão enervado para uma das primeiras orais que começou o exame contando uma historieta sobre um Papa tão forreta que, recusando gastar dinheiro nas obras necessárias à conservação do Palácio do Vaticano, acabou por morrer com um bocado de teto que lhe aterrou em cima da cabeça.

Ao longo de todos os anos de curso vários dos Professores e Assistentes me impressionaram quase sempre pelas razões positivas embora, infelizmente mas raramente, um outro pelas razões negativas. E difícil listar todas estas pessoas mas saliento o Professor Pitta e Cunha. Com um estilo de exposição claríssimo e interessante nas suas aulas de Direito Comunitário (agora Europeu) e Relações Económicas Internacionais contribuiu para o meu interesse pelas matérias económicas e sobretudo europeias e internacionais. Saliento também o Professor Jorge Miranda. As suas aulas eram um misto de Direito, História, Cultura Geral, Ciência Política; um verdadeiro prazer. E lembro-me muito bem das aulas teóricas de Direito Administrativo leccionadas pelo nosso actual Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, simplesmente adorado pelos alunos. Por último recorde, com respeito e admiração, a Professora Isabel Magalhães Collaço. Devo-lhe algumas horas perdidas a fazer exercícios de devolução de leis, pensando por vezes, que o enigma da Esfinge a Édipo devia ser mais simples que o Direito Internacional Privado.

A Faculdade foi sem dúvida a etapa fundamental da minha formação enquanto adulto. No meu caso funcionou verdadeiramente como a transição da juventude para a idade adulta. O ambiente geral era intelectualmente bastante estimulante, quer entre o corpo docente, quer entre os alunos. Não apenas porque a qualidade média geral dos alunos era alta mas também pelo interesse de quase todos pela vida política e pública em geral. Alunos razoavelmente bem informados discutiam acaloradamente política, temas sociais e, às sextas-feiras, as manchetes do “Independente” que nasceu por estes anos. A Faculdade forneceu ao longo dos anos, e continua a fornecer, um número impressionante de personalidades da vida política nacional e internacional. Mário Soares, António Costa, Marcelo

Rebello de Sousa, Leonor Beleza, Durão Barroso, Adriano Moreira (de cuja filha Isabel, jurista de inteligência fulgurante, me tornei amigo do peito) e tantos, tantos outros.

Em retrospectiva penso que o legado mais importante da Faculdade de Direito foi ter-me ensinado a pensar. Simplesmente isso. Pensar no sentido de analisar uma certa realidade, construir um argumento e testá-lo até à exaustão. Não aceitar argumentos de autoridade e fugir de fórmulas vazias. Estabelecer que todos os argumentos têm de ser convenientemente explicados e demonstrados sob pena de não terem qualquer valor ou interesse.

As aulas práticas contribuíram muito para este resultado: continuo a achar o método de criar pequenos grupos de alunos que discutem as matérias com Assistentes e Monitores (acho que já não existe esta última figura) em aulas de vocação mais prática é a grande mais-valia pedagógica da Faculdade. Foi uma aprendizagem importante de métodos de discussão e análise de problemas a qual me ajudou muito na minha vida profissional. Tive uma pequena experiência como Monitor de subturmas de alunos do terceiro e quinto anos e entre os meus antigos alunos tive a Patrícia Galvão Telles e a Catarina Albuquerque, colegas e amigas que seguiram igualmente uma carreira internacional e com as quais tenho o grato prazer de me cruzar frequentemente na minha vida profissional.

Os primeiros anos do curso foram difíceis e com alguma dose de frustração. Falta uma certa armadura intelectual, uma noção de sistema que costuma aparecer, como por magia, por volta do terceiro ano de curso. Muitas vezes dei este conselho a jovens estudantes dos primeiros anos desencantados com a escolha do curso de Direito. Perseverança: com uma certa maturidade, em meados do curso, algo de semelhante a uma mente jurídica começa a formar-se e quase todos os problemas e as suas soluções adquirem um sentido lógico e, muitas vezes, automático. Lembro-me disto hoje em dia quando olho para a minha equipa no Departamento Jurídico das Nações Unidas constituída por 57 nacionalidades diferentes. Existe algo de comum numa certa abordagem do mundo e num certo método intelectual que nos permite, a nós juristas, comunicar e sobretudo trabalhar em conjunto.

Outro ensinamento que recebi é o de que o Direito tem de estar ao serviço de uma comunidade, de uma sociedade. Pessoalmente o Direito

enquanto ciência especulativa nunca me interessou grandemente, da mesma forma que nunca me interessou viver ou trabalhar num mundo de papel ou de fórmulas vazias. O Direito interessa-me enquanto instrumento de ordenação e de mudança. Interessa-me enquanto instrumento de progresso social e de liberdade. Com algumas exceções penso ser esse o espírito dominante na Faculdade de Direito de Lisboa e entre os seus alunos.

Para lá das aulas, dos livros e das notas, a FDL deu-me muitos amigos e muitos modelos que me têm servido de inspiração ao longo dos anos. A minha lista é longa e é difícil nomear todas estas pessoas mas não posso deixar de referir a Sofia Pinto Coelho, brilhante jurista e jornalista, a qual ocupa um lugar especial no meu coração. E também o Marcos Soromenho Santos. Emocionou-me o casamento da sua filha Francisca Champalimaud Santos, tal como o pai da aluna (e aliás tal como a mãe Marta) da Faculdade e dirigente académica. Neste casamento em abril de 2016 várias gerações de juristas da FDL, arrumados nas escadarias do Convento do Beato, em Lisboa, gritaram uma formidável saudação académica. Com toda a pujança e toda a cagança. Uma menção especial também para a minha querida Teresa (Tegui) Cacião, amiga de há quase 30 anos. E muitos, muitos outros.

Escrevo este texto em Outubro de 2016, poucos dias depois da sessão da Assembleia Geral que procedeu à designação do Eng. António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas. Ver o nono Secretário-Geral das Nações Unidas subir a nave central da Assembleia Geral para ser aclamado pelos 193 Estados Membros foi um momento muito especial. Senti-me bastante feliz por estar ali naquele momento preciso e agradeci todos os momentos passados que me permitiram isso mesmo. Entre esses momentos ocupa um lugar de destaque a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Por tudo: Obrigado FDL!

(João) Miguel de Serpa Soares

SOFIA MONTEIRO GRILLO

Actriz

TESTEMUNHO

Recordo não apenas o entusiasmo juvenil com que entrei na Faculdade de Direito de Lisboa mas essencialmente o que ali cresci e aprendi. Grandes mestres e colegas que ainda hoje são meus amigos.

Passados vinte anos constato que regresso diariamente na profissão que exerço a ensinamentos aprendidos e consolidados na escola mãe. Disciplina de estudo, ginásticas mentais e até algumas mnemónicas que tantas vezes me ajudaram em exames, são hoje ferramentas fundamentais no meu dia a dia.

É com orgulho e sentido de pertença que tantas vezes invoco as minhas raízes académicas e o sentido de justiça que me foi inculcado ao longo do curso e ainda hoje me guia.

Acredito que a FDL continuará a ser uma instituição de excelência para as gerações vindouras.

Sofia Monteiro Grillo

SOFIA PINTO COELHO

Jornalista

Escritora

TESTEMUNHO

A Faculdade, além de Direito, ensinou-me História, Economia, Política, Filosofia.

Também me obrigou a ser exigente, trabalhadora, rigorosa.

Foi, além disso, a Faculdade do meu avô e bisavô, ambos catedráticos de Direito.

Podia ser menos livresca e conservadora mas marcou-me positivamente e, além disso, deu-me um sentimento de pertença.

E, mais importante, deu-me os meus melhores amigos.

Aqui fica a minha caricatura no curso de 1985-90.



Sofia Pinto Coelho

VITOR MELÍCIAS

Sacerdote

JUSTIÇA SEM MISERICÓRDIA...

Quando, há cinquenta e um anos, ingressei na nossa Faculdade, recém-chegado de Roma com um curso superior de teologia e uma licenciatura em direito canónico, e com mais dez anos de idade do que a média dos colegas de curso, entrei com a natural curiosidade de aprender e perceber que tipo de ensino e que espécie de ciência jurídica aí se ensinava então.

Parecendo-me, inicialmente, uma escola um tanto positivista, com muito direito positivo e pouca filosofia do direito, rapidamente me apercebi do rigor científico e disciplinar, bem como da elevada competência e muita exigência com que o curso de Direito era ministrado na nossa Escola.

Sendo embora aluno voluntário com o estatuto de trabalhador estudante, frequentava com regularidade as aulas e participava com gosto nas atividades académicas, estabelecendo relações imperecíveis de amizade e solidariedade estudantil, as quais, não obstante um certo clima de desconforto resultante do contexto político da época e da formação muito conservadora e politicamente condicionada de alguns professores, contínuos e vigilantes, reforçavam em mim a admiração por aquela Casa e o gosto de a ela pertencer.

Como testemunho do muito que ali vivi e aprendi e pelo seu simbolismo relativamente à cultura institucional da Faculdade e à cortesia e humanidade de alguns mestres (e que grandes Mestres tivemos!), evoco aqui um momento de humanismo, que ocorreu num dos exames do meu 3.º ano.

Aguardávamos no corredor a chamada individual para a prova oral de determinada matéria. Sobrepondo-se ao habitual nervosismo desses momentos, noto que um colega, também trabalhador estudante, mas que eu apenas conhecia de vista, chorava convulsamente atrás de uma coluna.

Quando me abeirei dele no intuito de o confortar, disse-me, entre soluços, que acabava de chegar do hospital onde deixara um filho ainda criança em transe de morte e a mulher em lágrimas, mas que, por razões da sua vida, não podia de modo algum falhar ou reprovar esse exame.

Impressionadíssimo, ganhei coragem e, apenas terminada a prova que estava a decorrer, dirigi-me ao professor da cadeira, cujo nome só omito porque felizmente ainda vive, e disse-lhe o que se passava.

A reação de humanidade e a solidariedade com que ele acolheu e ajudou o aluno, deixando-o passar, mesmo que visivelmente perturbado e aparentemente mal preparado, reforçou e marcou para sempre em mim a imagem da nossa Faculdade como escola onde se ensina e se aprende um Direito, que é muito mais que a mera lei, e uma Justiça, que só o é se for também misericórdia.

Na verdade, como mais que uma vez ouvi ao saudoso Prof. Castro Mendes (uma das glórias da Faculdade e do Direito), “Justiça sem misericórdia não é verdadeira Justiça”.

Foi, de facto, isso que na nossa Escola aprendi e que, mais tarde, ensinei nas minhas aulas de Filosofia do Direito na Universidade Católica e nas mais variadas circunstâncias da vida.

Foi isso que, no fundo, constituiu, e oxalá constitua sempre, o cerne da cultura institucional e da prática humanista da nossa Faculdade.

Pelo muito que isso influenciou a minha vida de cidadão, de jurista e até de sacerdote, Bem Hajas, Faculdade de Direito de Lisboa, minha estimada “mater et magistra”.

Vitor Melícias

Desde a sua fundação, há mais de 100 anos, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa contribui decisivamente para a divulgação da ciência jurídica e ministra uma formação de excelência a centenas de alunos.

Neste livro que agora se publica participam 29 desses antigos alunos da nossa Faculdade, figuras nacionais (e internacionais) incontornáveis, que nos seus testemunhos partilham uma visão pessoal e única da Faculdade.

Com esta publicação pretende criar-se a tradição de, num momento de celebração da Faculdade, trazer ao prelo, para o futuro, exemplos de vida e novas visões sobre a Faculdade e o mundo, e com isso inspirar também as novas gerações de estudantes que se sentam nos bancos do Anfiteatro 1.

Estes testemunhos dão voz à diversidade e à riqueza da nossa Faculdade, sendo parte do legado que cada recém-licenciado tem inscrito no seu diploma de licenciatura.

www.sitiodolivro.pt

ISBN 978-989-99382-1-2



9 789899 938212 >